

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Superintendência Federal de Agricultura no Pará

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Belém, Março de 2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Wagner Rossi

Secretario Executivo - SE

Milton Ortolan

Secretario de Defesa Agropecuária - SDA

Francisco Sérgio Ferreira Jardim

Secretario de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC

Erikson Camargo Chandoha

Secretario de Política Agrícola - SPA

Edílson Guimarães

Secretario de Produção e Agroenergia -

Manoel Vicente Fernandes Bertone

Secretario de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI

Célio Brovino Porto

SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARÁ - SFA/PA

Superintendente

Ademir Conceição Carvalho Teixeira

Superintendente Substituto

Adriróseo Raimundo Alves dos Santos

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SEPA

Bernadete Oliveira Alves

Seção de Apoio Operacional - SAOP

Antônio Carlos Azevedo de Araújo

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG

Adriróseo Raimundo Alves dos Santos

Seção de Suporte Agropecuário – SeSA

Caio Breno Damasceno

Divisão de Apoio Administrativo – DAD

Herdimir Moreira

Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

Abilmar Ferreira da Silva

Seção de Atividades Gerais - SAG

Fernando Sérgio Coelho

Serviço de Gestão de Pessoas – SGP

Paulo Atan Filho

Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Otávio César Durans

Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal – SISV

José Carlos Barroso Júnior

Serviço de Inspeção da Saúde Animal – SISA

Jesus de Nazareno Magalhães de Sena

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG

Janair Viana

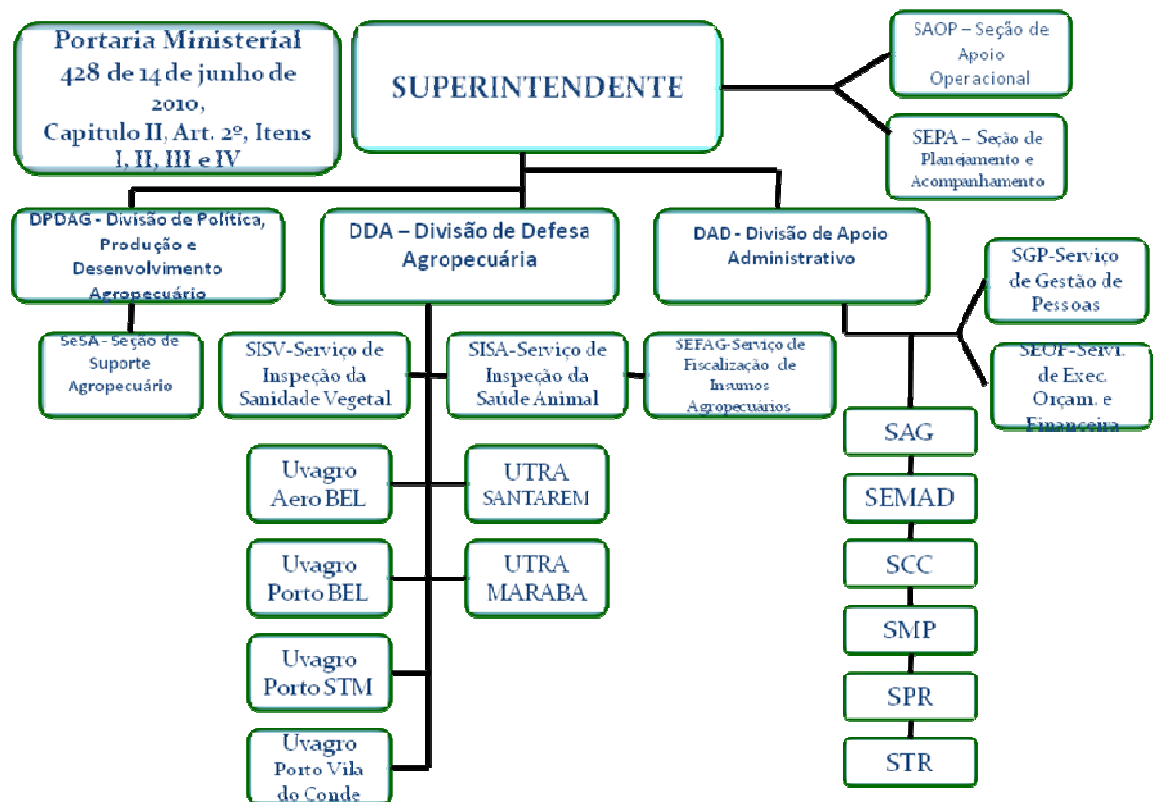
Tabelas e Gráficos – apresentados no item 2-c-II – execução física das ações

SUMÁRIO

- 1- Identificação
- 2- Planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, compreendendo:
 - a) Responsabilidades Institucionais da Unidade
 - I – Competência Institucional
 - II – Objetivos Estratégicos
 - b) Estratégia de Atuação frente às responsabilidades Institucionais
 - I – Plano Estratégico da Unidade
 - II – Plano de Ação da Unidade referente ao exercício.
 - c) Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade
 - I- Execução dos Programas de Governo sob responsabilidade da UJ
 - II- Execução física das ações realizadas pela UJ
 - d) Desempenho Orçamentário e Financeiro
 - I- Programação Orçamentária das Despesas
 - II- Execução Orçamentária das Despesas
 - III- Indicadores Institucionais
- 3- Informações sobre o reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos
- 4- Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- 5- Informações sobre Recursos Humanos da unidade, compreendendo:
 - a) Composição do quadro de servidores ativos
 - b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas
 - c) Composição do quadro de estagiários
 - d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos
 - e) Locação de mão-de-obra mediante contrato de prestação de serviços
 - f) Indicadores gerenciais de recursos humanos
- 6- Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.
- 7- Registros atualizados no SIASG e SICONV
- 8- Informações sobre a Declaração de Bens (Lei nº 8.730 de 10/11/1993)
- 9- Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, sendo:
 - a) Ambiente de controle
 - b) Avaliação de risco
 - c) Procedimentos de controle
 - d) Informação e comunicação
 - e) Monitoramento
- 10- Informações quanto a adoção de critérios de Sustentabilidade Ambiental
- 11- Informações sobre gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ
- 12- Informações sobre a tecnologia da informação (TI) da UJ nos aspectos:
 - a) Planejamento de Área
 - b) Perfil dos recursos humanos envolvidos

- c) Segurança da informação
 - d) Desenvolvimento e produção de sistemas
 - e) Contrato de gestão de bens e serviços de TI
- 13- Informações sobre cartões de pagamento do governo federal
- 14- Informações sobre Renúncia Tributária
- 15- Informações sobre as providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU no exercício ou justificativas para o caso de não cumprimento.
- 16- Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.
- 17- Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.
- 18- Considerações Finais

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



INTRODUÇÃO

Registra-se no presente Relatório de Gestão, elaborado pela Seção de Planejamento e Acompanhamento – SEPA com apoio da Divisão de Defesa agropecuária, de maneira sucinta e objetiva as atividades executadas pela Superintendência Federal de Agricultura no estado do Pará – SFA/PA no decorrer do exercício de 2008 em conformidade com a DN TCU nº 107/2010.

As ações da Superintendência foram realizadas com base no planejamento estabelecido para o exercício 2010, consubstanciados nos Programas constantes do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA para o quadriênio 2008-2011 e nas diretrizes emanadas pelo órgão central, cujos itens encontram-se na seguinte ordem:

Ítem 1 – Identificação da UJ, no caso, trata-se de Relatório Individual

Ítem 2 - Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade envolvendo os Programas e Ações registrando que os quadros A.2.3/A.2.8/A.2.10 não se aplicaram a esta UJ

Ítem 3 – Sobre Reconhecimento de Passivos, não houve ocorrência no período.

Ítem 4 – Saldo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, encontra-se devidamente preenchido às fls.

Ítem 5 – Relativo a área de RH, todos dos quadros foram preenchidos, inclusive o referente aos custos de servidores, cujos dados foram fornecidos pelo CGRH/Bsab.

Ítem 6 – Há informações sobre Contrato de Repasse, vez que não houve formalização de convênios.

Ítem 7- Trata-se de declaração atualizada no SICONV, a qual foi anexada às fls.

Ítem 8 – Trata-se da Declaração de Bens (Lei nº 8.730 de 10/11/1993)

Ítem 9 – Sobre controle interno, o questionário encontra-se preenchido como mostra fls.

Ítem 10 – Sobre critério de Sustentabilidade Ambiental, o questionário encontra-se preenchido fls.

Ítem 11 – Os quadros referente a Gestão de Patrimônio Imobiliário, encontram-se às fls.

Ítem 12 – Sobre Tecnologia de Informação, o questionário encontra-se preenchido como mostra fls.

Ítem 13 – Informações sobre Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Ítem 14 – Relativo a Renúncia Tributária, não houve ocorrência no período.

Ítem 15 – O quadro A.15.1 foi preenchido com procedimentos adotados acerca de convênio.

Ítem 16 – A manifestação descreveu a metodologia adotada acerca do controle interno do MAPA

Ítem 17 – Relativo a outras informações, há a manifestação da SFA/PA.

Ítem 18 – Trata-se das Considerações Finais

1- IDENTIFICAÇÃO DA UJ – Relatório de Gestão Individual

Objetivos:

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Foi criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas pela Portaria Ministerial nº 428, de 14/06/2010.

Quadro A.1.1 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura na Pará			
Denominação abreviada: SFA/PA			
Código SIORG: 14	Código LOA: 22000	Código SIAFI: 130094	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do poder Executivo – UD			
Principal Atividade: Fiscalização		Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:	(091) 3214.8620	(091) 3214.8630	(091) 3231.5878
E-mail: gab-pa@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Almirante Barroso, 5384 – Castanheira – Belém/PA - CEP: 66610-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas em Portaria nº 428 de 14 de junho de 2010, as SFAs, unidades descentralizadas diretamente subordinadas ao Ministro de Estado consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e do Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias, Instruções Normativas, Decretos etc.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instruções de Serviços, Ofícios Circulares e Manuais diversos			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130094	Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-		-	

2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

a) – Responsabilidades Institucionais da Unidade

I- Competência Institucional

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de :

I – defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

II – fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;

III – assistência técnica e extensão rural;

IV – infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;

V – produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool.

VI – administração de recursos humanos e de serviços gerais;

VII – programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;

VIII – qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e

IX – aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

O universo de atuação (jurisdição) da Superintendência Federal de Agricultura no Pará corresponde à totalidade do território da unidade da Federação, podendo haver alteração desse limite mediante ato do Ministro de Estado.

II- Objetivos Estratégicos

Os objetivos e metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao texto do Plano Plurianual 2008/2011 que, com jurisdição no âmbito do estado e competência regimental, executa as ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (PIs) – desenvolvidos por meio de atividades e ações de defesa agropecuária que visa garantir a segurança dos alimentos com custos competitivos, tendo como objetivo a minimização do risco de introdução e disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional.

Ainda dentro dos objetivos estratégicos há as ações de educação sanitária para produtores e consumidores competitivos, fomento ao desenvolvimento agropecuário sustentável, infra estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural.

Na execução dessas ações, que se inserem nos programas de defesa agropecuária, da política agrícola e da promoção do desenvolvimento agropecuário, espera-se que os resultados neste exercício contribuam para que não ocorram impactos econômicos e sociais adversos, causados pelo não cumprimento da produção e da produtividade agropecuária, e, conseqüentemente a redução das exportações, a diminuição dos acessos e manutenção de mercado, o desemprego, a redução da renda no campo, com a conseqüente migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos e comprometimento da segurança alimentar.

Os programas executados pela área finalística da Unidade podem ser divididos em dois grupos:

Programa de Defesa Agropecuária – ligados em nível central à Secretaria de Defesa Agropecuária – (SDA) do MAPA

Programa de Política Agrícola e Desenvolvimento Agropecuário – ligados em nível central à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e Secretaria de Política Agrícola – SPA, ambas do MAPA em Brasília.

As atividades finalísticas são realizadas por meio da Divisão e Defesa Agropecuária – DDA, responsável pela coordenação, acompanhamento, orientação e avaliação da execução das atividades da área técnica, a qual é composta por 05 (cinco) Serviços Técnicos, cuja atividade e objetivos estratégicos será sumarizada abaixo e cuja ordem de apresentação será em função dos programas executados no âmbito da SFA/PA.

Programa 0357 – Segurança e Sanidade na Agropecuária

Serviços Técnicos responsáveis pela execução:

VIGIAGRO – Vigilância Agropecuária: Em decorrência da publicação da Portaria nº 428, publicada no DOU de 14 de junho de 2010 o Serviço de Vigilância Agropecuária foi extinto. Porém, suas ações permanecem sob a responsabilidade da Divisão de Defesa Agropecuária, tendo como diretriz a busca da infra-estrutura adequada das Unidades do Sistema localizados nos pontos de ingresso e egresso (portos, aeroportos, fronteiras e aduanas especiais).

O controle do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, assim como as ações de defesa agropecuária de competência do Governo Federal são executadas de forma direta por Fiscais Federais Agropecuários – FFA, localizados nas Superintendências Federais de Agricultura em cada Unidade da Federação e na Secretaria de Defesa Agropecuária, ou pelos órgãos públicos estaduais ou municipais, quando couber, tendo por base o escopo das leis que regulamentam estas atividades.

No caso das ações de vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, insumos agropecuários, além de embalagens e suportes de madeira que acondicionem quaisquer classes de mercadorias destinadas à exportação ou importados pelo Brasil, são de responsabilidade privativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o estabelecido no Artigo 55 do Decreto no. 5.741/2006.

A extensão do País e os desafios da vigilância nas fronteiras exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo território brasileiro. Para tanto é necessário as Unidades responsáveis, estrategicamente, funcionem como a primeira linha da defesa agropecuária brasileira.

Em nível de Órgão Central, os Serviços/Unidades são tecnicamente ligados à Coordenação Geral do VIGIAGRO - CGV, que por sua vez é diretamente ligada à Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA. O Sistema possui mecanismo de autogerenciamento e está organizado em um Comitê Gestor e Sub-Comitês de Gestão por segmento, a saber: Portos, Aeroportos, Fronteiras e Aduanas Especiais. Os Subcomitês periodicamente realizam reuniões para discussões de assuntos pertinentes ao Sistema, tanto de ordem operacional como estratégica e de planejamento de ações.

No Pará, as Unidades de Vigilância, atuam como braço operacional dos Serviços Técnicos da SFA (SISA, SISV e SEFAG), realizando atividades regidas por normas técnicas emanadas dos Órgãos Específicos Singulares do MAPA e afetas especificamente às atividades daqueles Serviços, atuando no momento da chegada e saída de produtos e insumos agropecuários.

Tem sob sua coordenação, 04 (quatro) Unidades operacionais, a saber:

1. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Belém;
2. Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Val-de-Cans;
3. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santarém;
4. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Vila do Conde.

O atendimento do Serviço é feito ainda nos pontos de egresso/ingresso, conforme segue:

Ponto de Ingresso/Egresso	Município	Unidade Responsável
Porto Seco	METROBEL	Belém
		Porto de Belém

Instalação Portuária Fluvial da Robco (*) Breves (Ilha de Marajó) Porto de Belém
Instalação Portuária Fluvial da Madenorte (*) Breves (Ilha de Marajó) Porto de Belém
Instalação Portuária Fluvial da Mainard (*) Breves (Ilha de Marajó) Porto de Belém
Instalação Portuária Fluvial - Munguba (*) Monte Dourado Porto de Belém
Terminal de Containeres - CONVICON Barcarena Porto de Vila do Conde
Terminal Graneleiro - Cargil Santarém Porto de Santarém
Porto Seco Center Cargo Juruti Porto de Santarém
(*) Desativados desde meados de 2009 Santarém Porto de Santarém

Dentro dos objetivos estratégicos definidos e atingidos para 2009, tivemos a oficialização de três das quatro unidades em operação no Estado do Pará, e avanços significativos na qualidade da estrutura e dos equipamentos das unidades.

A melhoria e padronização dos procedimentos vêm sendo implementada em âmbito nacional, devendo atingir resultados mais significativos com a entrada em funcionamento do sistema SGVIG que deverá integrar todas as unidades operacionais do Sistema, com Sede em Brasília e as SFAs..

SISA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal

SISV – Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal

Os objetivos estratégicos da ampliação e manutenção de áreas livres de pragas e/ou sistemas de mitigação de risco de pragas, caracterização, estabelecimento, ampliação e manutenção de áreas livres de doenças dos animais, executar programas de controle zoofitossanitário, fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Animal e Vegetal, definir rotas de risco de disseminação de pragas dos vegetais e doenças dos animais, melhorar o sistema de quarentena animal, certificação de propriedades agropecuárias, etc.

As ações são executadas por meio de sensibilização da cadeia produtiva; levantamento fitossanitário, auditorias, implantação de medidas preventivas e de controle, capacitação, manutenção de banco de dados; elaboração de relatórios, supervisão de área delimitada, etc.

A dimensão geográfica do Estado do Pará (1,2 milhões de Km²) exige estratégias apropriadas e uma infra-estrutura que permita uma adequada capacidade e eficácia no sistema de vigilância. Assim, os postos do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária estão instalados em locais que possibilitam a adequada fiscalização do trânsito que ocorre entre determinadas regiões e nas fronteiras com outros estados. No caso do Trânsito interestadual de Animais e seus produtos, por ser uma ação delegada ao Governo do Estado do Pará, os SISAs/SISVs realizam supervisões e auditorias nas unidades locais de assistência veterinária e postos de controle de trânsito.

Diversas doenças dos animais tem sido objeto de ações de controle/erradicação, destacando-se o Programa de Erradicação da Febre Aftosa, considerado atualmente o principal programa do MAPA na área de saúde animal, tendo o Brasil assumido a meta de erradicá-la até o final de 2010. O estado do Pará apresenta duas situações sanitárias para esta doença. O centro sul do estado e nordeste que ocupa 70% é considerado *área livre com vacinação com reconhecimento internacional*. O nordeste do estado é considerado como de *médio risco* e o arquipélago do Marajó e a calha do Rio Amazonas, 30% do estado são áreas de *médio risco*. Outras atividades importantes são a prevenção da Influenza Aviária, doença letal para aves e mamíferos, inclusive o homem, prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (mal da vaca louca), também letal para mamíferos, entre outras.

Na área vegetal, o principal programa tem sido a manutenção da área de dispersão da praga quarentenária mosca da carambola (*bactrocera carambolae*) nos limites do Estado do Amapá, sem o que, todo o mercado internacional de frutos brasileiros *in natura* poderia se tornar alvo de restrições. Além disso, outras pragas tem sido trabalhadas, como a prevenção da introdução da Monilíase do Cacaueiro, praga bem mais agressiva do que a conhecida *Vassoura de bruxa*, e atualmente ocorrendo

nos países vizinhos do Brasil. O monitoramento da Ferrugem asiática da soja tem tomado impulso no estado com a determinação pela primeira vez em 2009 do calendário de *vazio sanitário*, metodologia que visa diminuir a quantidade de *inoculo* (fonte de contaminação do fungo) no campo.

Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Serviço Técnico responsável pela execução:

SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários:

O SEFAG divide-se em 08 (oito) áreas técnicas, denominadas de Plano Interno (PI), as quais os seus objetivos são estrategicamente definidos em função de suas necessidades e peculiaridades. Estas são apresentadas a seguir:

Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Salvaguardar a produção e a produtividade na área animal pela garantia da qualidade e a conformidade dos materiais destinados à multiplicação por meio de:

- inspeção e fiscalização da produção e comercialização de material genético;
- registro de estabelecimentos industriais, importadores e comerciais de sêmen e embriões;
- registro de estabelecimentos prestadores de serviços na área de reprodução;
- promoção de auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades e projetos pertinentes à área em questão.

Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal por meio de ações direcionadas para:

- o registro e a fiscalização dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados, suplementos e aditivos;
- o registro dos produtos;
- a fiscalização de conformidade de produto, mediante realização de análises fiscais;
- a implementação das Boas Práticas de Fabricação - BPF nos estabelecimentos e;
- a participação em reuniões voltadas para a área de nutrição animal.

Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1

Garantir a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade. Conferindo aos criadores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais por meio de registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais e, - controle da importação de produtos.

Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

Proporcionar a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade e certificar a produção de sementes e mudas, buscando garantir conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética por meio de:

- registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas;
- análise laboratorial de amostras coletadas para a verificação dos padrões estabelecidos;
- certificação da produção de sementes e mudas.

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais por meio de:

- registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais;
- inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos;
- realização de reuniões técnicas, participação em cursos, estágios, treinamentos em serviço e, elaboração e revisão de normas relativas à padronização.

Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX

Fiscalizar as empresas prestadoras de serviços fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de produtos vegetais e seus subprodutos, além de embalagens de madeira. Não há registro de estabelecimento produtor em nosso estado.

Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC 1

Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola. Busca-se compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental por meio de:

- fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, além dos proprietários de aviões agrícolas;
- registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos;
- homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.

Fiscaliz. de atividades com Organismos Geneticamente Modificados FISCORGEN

Acompanhamento e fiscalização de plantios comerciais de milho e soja, que envolvam organismos geneticamente modificados para garantir o cumprimento das determinações da CTNBio e demais legislações referentes a OGM.

0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas;

Serviço Técnico responsável pela execução:

SISA – Serviço de Inspeção da Saúde Animal

SISV – Serviço de Inspeção da Sanidade Vegetal

Visando dar eficiência à execução das atividades, o SISV e SISA/DDA-PA estabeleceram internamente os seguintes grupos de trabalho:

1- Inspeção Animal:

- a) Setor de Pescado e Derivados
- b) Setor de *carnes e derivados*
- c) Setor de Leite e Derivados

2- Inspeção Vegetal:

- a) Fiscalização de Vinhos e bebidas;
- b) Classificação de Produtos de Origem Vegetal e,

Inspeção Animal:

As ações foram executadas de acordo com o planejamento elaborado no final do exercício anterior, estabelecendo-se prioridades de acordo com demandas extraordinárias e determinações da Direção, Coordenações e Divisões do DIPOA/MAPA.

Setor de pescado e derivados:

A dinâmica adotada na execução do serviço objetivou as verificações de conformidade do beneficiamento de produtos nas indústrias sob o Serviço de Inspeção Federal – SIF de acordo com as normas vigentes de modo a garantir a inocuidade dos produtos elaborados, como também, o atendimento às exigências internacionais pelos estabelecimentos habilitados à exportação.

Setor de Carnes e derivados:

Desenvolveu suas atividades com a fiscalização de estabelecimentos com registro no SIF – Serviço de Inspeção Federal visando garantir o cumprimento das normas sanitárias, para segurança do consumidor e cumprimento de acordos internacionais por estabelecimentos habilitados à exportação

Área de leite e derivados:

Da estratégia adotada para o fiel cumprimento das atribuições, objetivos e metas planejadas; a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal do SIPAG-PA executa a Inspeção Permanente, Inspeção Periódica, fiscalização em estabelecimento produtor, coleta de amostras para a análise laboratorial, Supervisões Técnicas, Auditorias, Visitas Técnicas, acompanhamento de missões internacionais, atividades de apoio, ações interinstitucionais, apoio técnico, reuniões técnicas, capacitação, entre outros elementos de não menores valores para o alcance dos resultados favoráveis à excelência da qualidade do serviço.

Inspeção Vegetal:

A elaboração da programação das metas físicas e financeiras eleitas como prioridades e consignadas no Plano Operativo do exercício de 2010, levantou-se especialmente e considerou-se os n°s dos registros das séries históricas das demandas internas e externas dos últimos 03 (três) anos sobre as atividades desenvolvidas e executadas, logicamente, em congruência com a capacidade operacional do serviço como um todo e, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizados em Brasília/DF.

Registre-se no presente relatório, que na execução do Plano Operativo do Exercício de 2010, não houve problemas e nem pontos limitantes ocasionados por falta de recursos orçamentários e nem financeiros, haja vista, o atendimento integral por parte da Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, da programação mensal/anual encaminhada, dentro dos prazos fixados para tal.

Programas de Política Agrícola e Desenvolvimento Agropecuário

1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio;

6003 – Apoio ao desenvolvimento do Setor Agropecuário

Responsável pela execução:

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

Atua de forma mais sistemática na organização, promoção, fomento capacitação de agentes atuantes em produção orgânica de alimentos, na fiscalização de convênios e na viabilização de emendas parlamentares. Em todos os segmentos, a estratégia adotada pelo DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas.

É responsável ainda no apoio a Projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria. Este apoio dar-se-á por meio de Contratos de Repasse, instrumento administrativo usado para transferência de recursos financeiros da união por meio de um agente financeiro público federal, sendo neste caso, a Caixa Econômica Federal.

b) – Estratégia de Atuação frente às responsabilidades Institucionais

I- Plano Estratégico da Unidade

Vigilância Agropecuária: (Programa: Segurança da Sanidade Agropecuária)

Apesar da extinção do Serviço de Gestão do Vigiagro em junho de 2010, as unidades continuaram executando suas atividades normalmente. Cada uma possui chefia e quadro de pessoal distintos e estabeleceram uma dinâmica própria de acordo com as peculiaridades de cada recinto.

As atividades consistem na prática, na fiscalização de mercadorias, bagagem e encomendas de produtos e insumos agropecuários e embalagens e suportes de madeira que acondicionam quaisquer classes de mercadorias que entram ou saiam do país. As mercadorias são classificadas por categorias de risco fito ou zoonosológicos e que possuem procedimentos específicos conforme categoria e classe. As embalagens e suportes de madeira obedecem a normas internacionais contidas na NIMF 15 (Norma Internacional de Fitossanidade) da FAO.

A certificação das mercadorias de origem animal e vegetal destinados ao mercado internacional cumpre exigências normativas específicas, emanadas por fóruns internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como OMC, IPPC, OIE e Codex-Alimentarius.

As fiscalizações realizadas pelos Fiscais Federais Agropecuários, tanto na exportação, visando a certificação de produtos agropecuário, como na importação para produtos que requeiram anuência (conforme IN 40/2008) são correlacionadas e subsidiadas por sistema de outros órgãos como o SISCOMEX, no qual o MAPA é anuente na importação de alguns produtos, além de documentos emitidos por outros órgãos como Receita Federal, Receita Estadual, IBAMA, ANVISA, além de companhias de navegação (BL) e companhia aéreas (AWB). Desta forma, para melhor compreensão da dinâmica do comércio exterior foi realizado treinamento, promovido pelo Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para a formação de seis Agentes de Comércio Exterior em 2010 do VIFGIAGRO Pará.

Inspeção da Saúde Animal e Inspeção da Sanidade Vegetal – (Programa: Segurança da Sanidade Agropecuária)

As normas para a realização deste trabalho são emanadas por organismos internacionais dos quais o Brasil é membro. Em especial se originam de duas fontes principais: A Organização Mundial de Saúde Animal – OIE e a Convenção Internacional de Proteção de Plantas – CIPV. Além disso, o SISA certifica os produtos nos termos estabelecidos nos diversos acordos bilaterais e multilaterais em que o Brasil é parte.

A execução propriamente dita das atividades dá-se principalmente por meio de delegação de competências, nos termos do Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006, que definiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.

O SISA, de forma direta realiza o controle dessas atividades principalmente por meio de auditorias e supervisões nas unidades de execução do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária (ADEPARÀ), com ênfase ao controle do trânsito interestadual e à vigilância sobre as pragas e doenças de importância econômica e de interesse nacional. Havendo dificuldade operacional, ocorrência de focos de pragas quarentenárias ou doenças de controle e notificação obrigatória, nos termos da Convenção internacional de Proteção dos Vegetais, da Organização Mundial de Saúde Animal ou acordos bilaterais e multilaterais dos quais o Brasil é signatário, realiza-se um Plano de Contingência e

ações emergenciais conjuntamente com a ADEPARÁ, sob assessoramento do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA ou do Departamento de Saúde Animal – DSV/SDA conforme o caso.

O controle do trânsito interestadual executado pelo órgão estadual, abrange quase na sua totalidade os 143 municípios paraenses através das unidades locais, unidades de coordenação regional, unidade central de coordenação, porto de Belém, postos fixos e equipes volantes de fiscalização, contudo as principais barreiras se localizam nas divisas com os Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

O principal desafio encontrado ao longo de 2010 diz respeito às dificuldades do órgão estadual de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ) em atender os requisitos estabelecidos nas normas internacionais, mesmo assim o Estado do Pará avançar no reconhecimento novas áreas livres de febre aftosa. Isto levou a SFA/PA a criar um Grupo de Trabalho Técnico especificamente para buscar junto ao Governo do Estado sanear as inconformidades encontradas nos procedimentos operacionais, trabalho este ainda em andamento.

O SISA supervisiona e audita os postos fixos, que tem atendimento 24 horas – diários durante o ano todo. Contatou-se que algumas barreiras fitossanitárias ainda necessitam de melhora na sua infra-estrutura e logística, considerando que em alguns lugares ainda faltam Engenheiros Agrônomos, veículos e apoio policial. É necessário que o Estado melhore a estrutura da fiscalização, com aquisição de equipamentos e materiais, contratação de pessoal e criação de Sistemas de Informação.

Inspeção de Produtos de origem animal: (Programa: Segurança na Qualidade de Alimentos e Bebidas)

Setor de pescado e derivados:

A aquisição de mais um Fiscal Federal Agropecuário viabilizou com maior frequência o acompanhamento das atividades industriais nas diversas localidades nas quais estão implantados os estabelecimentos sob SIF o que se configura nas medidas tomadas frente a cada ocorrência gerada e o início da implementação do sistema de autocontrole nas indústrias sob SIF no Estado.

Setor de Carnes e derivados:

Em 2010, novos projetos de implantação de indústrias no Estado foram analisados aumentando em 05 (cinco) novos estabelecimentos. A equipe conta hoje com 02 (dois) Fiscais Federais Agropecuários a frente da gestão do setor na sede, entretanto pela crescente demanda necessita de pelo menos 12 (doze) Fiscais Federais Agropecuários a responsabilizarem-se pela Inspeção Federal nos estabelecimentos.

Área de leite e derivados:

O serviço trabalhou em parceria com a Gestão Nacional – DILEI/CGI/DIPOA/MAPA por meio de Auditorias Nacionais e Supervisões Técnicas Regionais uma vez que o quadro de Fiscais Federais Agropecuários na área foi reduzido com a transferência de um dos técnicos para o Serviço de Defesa Agropecuária. Foram efetivadas algumas ações em parceria com órgãos de defesa do consumidor no sentido de se coibir a clandestinidade no fabrico de produtos lácteos e impedir a venda no mercado de produto impróprio para o consumo. Estabeleceu-se, oficialmente, a participação de Fiscais Federais Agropecuários - responsáveis por SIF em matadouros-frigoríficos localizados próximos a laticínios- no controle e fiscalização daqueles estabelecimentos da área de leite efetivando assim a maior abrangência do serviço na região.

Inspeção de Produtos de origem Vegetal: (Programa: Segurança na Qualidade de Alimentos e Bebidas)

Área de Bebidas

Na elaboração do plano operativo do exercício 2010, não obstante a obrigatoriedade de observação e cumprimento do estabelecido no PPA 2008/11, por determinação da Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB operou-se um corte linear de 35% (trinta e cinco por cento) em relação às metas físicas e financeiras do exercício de 2009, impingindo assim, uma revisão e enxugamento das prioridades eleitas à atividade, notadamente, em termos de aumento do número de inspeções e fiscalizações “in loco” ano a ano em estabelecimentos produtores, envasilhadores e exportadores de bebidas, localizados no interior do Estado do Pará.

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários: (Programa: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários)

A produtividade agropecuária e a sustentabilidade do agronegócio é função direta da qualidade dos insumos utilizado. Reconhecidamente, sabe-se que uma semente de boa qualidade é um dos pré-requisitos fundamentais para o sucesso do estabelecimento de uma lavoura e garantia de ótimas safras.

Entretanto, para que esses produtos cheguem ao produtor, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação vigente, ações fiscalizadoras regulares e rigorosamente implementadas se fazem necessárias. Cabe ao SEFAG desenvolver estas ações as quais venham a proteger o produtor rural de possíveis fraudes.

O setor primário paraense, tanto na agricultura como na pecuária, tem experimentado nas últimas décadas um crescimento significativo colocando o estado do Pará como principal produtor de dendê, abacaxi, mandioca, pimenta-do-reino e açaí do país. Tal situação demonstra a inquestionável importância do setor para a economia do estado.

Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário: (Programas: Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade; Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio e Apoio ao desenvolvimento do Setor Agropecuário) – DPDAG

Dentre as diversas atividades do serviço, foram apoiados os programas coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo através da execução de ações voltadas para (1) agregação de valor aos produtos paraenses através da Identificação Geográfica de produtos agropecuários, com destaque para o açaí de Igarapé-Miri, as amêndoas de cacau nos municípios da região da Transamazônica e Castanha do Pará em Oriximiná; da Produção Integrada de produtos agropecuários, neste caso o abacaxi em Floresta do Araguaia e Salvaterra, as flores tropicais em Belém e municípios adjacentes, e a banana em Santo Antônio de Tauá e Santa Isabel; através da Produção Orgânica com a promoção de feiras, cursos, palestras, seminários e oficinas; (2) voltadas para a fiscalização de convênios de custeio para recuperação de vicinais, de capacitação e de eventos como o Frutal da Amazônia e AmazonPec; e (3) para análise e fiscalização de emendas parlamentares de investimento, principalmente para a aquisição de patrulhas mecanizadas e obras de infra-estrutura para o desenvolvimento rural de diversos municípios do Estado do Pará.

Apoiamos ainda ações da Secretaria de Relações Internacionais como o Agroex Santarém e ações da Secretaria de Política Agrícola na elaboração do Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011.

II – Plano de Ação da Unidade referente ao exercício

Vigilância Agropecuária: Em 2010, a dinâmica das exportações e importações sofreu algumas alterações em função da política ambientalista, que restringiu a extração de madeira de áreas não

manejadas e também em decorrência da alteração da rota de navios pertencentes a algumas companhias de navegação, que direcionam seus navios para o Porto de Vila do Conde em detrimento ao Porto de Belém, por este não possuir as instalações requeridas, principalmente as voltadas para as exportações de produtos de origem animal, conforme preconiza a IN 34/2010, que prevê a existência de câmara frigorífica para a inspeção de produtos de origem animal frigorificados, principalmente com destino à Rússia.

Para melhor atendimento a essa demanda, o Porto de Vila do Conde recebeu o reforço de Fiscais Federais Agropecuários da área vegetal (engenheiros agrônomos), vindos do Porto de Belém e do estado do Amapá, além de ter lotados permanentemente dos Fiscais Federais Agropecuários – Médicos Veterinários. Ainda assim, há a necessidade com urgência de reforço para atender a crescente exportação de bovinos vivos.

Inspeção da Saúde Animal e Inspeção da Sanidade Vegetal: As ações são executadas por meio de sensibilização da cadeia produtiva, levantamento fitossanitário, auditorias, implantação de medidas preventivas e de controle, capacitação, manutenção de banco de dados, elaboração de relatórios, supervisão de área delimitada, etc.

A dimensão geográfica do Estado do Pará exige estratégias apropriadas e uma infra-estrutura que permita uma adequada capacidade e eficácia no sistema de vigilância. Assim, os postos do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária estão instalados em locais que possibilitam a adequada fiscalização do trânsito que ocorre entre determinadas regiões e nas fronteiras com outros estados.

Na área vegetal, o principal programa tem sido a manutenção da área de dispersão da praga quarentenária mosca da carambola (*bactrocera carambolae*) nos limites do Estado do Amapá, sem o que, todo o mercado internacional de frutos brasileiros *in natura* poderia se tornar alvo de restrições.

Inspeção de Produtos de Origem animal: As ações foram executadas de acordo com o planejamento elaborado no final do exercício anterior, estabelecendo-se prioridades em função de demandas e determinações da Direção, Coordenações e Divisões do DIPOA/MAPA. Adite-se que a operacionalização dar-se-á por área como foi demonstrado no item anterior.

Inspeção de Produtos de Origem Vegetal: na área de Bebidas e Vinagres, as ações foram executadas de acordo com o planejamento que visou otimizar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros localizados e disponibilizados ao SISV/DDA-PA e considerou-se os números e dados estatísticos compilados e constantes dos registros das séries históricas das demandas internas e externas dos últimos 03 (três) anos sobre as atividades desenvolvidas, executadas, avaliadas e auditadas pelos órgãos superiores do MAPA e de controles, logicamente, em congruência com a realidade e capacidade operacional do serviço como um todo, e, também, consoante as orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizados em Brasília/DF. Registre-se ainda, que trabalhamos em parceria com a atividade de classificação e controle da qualidade vegetal, onde se utilizou mão-de-obra representada por Fiscais Federais Agropecuários do referido serviço para execução de metas estabelecidas à atividade de vinhos e bebidas.

Relativo a Classificação Vegetal, a metodologia deu-se com visitas de fiscalização aos estabelecimentos que comercializam produtos de origem vegetal (supermercados, beneficiadores, indústrias, atacadistas), verificando se as embalagens estão em conformidade com os Padrões oficiais de classificação do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. São realizadas

coletas de amostras de produtos vegetais, que apresentam indícios de inconformidade na qualidade afim de aferir a respectiva Qualidade identificada na embalagem para consumo final.

Visou buscar demandas do setor rural por meio da participação em reuniões, oficinas, seminários, câmaras setoriais, e demais fóruns inerentes direta ou indiretamente as atividades agropecuárias do Estado. Eventos estes promovidos pelo próprio Ministério ou por parceiros institucionais das diversas esferas de governo, da iniciativa privada e das representações de produtores rurais, objetivando ajustá-las aos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários: para o exercício de 2010 o SEFAG contou com uma força de trabalho composta por 11 Fiscais Federais Agropecuários – FFA, sendo 09 Engenheiros Agrônomos, 01 Médico Veterinário e 01 Engenheiro Químico. Estes, apoiados por 03 auxiliares, sendo 01 na área técnica e 02 na administrativa.

Entretanto, para que o Plano de Ação alcance um status de excelência por meio das ações e atividades conduzidas pelo SEFAG visando assegurar a conformidade dos insumos disponibilizados ao produtor rural, há a necessidade de um incremento de pessoal de, pelo menos, 01 médico veterinário e 01 zootecnista, além de 01 agente agropecuário e, a implantação de medidas e procedimentos que venham fazer, frente à crescente demanda de fiscalização, tais como:

- Disponibilizar recursos orçamentários e financeiros para a execução em tempo hábil à fiscalização agropecuária. Bem como efetuar pagamentos de despesas de deslocamento dos servidores (diárias) e suprimentos de fundos, nos prazos pré-definidos;
- Necessidade de treinamentos dos FFA em Auditoria Técnico-Fiscal-Operacional e Legislação Federal Agropecuária, considerando os PI's do Serviço de Fiscalização;
- Ampliação da infra-estrutura física do prédio onde funciona o Serviço de Fiscalização Agropecuária/SFA/PA;
- Contratação de motoristas oficiais para conduzirem os FFA nas atividades de campo, considerando a extensa dimensão territorial do estado;
- Estabelecer um calendário, com efetivo cumprimento, de reuniões entre os setores técnico-administrativos, laboratórios, entre outros, visando uma maior integração e buscando minimizar problemas na unidade gestora;
- Realização de seminários internos objetivando integração e divulgação das ações;
- Elaboração do planejamento anual das atividades dos programas;
- Programar e elaborar com antecedência as ordens de serviço e suprimento de fundos;
- Implantação de UTRA's e contratação de pessoal para estas unidades.
- Agilidade na tramitação dos procedimentos administrativos.
- Problemas relacionados ao recolhimento das GRU'S.
- Suprir a carência de equipamentos de informática e material de expediente.

Por outro lado, os procedimentos a serem adotados segundo o Plano de Ação deverão estar, a partir de 2011, compatibilizados com o modelo de Gestão Estratégica com base nos Resultados Estratégicos e seus Indicadores de Desempenho.

Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário: em todos os segmentos, a estratégia do DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

c) Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade

I - Execução dos Programas de Governo sob responsabilidade da UJ

Por ser Unidade descentralizada, as UJs não gerenciam “Programas”, operacionalizam as ações decorrente dos mesmos com subordinação técnica aos seus respectivos coordenadores da Unidade Central. Entretanto com dados da LOA e PPA/2008-2011, foi possível preencher os quadros abaixo com programas que tem ação nesta UJ, ficando a análise gerencial dos mesmos a cargo das respectivas coordenações.

Relativo às despesas empenhadas/liquidadas, trata-se do montante disponibilizado e liquidado para cada Programa, cujos valores decorreu do somatório dos recursos aplicados nas ações afetas aos mesmos.

QUADRO A.2.1 – (ANEXO II DA DN TCU 107/2010)

/		Denominação: “Segurança da Sanidade na Agropecuária”				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Garantir a Segurança Alimentar.						
Objetivos Específicos: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoosanitários dos mercados internos e externos.						
Gerente: Francisco Ferreira Jardim				Responsável: Jesus Nazareno Magalhães (SFA/PA)		
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
117.400.000		682.654,69	682.654,69	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto exercício	Índice atingido exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área livre de febre aftosa com vacinação (km2)	31/12/2007	1.350.461,71	8.419,530,00		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade	Referência			Índice	Índice

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
2	Incidência da Praga “Mosca da Carambola	01/07/2007	10,00	8,00		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Fonte: PPA 2008/2011 – SIGPLAN						

Código no PPA: 0356		Denominação: <i>Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</i>				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Garantir a Segurança Alimentar.						
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.						
Gerente: Francisco Ferreira Jardim			Responsável: José Carlos Barroso Junior – SFA/PA			
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
30.200.000		468.832,58	468.832,58	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal	12/01/2005	0,74	0,85		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto p/exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos críticos de controle – APPCC (Nº)	15/08/2003	250,00	0,00		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						

Texto

Fonte: PPA 2008/2011 – SIGPLAN

Código no PPA: 0375		Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.						
Objetivos Específicos: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.						
Gerente: Francisco Ferreira Jardim			Responsável: Janair			
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
13.840.000	-	651.335,41	651.335,41	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de conformidade de corretivos agrícolas	31/12/2006	83,00	94,00		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Conformidade de Defensivos Agrícolas – Taxa	01/01/2004	85,00	94,00		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: PPA 2008/2011 – SIGPLAN

Código no PPA: 1442	Denominação: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do Agronegócio.	
Objetivos Específicos: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas,	

a agregação de valor à produção e busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.						
Gerente: Erickson Camargo Chandoha			Responsável: Martha Parry de Castro Nogueira			
Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.540.000	-			-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de participação de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira(%)	31/12/2002	0,51	0,21		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	28/02/2003	0,08	0,21		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: PPA 2008/2011 – SIGPLAN

Código no PPA: 1426	Denominação: <i>Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade</i>
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalhos e renda e a retribuição por	

serviços ambientais.						
Gerente: Erickson Camargo Chandoha			Responsável: Martha Parry DE Castro Nogueira – SFA/PA			
Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.607.000	-	7.331,11	7.331,11	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	28/02/2003	0,08	0,21		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: PPA 2008/2011 – SIGPLAN

II - Execução física das ações realizadas pela UJ

Neste item, será apresentado o quadro das ações conforme modelo, entretanto, as metas físicas previstas e realizadas das principais ações serão demonstrada no quadro a parte seguido das análises de resultado. Ressalte-se ainda que as ações serão apresentadas na sequencia da demonstração dos Programas no item I.

Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária**AÇÕES:**

2134: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus produtos – VIGIFITO**Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	2134	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	65	42	R\$ 9.654,00	R\$ 5.034,95

Desempenho Operacional**Metas Físicas Programadas e Executadas**

Metas	Un. (Nº)	Programado(2010)	Executado(2010)	Executado/Programado
Fiscalização em propriedades com emissão de CFO	Fiscalizações	16	18	112,5%
Fiscalização em unidades de consolidação com emissão de CFO	Fiscalização	16	13	81,2%
Supervisão de curso de CFO	Supervisão	1	Nenhum	0
Inspeção fitossanitária em material de propagação vegetal importado.	Inspeção	8	9	112,5%
Auditoria nas barreiras fitossanitárias.	Auditoria	24	2	8%
TOTAL	Supervisão/ Inspeção /Fiscalização/ Auditoria	65	42	64,6%
Partida inspecionada no trânsito interestadual	Partida Inspecionada	30.000	47.266	157,5%
Emissão de Parecer Fitossanitário nas autorizações de importação.	Parecer emitido	40	27	67,5%
Análise de Laudo Laboratorial de partidas importadas	Análises realizadas	40	69	172,5%
Emissão de Termo de Liberação de fiel depositário	Termos emitidos	40	69	172,5%
Capacitação de FFA	Capacitação	1	1	100%

Execução Orçamentária

O quadro abaixo mostra o gasto com a execução da ação nas principais atividades de vigilância e controle do trânsito de vegetais e produtos de origem vegetal realizados pelo SISV e ADEPARA.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% Execução
VIGIFITO	3390.14 (Diárias)	3.954,00	2.126,56	2.126,56	54%
	3390.30 (Consumo)	500,00	-	-	0
	3390.33 (Passagens)	4.200,00	1.908,39	1.908,39	45,4%

	3390.39 (P.Jurídica)	1.000,00	1.000,00	1.000,00	100%
TOTAL		9.654,00	5.034,95	5.034,95	52,1%

Dos recursos financeiros, foram utilizados 52,1% do total solicitado, sendo que os elementos de despesas diárias, consumo e passagens aéreas foram os responsáveis pela queda na taxa de utilização total dos recursos em função do baixo percentual de execução da atividade auditoria nas barreiras fitossanitárias.

Outra condição determinante para o baixo percentual de uso dos recursos deveu-se ao fato de algumas atividades do VIGIFITO terem sido realizadas concomitantemente com outras atividades dos PI's PCEVEGETAL e ERRADMOSCA. Isto implica em redução de custo de aproximadamente R\$ 1.057,00 no elemento de despesa 339014 e R\$ 4.400,00 no elemento de despesa 339033.

Análise Crítica:

Esta ação compreende as atividades de vigilância e controle do trânsito interestadual de vegetais e de produtos de origem vegetal que a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARA executa nas Unidades Locais de Sanidade Agropecuária- ULSA, nos Postos fixos e móveis de fiscalização e nos Escritórios de Atendimento Comunitário.

O SISV, de forma direta, realiza o controle dessas atividades por meio de auditorias e supervisões nas unidades de execução, com ênfase ao controle do trânsito interestadual e à vigilância sobre as pragas de importância econômica e de interesse nacional. O controle do trânsito interestadual executado pelo órgão estadual abrange quase na sua totalidade os 143 municípios paraenses através das unidades locais, unidades de coordenação regional, unidade central de coordenação, porto de Belém, postos fixos e equipes volantes de fiscalização, contudo as principais barreiras se localizam nas divisas com os Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Os postos fixos têm atendimento 24 horas – diários durante o ano todo. Entretanto, algumas barreiras fitossanitárias ainda necessitam de melhora na sua infra-estrutura e logística, considerando que em alguns lugares ainda faltam Engenheiros Agrônomos, veículos e apoio policial. É necessário que o Estado melhore a estrutura da fiscalização, com aquisição de equipamentos e materiais, contratação de pessoal e criação de Sistemas de Informação.

A fiscalização do trânsito aeroviário ainda não foi implantada no aeroporto de Belém. Isto tem sido um fator preocupante considerando os vôos domésticos, diários de Macapá para Belém, dada a existência da Mosca da carambola naquele Estado. A ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e insumos tem como Indicador principal Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras o qual é obtido por meio das Fiscalizações Realizadas pela ADEPARA nas ULSAS e Postos de Fiscalização, contudo, esta ação envolve as atividades de vigilância para todas as pragas de importância econômica que afetam a agricultura estadual e nacional apoiando, inclusive com orçamento, as demais ações específicas dentro da sanidade vegetal.

Os principais produtos vegetais sujeitos à fiscalização do trânsito são os hospedeiros da Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*), Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*), Pinta Preta dos Citros (*Guignardia citricarpa*), Cancro Cítrico (*Xanthomonas axonopodis*), a Mosca Negra dos Citros (*Aleurocanthus woglumi*), Morte súbita e o Greening (*Candidatus Liberibacter*).

A principal atividade realizada pelo SISV nesta ação é Auditoria nas ULSA's, nos Escritórios de Atendimento e nos Postos de Fiscalização, as quais são realizadas concomitantemente com as ações de controle dos outros programas sanitários.

O SISV-PA desenvolve também importante papel na fiscalização do trânsito internacional de vegetais, suas partes e subprodutos, considerando a instrução processual e emissão de pareceres técnicos para importação e exportação. Dentre esses processos a demanda é maior para a importação de material de propagação vegetal, com conseqüente análise de laudos laboratoriais e emissão de termos de liberação das partidas importadas.

A definição da meta “Emissão de Parecer Fitossanitário nas autorizações de importação” foi estabelecida em 40 unidades pelo fato de na época a premissa ter sido a emissão de um parecer para cada licença de importação. No entanto, o procedimento foi alterado e passamos a fazer um parecer para cada processo, o qual contém várias licenças de importação. Na prática isto resultou em uma otimização do trabalho, aumentando o desempenho final conforme se pode observar nas metas “Análise de Laudo Laboratorial e “Emissão de Termo de Liberação” que atingiram 72,5% acima do programado.

No ano de 2010 foram emitidos 27 pareceres fitossanitários para autorização de importação de 10.662.420 sementes pré-germinadas de dendê dos países da Costa Rica, Colômbia, Tailândia e Equador. Em função desses processos foram analisados 69 laudos laboratoriais com posterior emissão de 69 Termos de Liberação das partidas importadas.

Em virtude da não celebração de convênio com o MAPA, a Agência de Defesa Agropecuária, ADEPARA, não realizou cursos de Certificação Fitossanitária de Origem para Pragas Regulamentadas, impossibilitando desta forma a execução da meta “Supervisão de curso de CFO”.

8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Praga de Vegetais – PCEVEGETAL

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	8572	Atividade	3	Supervisão Realizada (Unidade)	68	67	R\$ 143.573,25	R\$ 110.781,92

Entre as atividades prioritárias inerentes a esta ação no Pará estão o controle do Moko e da Sigatoka Negra na cultura da banana e helicônias, o controle da Ferrugem Asiática da soja e da Mosca Negra dos Citros, a prevenção da Monilíase do cacaueiro, do Ácaro Vermelho das palmeiras, da Broca da teca e a prevenção de pragas quarentenárias da cultura dos citros como a Pinta Preta, o Cancro Cítrico e o Greening. São atividades de execução direta da Agência Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARÁ, para as quais o MAPA repassa recursos financeiros por meio de convênio. Estas atividades são supervisionadas e auditadas pelo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA-PA.

A Análise da Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL foi realizada no detalhamento das subações que estão relacionadas no desempenho operacional abaixo.

Desempenho Operacional

Metas Físicas Programadas e Executadas

Ação	Un. (Nº)	Progr/2010	Exec/2010	Exec/Progr.	Progr/2011
Prevenção e controle de pragas dos vegetais	Área controlada (ha)	56.000	123.733	220,95%	-
Subação	Un/(Nº)	Progr/2010	Exec/2010	Exec/Progr	Progr/ 2011
1. Prevenção e controle de pragas da banana	Área controlada (ha)	1.461	1005	68,8%	-

1.1. Supervisão em Unidades Produtivas cadastradas no SMR para as pragas Sigatoka Negra e Moko da bananeira.	UP	16	18	112,5%	-
1.2. Supervisão em Unidades de Consolidação cadastradas no SMR para as pragas Sigatoka Negra e Moko da bananeira em cultivos de banana.	UC	16	13	81,2%	-
1.3. Reunião com produtores	Unid	2	2	100%	-
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
1.4. Cadastramento de Propriedades				8	Unid.
1.5. Área Total Monitorada				461	Há
1.6. Termo de Notificação Emitido				9	Unid.
1.7. Palestra Técnica				1	Unid.
1.8. Municípios Fiscalizados				4	Unid.
1.9. Unidades Produtivas Fiscalizadas				21	Unid.
1.10. Unidades de Consolidação Fiscalizadas				13	Unid.
Subação	Un.(Nº)	Progr/2010	Exec/2010	Exec/Progr	Progr/2011
2. Prevenção e controle de pragas dos citros	Área prevenida (ha)	3.000	2.733	91,1%	-
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
2.1 Número de municípios monitorados				30	Unid.
2.2. Número de plantas inspecionadas				43.295	Unid.
Subação	Un/Nº	Progr/2010	Exec/2010	Exec/Progr	Progr/ 2011
3.Prevenção e controle de pragas da soja.	Área controlada (ha)	48.539	67.739,8	139,5%	-
3.1 Supervisão do vazio sanitário da soja.	Unid.	2	0	0	-
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
3.2. Área total Inspeccionada				60.726,4	Há
3.2. Área total fiscalizada nos períodos de vazio sanitário da soja				67.739,78	Há
3.3. Número de municípios monitorados				15	Unid.
3.4. Número de inspeções de campo realizadas				260	Unid.
3.5. Número de propriedades fiscalizadas				163	Unid.
3.6. Número de propriedades notificadas/advertidas				37	Unid.
3.7. Número de propriedades multadas				1	Unid.
Subação	Un/Nº	Progr/2010	Exec/2010	Exec/Progr	Progr/ 2011
4.Prevenção e controle da broca da teca (<i>Sinoxylon conigerum</i>).	Área prevenida (ha)	2.000	1.360	68%	-
4.1 Supervisão das propriedades monitoradas.	unid	33	35	106%	-

Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
4.1. Levantamento de áreas de plantio de teca no Estado do Pará				6.835,8	Há
4.2. Área monitorada				1.360	Há
4.3. Numero de armadilhas instaladas				35	Unid.
4.4. Número de municípios monitorados				03	Unid.
4.5. Número de coletas realizadas sem detecção da praga <i>Sinoxylon conigerum</i> .				338	Unid.
Subação	Un/Nº	Progr/2010	Exec/2010	Exec/Progr	Progr/ 2011
5.Prevenção e controle de pragas do cacau.	Área prevenida (ha)	1.000	580	58%	-
5.1 Prospeção da Monilíase do cacau na Região Norte.	Unid.	1	1	100%	-
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
5.2. Treinamento sobre Monilíase do Cacau				0	Unid.
5.3. Número de municípios atendidos				3	Unid.
5.4. Número de propriedades inspecionadas				20	Unid.
5.5. Número de plantas inspecionadas				2.520	Unid.
5.6. Número de propriedades com Monilíase				0	Unid.
Subação	Un/Nº	Progr/2010	Exec/2010	Exec/Progr	Progr/ 2011
1. Prevenção e controle do ácaro vermelho das palmeiras (<i>Raoiella indica</i>).	Área prevenida (ha)	-	50.315,2	-	-
6.1 Reunião para criação do Comitê Técnico para elaboração do plano de contingência do ácaro vermelho.	Unid.	-	1	-	-
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
6.1. Treinamento para reconhecimento do ácaro vermelho.				1	Unid.

Execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra o gasto com a execução da ação nas principais atividades de vigilância e controle do trânsito de vegetais e produtos de origem vegetal realizados pelo SISV e ADEPARA.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/ Dotação
PCEVEGETAL	339014(Diárias)	22.665,64	17.762,52	17.762,52	78,3%
	339030 (Consumo)	2.500,00	1.971,02	1.971,02	78,8%
	339033(Passagens)	21.800,00	21.800,00	21.800,00	100%
	339036 (P.Física)	6.927,84	5.553,7	5.553,7	80,1%
	339039 (P.Jurídica)	20.900,00	20.200,00	20.200,00	96,6%
	339093 (Ex.Anteriores)	429,03	429,03	429,03	100%
	449051(M.Permanente)	68.350,74	43.065,65	43.065,65	63%
TOTAL		143.573,25	110.781,92	110.781,92	77,2%

Fonte: SIAFI Gerencial

Dos recursos financeiros, foram utilizados 77,2% do total solicitado, sendo que os elementos de despesas 339014 (diárias), 339030 (consumo) e 339036 (colaborador eventual) foram os responsáveis pela queda na taxa de utilização total dos recursos. Este fato foi motivado pela não execução da meta “Supervisão da fiscalização do vazio sanitário da soja” no qual a solicitação do recurso para descentralização de R\$ 4.071,00 (339014), R\$ 1.000,00 (339030) e R\$ 2.035,50 (339036) só foi atendida no final de novembro, não havendo tempo hábil para realização da atividade, já que o segundo período de vazio sanitário no Estado do Pará termina no dia 30 de novembro.

Foram programadas e realizadas despesas compartilhadas para pagamento de serviços de telefonia fixa da SFA-PA, no elemento 339039 no valor de R\$ 20.200,00. No elemento de despesa 449051 foi liquidado o valor de R\$ 43.065,65, referente à finalização do projeto de reforma do prédio do serviço com a construção da área de garagem e calçada.

4738: Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	4738	Atividade	3	Supervisão Realizada (Unidade)	2.300	1.600	R\$ 148.822,30	R\$ 34.309,85

A mosca da carambola é uma das espécies de moscas-das-frutas de importância econômica prejudicial à fruticultura mundial. Ataca várias espécies frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. É originária do sul da Ásia e foi introduzida no continente americano através do Suriname em meados de 1975. No ano de 1989 foi detectada na Guiana Francesa de onde se dispersou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996. Por meio do decreto nº 2.226, de 19 de maio de 1997, a região compreendida pelo Município do Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá foram consideradas pelo Ministério da Agricultura como áreas de emergência fitossanitária, onde ao longo dos últimos treze anos vêm sendo executadas medidas de controle e erradicação de focos dessa praga a fim de impedir sua dispersão para outros locais dentro e fora do Estado.

O monitoramento da mosca da carambola no estado do Pará iniciou em 1996 pela Superintendência Federal de Agricultura- SFA/PA com 181 armadilhas instaladas nos principais pontos de entrada nas rotas de risco no Estado.

A partir de fevereiro de 2007, após a ocorrência do foco da *Bactrocera caramabola* no Distrito de Monte Dourado-Almeirim houve uma expansão gradual das áreas trabalhadas tanto em Monte Dourado como em outros municípios do Pará, de forma a intensificar a vigilância nas principais rotas de risco. Uma das rotas de altíssimo risco compreende os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas: Santarém, Alenquer, Oriximiná, Óbidos, Prainha, Monte Dourado, Almeirim, Porto de Móz, Gurupá e Juriti. A Figura 1 indica a área prospectada no estado do Pará.

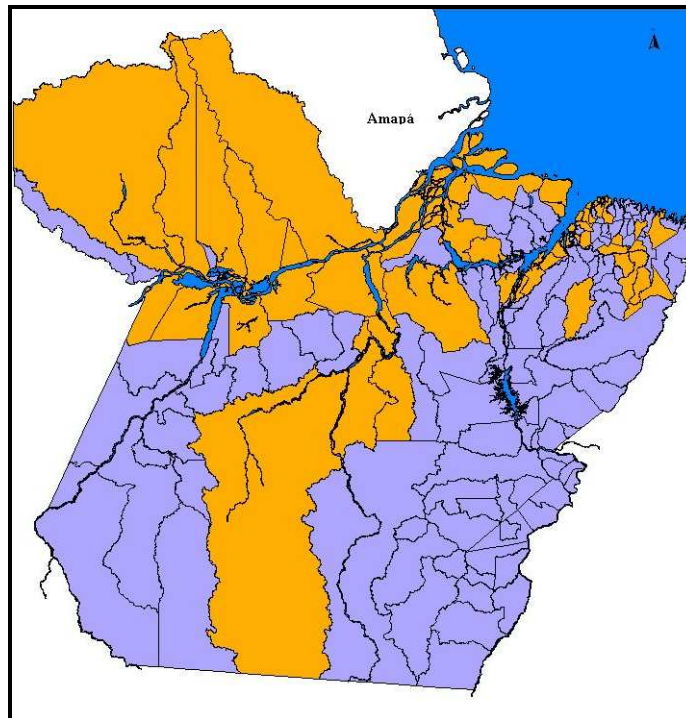


Figura 1. Área prospectada para *B. carambolae* no estado do Pará em 2010.

Atualmente os levantamentos de prospecção são realizados pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARA e controlado pela Superintendência Federal de Agricultura no Pará-SFA-PA. Atualmente são monitorados 45 municípios considerados áreas de alto risco de introdução e dispersão da praga no Estado, onde encontram-se instaladas 972 armadilhas, sendo 738 do tipo Jackson e 234 do tipo McPhail. Somente no Distrito de Monte Dourado-Almeirim encontram 247 Jackson e 105 McPhail. O quadro 1 mostra a distribuição de armadilhas nas principais rotas de risco do Estado.

Quadro 1 – Locais de Monitoramento da mosca da carambola no estado do Pará, em 2010

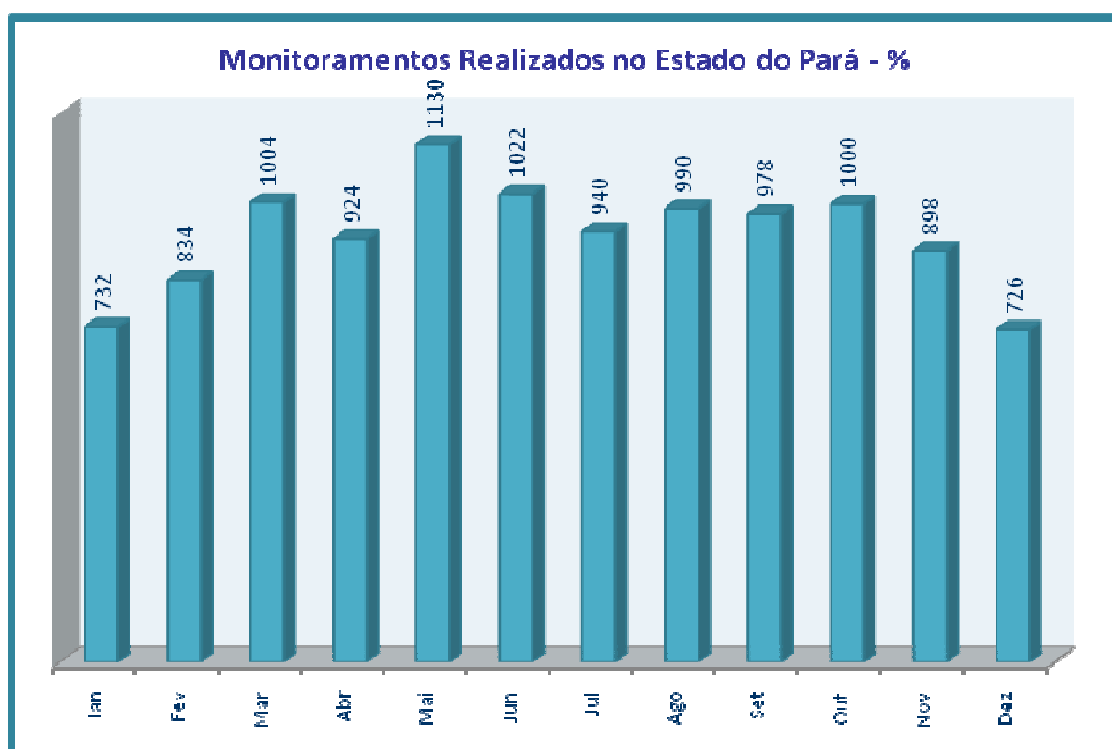
Gerências Regionais da ADEPARA	Municípios	Nº de Armadilhas	
		Jackson	McPhail
Soure	Belém	15	5
	Icoaraci	8	2
	Mosqueiro	8	2
	Soure	8	2
	Salvaterra	8	2
	Chaves	15	5
Breves	Breves	8	2
	Afuá	15	5
	Curralinho	8	2
	Portel	8	2
Castanhal	S. A. Tauá	8	2
	Benevides (Muruni)	8	2
	Colares	8	2
	Vigia	8	2
	São Caetano de Odivelas	8	2
	Curuçá	8	2
	Marapanim	8	2
	Santa Izabel	8	2
Capanema	Capanema	8	2
	Bragança	8	2
Abaetetuba	Barcarena	8	2
	Abaetetuba	8	2
	Cametá	8	2
	Ig. Miri	8	2
	Tomé Açu	16	2
Santarem	Santarém	15	5
	Monte Alegre	15	5
	Alenquer	15	5
	Prainha	15	5
Oriximiná	Óbidos	15	5
	Oriximiná	15	5
	Juruti	15	5
Almeirim	Monte Dourado	247	105
	Almeirim	15	5
	Porto de Moz	15	5
	Gurupá	15	5
Altamira	Altamira	8	2
	Vitoria do Xingu	8	2
	Senador José Porfírio	8	2
Capitão Poço	Capitão Poço	16	2
	Ourém	16	2
	Irituia	16	2
	Garrafão do Norte	16	2
	Nova Esperança do Piriá	8	2
	Santa Maria do Pará	8	2
	São Miguel do Guamá	8	2
Total	46	738	234

Quadro 2 – Resultado do Monitoramento da mosca da carambola nos municípios do estado

Gerência ADEPARA	Nº armadilhas	Monitoramentos	Monitoramentos	% realizado
------------------	---------------	----------------	----------------	-------------

	Jackson	McPhail	programados	realizados	
Breves	39	11	1.200	1.100	92,00
Castanhal	64	16	1.920	1.850	96,00
Soure	62	18	1.920	1.340	70,00
Abaetetuba	48	10	1.392	1.164	84,00
Capitão Poço	88	14	2.448	1.674	68,00
Capanema	16	4	480	440	92,00
Altamira	24	6	720	590	82,00
Santarém	55	15	1.440	1.340	93,00
Oriximiná	45	15	1.440	440	31,00
Almeirim	60	20	1920	1.240	65,00
TOTAL	491	129	14.880	11.462	77,30

FIGURA 2. Resultados do monitoramento realizado pela ADEPARA em 2010.



O SISV realiza supervisões nas atividades de monitoramento e no plano de pós- erradicação no Vale do Jari com os objetivos de verificar o controle de qualidade do trabalho de monitoramento que vem sendo realizado pelas equipes executoras da ADEPARA e supervisionar as áreas trabalhadas em Monte Dourado buscando orientar os executores sobre os ajustes necessários quanto à demarcação de áreas, densidade de armadilhas, identificação de armadilhas, controle de qualidade do monitoramento e sobre a execução das ações de combate do Plano Pós-erradicação da MC no Vale do Jari. Nas supervisões também são detectados os entraves relacionados à condução dos trabalhos e apresentados aos gestores técnicos-administrativos dos órgãos responsáveis pela execução para solução dos mesmos.

Em 2010 foram realizadas auditorias e supervisões nas seguintes localidades:

Locais	Período	Técnico
Monte Dourado	07 a 12/02/2010	Wilda da Silveira Pinto Pacheco
Benevides, Santa Isabel, Santo Antonio do Tauá, Colares, Vigia e São Caetano de Odivelas, Curuçá e Marapanim	07 a 12/06/2010	Carlos Alberto Carvalho de Moraes
Monte Dourado	27/06 a 02/07	Wilda da Silveira Pinto Pacheco
Monte Dourado	31/08 a 03/09	Wilda da Silveira Pinto Pacheco
Benevides, Santa Isabel, Santo Antonio do Tauá, Colares, Vigia, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Capanema e Bragança	20 a 25/09/2010	Carlos Alberto Carvalho de Moraes
Abaetetuba	06/10/2010	Carlos Alberto C. de Moraes
Soure e Salvaterra	13 a 15/10/2010	Carlos Alberto C. de Moraes

A ADEPARA realiza supervisões internas no monitoramento pelo grupo composto por Engenheiros Agrônomos capacitados pelo MAPA e experientes no monitoramento da Mosca da carambola. Este grupo realiza quatro supervisões internas anuais em todas as rotas do Estado seguindo metodologia e “check list” descritos no “Plano de Supervisão Interna do monitoramento da Mosca da Carambola no Estado do Pará”, elaborado pelo SEDESA/PA em conjunto com os técnicos designados pela ADEPARA para esse trabalho. Eventualmente o SISV-MAPA paga as diárias e deslocamento dos técnicos para realização desta atividade.

Quadro 3- Técnicos que realizam Supervisão Interna do monitoramento da Mosca da Carambola no Estado do Pará na ADEPARA

Técnico em Defesa e Inspeção Agropecuária	Matrícula	Lotação
Everaldo Luis Martins Chaves	45185731/1	ULSA ALMEIRIM
Adalberto Gomes Tavares	5877989/2	ULSA- BREVES
Clovis Antonio Villacorta Vasconcelos	10499/2	ULSA- SANTARÉM
Jorge Eduardo Mendonça Goes	57176052/1	ULSA – SALVATERRA
Leonardo Magno Marques de Moraes	51855633/2	GEDV/ADEPARA

O controle de qualidade pela SFA/PA é realizado duas vezes ao ano.

O estado do Pará é livre da mosca da carambola. A última captura de adulto em armadilhas foi em 08 de junho de 2007 e de larva em frutos em 20 de julho de 2007. De acordo com a norma internacional NIMF 26, a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária Brasileira (Departamento de Sanidade Vegetal-MAPA) declarou o foco de Monte Dourado e Laranjal do Jarí erradicado em 29/02/08 junto ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul. Em abril de 2008 foi implantado o Plano Operacional/Pós Erradicação do vale do Jarí que contempla as medidas e ações voltadas para a vigilância intensiva e manutenção do status da erradicação da mosca da carambola em Laranjal do Jarí- AP e Monte Dourado-PA.

Embora a mosca da carambola tenha sido erradicada no Vale do Jari ainda são realizadas ações de pós-erradicação em Monte Dourado-PA e Laranjal do Jarí-AP, respeitada a divisão geopolítica dos estados e municípios, considerando-se que a região deve ser tratada como um todo para o sucesso do trabalho considerando a pequena distância que separa as duas cidades e as características geográficas.

Desta forma, em 2010 em Monte Dourado e Laranjal do Jarí continuaram a aplicação de procedimentos sistematizados de pulverizações de iscas tóxicas, coleta de frutos hospedeiros, técnica de aniquilamento de machos, erradicação de caramboleiras e ações de educação sanitária. Estas atividades de pós-erradicação sofreram solução de continuidade em 2010 em determinados períodos tendo em vista problemas administrativos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, como vencimento do contrato de trabalho temporário com os técnicos que executam as ações de campo, atraso no pagamento dos mesmos, problemas mecânicos nos veículos, entre outros. Houve redução de 3 técnicos Agrícolas para 1 e de 3 Engenheiros Agrônomos para 1 que acumula a responsabilidade pela Unidade Local de Monte Dourado. O Quadro 4 mostra os tratamentos realizados em Monte Dourado desde a aplicação do plano de erradicação da mosca da carambola no Vale do Jari.

Em 2010 foi dada continuidade à Cooperação Técnica entre o MAPA – SFA/PA e SFA/AP, ADEPARA - Agência de Defesa Agropecuária do Pará e DIAGRO- Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá com o objetivo de compartilhar ações nos estados do Pará e Amapá visando o combate e conter o avanço da praga no Estado do Amapá e para os demais estados da Federação. Assim, as equipes da ADEPARA realizaram as ações de monitoramento e as medidas de pós-erradicação em Laranjal do Jari. Em 2010 o SISV continuou com a cooperação na execução do Plano de erradicação da Mosca da Carambola no sul do Amapá, com a participação de FFA como instrutor nos cursos de capacitação e na supervisão e avaliação do Plano.

Alguns problemas de ordem técnica-administrativa e operacional foram encontrados em 2010, o que veio afetar o desempenho desta ação, como:

- Indisponibilidade de veículos (carros ou moto) em alguns escritórios da ADEPARA; ou quando existentes com problemas de manutenção.
- Indisponibilidade de recursos financeiros nos escritórios da ADEPARA para aquisição de combustível, material de expediente e conservação dos imóveis.
- Falta de melhores condições de trabalho para os técnicos lotados nas ULSAV's e Postos de fiscalização.
- O trânsito de produtos vegetais do Estado do Amapá para o Pará continua sem controle.
- A ADEPARA realizou as ações em 2010 com recursos próprios e eventuais pagamentos pelo MAPA das atividades de supervisão do programa.

Quadro 4 – Medidas de controle e erradicação realizados em Monte Dourado no período de fevereiro de 2007 a dezembro de 2010.

Localidade	Nº armadilhas		Nº de capturas		Coleta de Frutos (Kg)	Plantas Erradicadas	Blocos Distribuídos	Plantas Pulverizadas
	Jackson	Mcphail	Jackson	Mcphail				
MTD	50	26	13	4	332	148	25.052	74.550
Munguba	17	3	0	0	0	0	0	0
Est. Munguba – MTD	5	0	0	0	0	0	0	0
Bitubinha	10	3	0	0	204	247	2.380	2.402
Águas Lindas	16	8	1	0	7	9	1.000	23.160
Aterro Sanitário	2	0	0	0	0	3	0	0
Braço	14	14	301	227	538	99	9.794	29.461
Planalto	14	12	95	73	77	3	8.672	55.202
Bandeira	14	11	63	8	37	21	11.088	24.074
Repartimento/Vila Nova	4	0	0	0	0	0	0	0
São Militão	4	4	1	0	0	3	0	0
Bananal	2	0	0	0	0	3	0	0
Ponte Maria	2	2	0	0	0	0	0	0
Est. Parte de Baixo	9	1	1	0	1	0	300	0
Vila Bananal	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Sabão	0	0	0	0	1	0	0	0
Recreio	2	0	0	0	300	2	0	0
Ramal Serra Grande	2	0	0	0	0	1	0	0
São Miguel	18	13	135	385	226	19	6.338	53.884
Estrada Nova	6	1	0	0	36	2	0	163
Vila dos Gatos	2	2	0	0	2	1	520	297
Ting Ling	2	0	0	0	1	0	0	0
Nova Vida	5	0	0	0	0	0	0	0
Pedral	2	0	0	0	0	4	0	0
Pimental	3	0	0	0	0	0	0	0
Est. MD-SM	6	0	1	0	0	0	0	0
PA-473 Alm-MTD	21	0	0	0	0	2	0	0
Buritizal	0	0	0	0	0	0	0	0
Almeirim	15	5	0	0	0	0	0	0
TOTAL	352		1.308		1.761	567	65.144	263.193

Desempenho Operacional

Quadro 5 – Metas e resultados da ação Erradicação da Mosca da Carambola

Metas	Un. (Nº)	Programado/2010	Executado/2010	% Execução
Área prevenida	Há	124.768.700	124.768.700	100%
Área monitorada	Há	8.792	8.792	100%
Armadilha instalada	Unid.	972	972	100%
Supervisão, fiscalização do monitoramento da Mosca da Carambola.	Supervisão	1240	600	48%
Supervisão do monitoramento e das ações de combate da praga no Vale do Jari	Supervisão	1056	1056	100%
Supervisão do monitoramento e das ações de combate em Macapá	Supervisão	4	4	100%
Participação de FFA como instrutor em curso	Participação	3	5	167%
Curso de Educação Sanitária	Cursos	2	1	50%

Execução Orçamentária

O quadro abaixo apresenta as informações orçamentárias do programa nas principais atividades de erradicação da mosca da carambola realizadas pelo SISV e ADEPARA.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
ERRADMOSCA	3390.14 (Diárias)	11.654,80	10.095,81	10.095,80	86,6%
	3390.30 (Consumo)	17.000,00	6.485,24	6.485,24	38,1%
	3390.33 (Passagens)	8.300,00	8.300,00	8.300,00	100%
	3390.36 (P.Física)	11.867,50	9.428,80	9.428,80	79,4%
TOTAL		48.822,3	34.309,85	34.309,85	70,27

Fonte: SIAFI Gerencial

8658: Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais - PCEANIMAL

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	8658	Atividade	3	Propriedade Prevenida (há)	62	117	R\$ 34.113,33	R\$ 32.643,90

Metas Físicas:**Número de propriedades atendidas pelo SISA/SAÚDE ANIMAL/SFA-PA em 2010**

PROGRAMAS	PROGRAMADO	REALIZADO	% ULTRAPASSADA
<i>PNSA</i>	4	7	150%
<i>PNCEBT</i>	34	57	167,64%

<i>PNCRH</i>	16	40	250%
<i>PNSE</i>	8	13	162,50%
<i>TOTAL</i>	62	117	188,70 %

Número de propriedades atendidas pela ADEPARA em 2010

Número de propriedades atendidas pela ADEPARA em 2010												
Doença	Meses											
	Janeiro	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez
Tuberculose-Adepará	0	0	0	3	0	0	5	0	0	0	0	0
Tuberculose-Habilitados	187	107	168	126	65	67	207	164	217	133	225	156
Brucelose-Adepará	839	742	16	170	55	8	95	21	0	315	42	416
Brucelose-Habilitados	3231	2596	4046	3074	5173	3539	7662	3010	1942	2911	7200	7236
Aves	223	299	240	364	285	290	374	384	367	354	262	421
Aquáticos	0	0	7	0	0	0	1	2	0	0	0	0
Raiva	3	2	6	17	5	1	10	8	0	1	3	6
Mormo	32	41	39	120	43	40	5	135	0	15	127	33
AIE	15	38	21	19	15	20	7	7	30	10	43	8
Educação Sanitária	1528	322	406	464	805	462	1307	4039	491	658	794	1059
TOTAL	6058	4147	4949	4357	6446	4427	9673	7770	3047	4397	8696	9335

ATIVIDADES	Responsabilidade
1. Alcançadas através da Realização de auditorias, supervisões, ou reuniões técnicas.	
1.1. Sensibilização da cadeia produtiva	SFA/ADEPARA
1.2. Levantamentos zoossanitários de pontos de risco	SFA/ADEPARA
1.3. Elaboração de Relatórios mensais	SFA/ADEPARA
1.4. Avaliação mensal de resultados alcançados	SFA/DSA
1.5. Auditoria INTERNA para o PNSA e PNCRH	SFA/DAS
1.6. Reconhecimento pelo DSA das dificuldades enfrentadas pela falta de FFAs	DSA
1.7. Supervisão da Área Livre e arquipélago do Marajó	SFA
1.8. Auditoria para manutenção de status sanitário	SFA
2- Executar Programas de Controle e Prevenção de doenças	
2.1. Delimitar área	ADEPARA
2.2. Monitorar ocorrência	ADEPARA
2.3. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	ADEPARA
2.4. Supervisionar áreas delimitadas	SFA
2.5. Comunicar ao DSA o status da área	SFA
3- Fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Animal	
3.1. Diagnóstico da estrutura estadual	SFA/ADEPARA
3.2. Elaboração da proposta do convênio com base no diagnóstico e na avaliação da capacidade zoossanitária	ADEPARA
3.3. Melhorar sistema de acompanhamento de resultados finalísticos de convênio	SFA/ADEPARA

3.4. Desenvolver e implantar Sistema Integrado de Informações (sistematização de processos)	ADEPARA
3.5. Capacitação	DSA/SFA
4- Definir Rotas de Risco	
4.1. Estabelecer áreas de risco	SFA/ADEPARA
4.2. Identificar principais origens e destinos de produtos de maior risco	SFA/ADEPARA
4.3. Identificar principais rotas de trânsito	SFA/ADEPARA
4.4. Identificar pontos estratégicos para barreiras zoossanitárias	SFA/ADEPARA
4.5. Aplicar medidas zoossanitárias nas barreiras internacionais interestaduais e intra-estaduais.	VIGIAGRO ADEPARA
5 – Melhorar Sistema de Quarentena Animal	
5.1- Instruir os procedimentos para os quarentenários	SFA
5.1 – Sistematizar a comunicação dos resultados da quarentena	SFA
5.3 – Supervisionar e acompanhar quarentena em nível de campo	SFA
6- Certificação de Propriedades	
6.1- Habilitação de Médicos Veterinários para diagnóstico de doenças.	SFA/ADEPARA
6.2– Manutenção do banco de dados de Médicos Veterinários habilitados	SFA/ADEPARA
6.3– Monitoramento e certificação de propriedades	SFA/ADEPARA
7- Educação Sanitária	
7.1- Execução de Programa de Educação Sanitária na Defesa Animal	SFA/ADEPARA
7.2- Acompanhamento e participação como instrutores em ações de campo	SFA

Análise Crítica:

Sugerimos para melhorar o desempenho dentro de cada programa as recomendações que seguem:

- Que seja realizado um levantamento de bens adquiridos com recursos do convenio MAPA/ADEPARA, para que estes sejam utilizados em proveito exclusivo das ações de Defesa Animal.
- Que seja constituído um Grupo de trabalho no SISA/Saúde Animal voltado a análise de dados e informações de Defesa Animal, visando sugestões para reduzir o tempo de atendimento às notificações de suspeitas, levantamento sobre pontos críticos.
- Criação de um calendário obrigatório de envio de informações mensais dividido por programas.
- Aumentar a frequência de Treinamentos de Médicos Veterinários do serviço oficial e do setor privado.
- Aumentar as ações de vigilância ativa em propriedades que possuem bovinos importados, confinados e com criação integrada aves e bovinos.
- Incentivar a criação de mais equipes de captura de morcegos, cadastramento e monitoramento de abrigo.
- Aumentar o nº de auditorias internas tanto por parte da ADEPARA quanto por parte do SISA/Saúde Animal no intuito de orientar, cobrar e avaliar as ações.
- Divulgar por meio de palestras para Médicos Veterinários do Serviço Oficial e do setor privado, empresários, autoridades municipais e criadores as doenças de notificação obrigatória, novas legislações e procedimentos.

Contingenciamento no Exercício:

Atualmente o corpo técnico do SISA/Saúde Animal apresenta-se reduzido, e necessita de mais um Fiscal Federal Agropecuário, o que sobrecarrega e diminui a dinâmica do serviço, porém, todas

demandas e atividades sobre responsabilidade deste serviço, vem sendo atendidas eficientemente e em tempo hábil, não prejudicando o usuário dos serviços MAPA.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:

Um dos eventos negativos é sem sombra de dúvida o nº reduzido de auditorias internas tanto por parte da ADEPARA quanto por parte do SISA/Saúde Animal no intuito de orientar, cobrar e avaliar as ações. Outro fator negativo é a inexistência de um calendário obrigatório de envio de informações mensais que devem ser encaminhadas ao SISA/Saúde Animal por parte da ADEPARA, e que não vem sendo entregue dentro do prazo estipulado. A frequência de Treinamentos para Médicos Veterinários do Serviço Oficial, do setor privado e autônomos precisa ocorrer de forma programada e em menor espaço de tempo possível.

Quanto aos eventos positivos destacamos a reestruturação do prédio e do ambiente de trabalho com mesas, cadeiras, computadores novos, o que eleva a auto-estima, melhorando o desempenho dos funcionários e diminui a probabilidade de doenças e faltas ao trabalho. Também foram realizadas diversas reuniões entre os servidores do SISA/Saúde Animal para avaliar e harmonizar procedimentos visando à devida orientação, controle na solicitação e liberação de recursos disponibilizados pelo MAPA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao interpretarmos os avanços obtidos na gestão/2010 na INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - IISPOA/SISA/DDA/SFA-PA vemos, tal qual ao exercício anterior, uma crescente demanda, relativa às ações, produtos e metas estabelecidas uma vez que, com a manutenção do status sanitário do Estado, mais indústrias foram implantadas, novos mercados foram atingidos, houve novas contratações melhorando o corpo técnico e um aprimoramento em nossas atividades de tal maneira que os objetivos traçados foram alcançados de forma significativa o que é óbvio ao observar-se o alcance de um percentual expressivo na **efetividade** uma vez que o **índice de conformidade (93,13%)**, alcançado sugere que a ação fiscal está sendo relevante à oferta de produtos de qualidade ao consumo, combinado a crescente adequação das indústrias, sob a nossa égide, aos padrões de qualidade total condicionados nos acordos multilaterais da comercialização o que também influencia o mercado interno combinado a crescente especialização do quadro funcional do SISA/DDA/SFA-PA.

Ao consideramos o universo programado como metas objetivando a melhoria de qualidade de vida motivada pela manutenção da saúde em níveis aceitáveis e o combate à fraude econômica, observamos de forma concreta os seguintes avanços:

1. A utilização dos recursos de forma coerente e otimizada com o devido acompanhamento com um **custo unitário (R\$ 269,49) para o universo de atividades que compõem a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal**, considerado bom, o que denota **eficiência** na execução das metas, as quais seguiram uma nova configuração na relação de atividades atribuídas ao SISA/DDA/SFA-PA numa nova roupagem na nomenclatura do sistema de gerenciamento de recursos, fatos que levaram o técnico a exceder a fiscalização rotineira de outrora, o que é visível na forma de utilização dos recursos disponibilizados, no controle efetivo do custeio com o devido direcionamento da provisão recebida e do valor empenhado e liquidado dentro de um módulo de programação com os objetivos e produtos bem especificados;

2. O estreitamento nas parcerias levando a Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/MAPA/PA ao redirecionamento do serviço e um maior alcance dos resultados perfazendo assim um reflexo positivo na sociedade;
3. O aprimoramento dos sistemas de informações gerenciais no serviço e a maior integração dos trabalhos viabilizada pelo entendimento inter setorial e hierárquico o que facilitou a liberação e a melhor utilização dos recursos;
4. A melhor transparência do serviço tanto na execução do programado, quanto na divulgação dos resultados;
5. A criação da consciência fiscal e sua influência no consumidor, na busca da perpetuação do trinômio: inspeção x fiscalização x qualidade;
6. A maior participação dos técnicos do SISA/DA/SFA-PA em atividades e eventos nacionais, específicos do serviço, o que contribui para a vivência nacional e a representatividade do serviço nas outras instâncias e instituições parceiras;
7. Maior abrangência das ações do SISA/DDA/SFA-PA em nível regional contribuindo para o avanço do agronegócio do Estado e efetivamente do nosso país.

O fato de atingirmos percentuais próximos ao compute total **(98,63%)**, considerados os produtos e metas programadas, torna **eficaz** as nossas ações e nos compromete a um futuro de maiores desafios o que sugere acompanhar o avanço tecnológico dos elementos aplicados na “fraude intencional” e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos; utilizar o tempo no estudo de meios analíticos para a solução de problemas gerais e específicos; superar as dificuldades do baixo conhecimento do operacional nas áreas de implantação das indústrias e influenciar a profissionalização da representação técnica e legal das indústrias; adequar a utilização de recursos à realidade regional e nacional; promover o interesse do público interno e externo à área de atuação provocando inclusive o aprimoramento das relações interinstitucionais e o aperfeiçoamento das parcerias levando a racionalização do uso dos recursos e a adequação dos acordos de cooperação técnica; revisão dos procedimentos buscando elevar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

Execução Orçamentária

O quadro abaixo apresenta as informações orçamentárias do programa nas principais atividades de Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
PCEANIMAL	3390.14 (Diárias)	23.605,40	20.085,76	20.085,76	85,08%
	3390.30 (Consumo)	7.850,00	7.460,57	7.460,57	100%
	3390.33 (Passagens)	3.000,00	3.000,00	3.000,00	100%
	3390.36 (P.Física)	1.947,00	1.947,00	1.947,00	100%
TOTAL		33.395,40	32.492,76	32.492,76	97,29

Fonte: SIAFI Gerencial

Dos recursos orçamentários e financeiros recebidos em 2010 houve uma execução de 97,29% com despesas inerentes às atividades de supervisão técnica, cadastro de Estabelecimentos de pré-embarque, reuniões técnicas, treinamentos, fiscalizações de laboratórios e unidades de atendimento da ADEPARA.

4842 : Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS**Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	4842	Atividade	3	Área Livre (há)	-	-	R\$ 363.534,01	R\$ 340.551,00

Metas Físicas:**Auditorias/Supervisões realizadas pelo SSA/SISA/DDA/SFA-PA**

Total de Auditorias e Supervisões Realizadas	33
Total de Regionais Auditadas	09
Total de UVL(s) Auditadas	23
Total de EAC(s) Auditadas	01
Médicos Veterinários Auditados	02
TOTAL	68

Análise de Desempenho:

O PI FEBREAFTOS tem como meta a manutenção da área livre de febre aftosa com vacinação no Estado do Pará.

Isto é obtido primariamente por meio da inspeção de propriedades rurais em atividades de vigilância veterinária e monitoramento soro-epidemiológico para febre aftosa em áreas definidas pelo DSA/MAPA. São emitidos relatórios de atendimento às propriedades; devidamente preenchidos e assinados por autoridades competentes além de outros documentos comprobatórios da efetividade de ação considerados complementares que atestam os registros de deslocamentos às propriedades. Relativos ao monitoramento soro-epidemiológico são utilizados documentos relacionados no instrutivo correspondente.

O Previsto inicial lançado na LOA apresenta área total a ser monitorada de 1.247.687 km² para um corrigido e realizado de 668.135 km², entretanto, o alcançado no Estado do Pará é uma área livre de aftosa com vacinação de 713.589,85 km² cumprindo com o determinado na gestão estratégica, ou seja, 58% de área livre.

Relativo ao rebanho no Estado do Pará, dos 18.335.141 bovinos existentes, temos 14.505.194 bovinos vacinados na área livre de febre aftosa com vacinação reconhecida pela OIE, representando 98,37% deste rebanho. Cabe salientar que na área II temos 97,26% dos bovinos existentes vacinados enquanto que na Zona III o percentual de bovinos vacinados é de 96,16%. Desta forma, e, considerando as adversidades naturais e estruturais em nosso Estado concluímos que o Serviço de Saúde Animal do SISA/DDA/SFA-PA vem desenvolvendo as suas atribuições com eficácia necessitando, porém, de um aprimoramento na condução do Programa por parte do órgão executor o que pode ser viabilizado pelo melhor acompanhamento dos técnicos do SSA/SISA/DDA/SFA-PA cumprindo-se, assim, fielmente o determinado pela Gestão Nacional do PI: FEBREAFTOS.

Vale ressaltar que até uma área ser considerada livre de febre aftosa com vacinação, vários degraus ou níveis, precisam ser alcançados. Até o início de 2010, havia no estado do Pará três *status* sanitários distintos: uma área livre no sul do estado (camada de área 1), uma área de **médio risco** no

nordeste do estado (chamada de área 2) e outra de **alto risco** (chamada de área 3) na calha do Rio Amazonas e Arquipélago do Marajó. Em função do trabalho do SISA/DDA-PA e da ADEPARÁ houve um nivelamento das áreas 2 e 3, uma vez que a área 3 foi reclassificada de **alto** para **médio** risco epidemiológico.

Desde o final de 2010, o Estado do Pará tem somente dois níveis devidamente reconhecidos de risco epidemiológico, representando um importante avanço do PNEFA na região.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:

Um dos eventos negativos é sem sombra de dúvida o nº reduzido de auditorias internas tanto por parte da ADEPARA quanto por parte do SISA/Saúde Animal no intuito de orientar, cobrar e avaliar as ações. Outro fator negativo é a inexistência de um calendário obrigatório de envio de informações mensais que devem ser encaminhadas ao SISA/Saúde Animal por parte da ADEPARA, e que não vem sendo entregue dentro do prazo estipulado. A frequência de Treinamentos para Médicos Veterinários do Serviço Oficial, do setor privado e autônomos precisa ocorrer de forma programada e em menor espaço de tempo possível.

Quanto aos eventos positivos destacamos a reestruturação do prédio e do ambiente de trabalho com mesas, cadeiras, computadores novos, o que eleva a auto-estima, melhorando o desempenho dos funcionários e diminui a probabilidade de doenças e faltas ao trabalho. Também foram realizadas diversas reuniões entre os servidores do SISA/Saúde Animal para avaliar e harmonizar procedimentos visando à devida orientação, controle na solicitação e liberação de recursos disponibilizados pelo MAPA.

Abaixo, Planejamento estratégico elaborado para o SERVIÇO DE SAÚDE ANIMAL a ser alcançado em 2011:

ATIVIDADES	Responsabilidade
2. Alcançadas através da Realização de auditorias, supervisões, ou reuniões técnicas.	
1.9.Sensibilização da cadeia produtiva	SFA/ADEPARA
1.10. Levantamentos zoossanitários de pontos de risco	SFA/ADEPARA
1.11. Elaboração de Relatórios mensais	SFA/ADEPARA
1.12. Avaliação mensal de resultados alcançados	SFA/DAS
1.13. Auditoria INTERNA para o PNSA e PNCRH	SFA/DAS
1.14. Reconhecimento pelo DSA das dificuldades enfrentadas pela falta de FFAs	DAS
1.15. Supervisão da Área Livre e arquipélago do Marajó	SFA
1.16. Auditoria para manutenção de status sanitário	SFA
2- Executar Programas de Controle e Prevenção de doenças	
2.6. Delimitar área	ADEPARA
2.7. Monitorar ocorrência	ADEPARA
2.8. Implementar Medidas de Prevenção e Controle	ADEPARA
2.9. Supervisionar áreas delimitadas	SFA
2.10. Comunicar ao DSA o status da área	SFA

3- Fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Animal	
3.6. Diagnóstico da estrutura estadual	SFA/ADEPARA
3.7. Elaboração da proposta do convênio com base no diagnóstico e na avaliação da capacidade zoossanitária	ADEPARA
3.8. Melhorar sistema de acompanhamento de resultados finalísticos de convênio	SFA/ADEPARA
3.9. Desenvolver e implantar Sistema Integrado de Informações (sistematização de processos)	ADEPARA
3.10. Capacitação	DSA/SFA
4- Definir Rotas de Risco	
4.1. Estabelecer áreas de risco	SFA/ADEPARA
4.6. Identificar principais origens e destinos de produtos de maior risco	SFA/ADEPARA
4.7. Identificar principais rotas de trânsito	SFA/ADEPARA
4.8. Identificar pontos estratégicos para barreiras zoossanitárias	SFA/ADEPARA
4.9. Aplicar medidas zoossanitárias nas barreiras internacionais interestaduais e intra-estaduais.	VIGIAGRO ADEPARA
5 – Melhorar Sistema de Quarentena Animal	
5.1- Instruir os procedimentos para os quarentenários	SFA
5.1 – Sistematizar a comunicação dos resultados da quarentena	SFA
5.3 – Supervisionar e acompanhar quarentena em nível de campo	SFA
6- Certificação de Propriedades	
6.1- Habilitação de Médicos Veterinários para diagnóstico de doenças.	SFA/ADEPARA
6.2– Manutenção do banco de dados de Médicos Veterinários habilitados	SFA/ADEPARA
6.3– Monitoramento e certificação de propriedades	SFA/ADEPARA
7- Educação Sanitária	
7.3- Execução de Programa de Educação Sanitária na Defesa Animal	SFA/ADEPARA
7.4- Acompanhamento e participação como instrutores em ações de campo	SFA

Execução Orçamentária

O quadro abaixo apresenta as informações orçamentárias do programa nas principais atividades de Erradicação da Febreaftos.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/ Dotação
FEBREAFTOS	3390.14 (Diárias)	41.494,04	39.088,85	39.088,85	96,13%
	3390.30 (Consumo)	13.175,35	13.040,12	13.040,12	98,97%
	3390.33 (Passagens)	35.832,62	35.392,62	35.392,62	100%
	3390.36 (P.Física)	106.582,00	106.582,00	106.582,00	100%
	3390.39 (P.Jurídica)	166.450,00	146.447,41	146.447,41	87,98%
	4490.52 (M.Permanente)	25.000,00	14.726,66	14.726,66	58,90%
TOTAL		388.534,01	355.277,66	355.277,66	91,44%

Fonte: SIAFI Gerencial

2181: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos – FISCANIMAL

Quadro A.2.2 (anexo da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2181	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)				

A exportação de produtos de origem animal sofreu grande incremento em 2010, principalmente pelo Porto de Vila do Conde, por possuir a estrutura física requerida pela legislação sanitária internacional para exportação desses produtos.

Foram exportados couro bovino *wet blue*, aparas de couro, carne bovina congelada, camarão congelado entre outros e principalmente bovinos e bubalinos vivos para abate imediato e reprodução. Esta operação é a que representa maior complexidade, não só pelo número de partidas mensais como por requerer procedimento fiscalizatório bastante complexo, pois é necessário atender os requisitos específicos de cada país importador.

A demanda de exportação de animais vivos pelo Porto de Vila do Conde em 2010, foi 616.119 cabeças para abate, totalizando US\$628.995.705,86 e de animais para reprodução foram exportados 10.799 cabeças, totalizando US\$22.903.153,86.

Apesar de contar atualmente com dois Fiscais Federais Agropecuários Médicos Veterinários lotados na UVAGRO Porto de Vila do Conde, devido ao grande aumento nas exportações, principalmente de animais vivos se faz necessário um aporte de mais Fiscais para atuar nessa área, que vem crescendo a cada ano.

Abaixo os principais produtos de origem animal exportados e a seguir somente a exportação mensal de bovinos e bubalinos.

EXPORTAÇÃO PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (exceto animais vivos) – UVAGRO/Porto Vila do Conde

PRODUTO	PESO (t)	VALOR EM US\$
Carne congelada para Rússia	27.424.945,25	102.671.332,21
Carne congelada outros países	23.192.630,23	78.981.780,89
Couro Wet Blue	1.812.654,52	4.362.262,41
Rasps e aparas de couro	121.580,00	64.805,66
Peixe Congelado	591.194,76	2.832.880,23
Camarão congelado	93.900,00	1.193.687,28
Bexiga natatória	71.750,00	1.040.513,08
TOTAL	53.308.654,76	191.147.261,80

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - ANIMAIS VIVOS/UVAGRO-Porto de Vila do Conde

Produtos			Bovinos e Bubalinos		Bovinos e Bubalinos	
			Abate		Reprodução	
Mês	Qtd (cab)	Peso (t)	Valor (US\$)	Qtd (cab)	Peso (t)	Valor US\$
Janeiro	37.360	18.954,88	44.361.085,30	4.500	1.400,56	6.716.520,00
Fevereiro	41.185	20.680,24	47.760.699,78	4.480	1.274,18	10.282.235,42
Março	67.390	27.399,56	49.394.276,65	0	0	0
Abril	43.020	22.169,56	42.880.218,33	0	0	0
Maio	56.760	22.086,00	50.682.475,64	1.313	775,4	4.695.884,44
Junho	57.760	29.566,35	59.265.951,50	0	0	0
Julho	62.900	32.167,17	64.602.639,60	0	0	0

Agosto	62.730	32.065,54	63.181.122,56	506	231,48	1.207.914,00
Setembro	47.088	24.490,95	54.019.200,00	0	0	0
Outubro	44.301	23.541,04	49.644.125,00	0	0	0
Novembro	44.180	21.194,22	42.052.100,00	0	0	0
Dezembro	51.805	26.089,78	61.151.812,50	0	0	0
TOTAL	616.479	300.405,30	628.395.706,90	11.119	3.681,62	22.902.553,86

Em relação às importações foram registradas apenas duas importações relativas à devolução de produtos de origem animal exportados (peixe congelado) que se encontravam fora do padrão de comercialização.

Os dados relativos às fiscalizações realizadas por unidade Vigiaagro, incluindo importação e exportação das áreas animal e vegetal estão informados conforme abaixo:

Execução Orçamentária

O quadro abaixo apresenta as informações orçamentárias do programa nas principais atividades de vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais e seus produtos.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/ Dotação
FISCANIMAL	3390.14 (diárias)	66.900,00	66.881,12	66.881,12	99,97%
	3390.30 (Consumo)	11.000,00	10.842,00	10.842,00	98,56%
	3390.33(Passagens)	3.000,00	3.000,00	3.000,00	100%
	3390.39(P.Jurídica)	45.000,00	35.751,00	35.751,00	79,44%
TOTAL		175.900,00	120.282,54	120.282,54	67,38%

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerando, com base no planejamento para 2010, que os recursos financeiros disponibilizados no transcorrer do exercício foram suficientes ao custeio e manutenção das Unidades, ao deslocamento de servidores das UVAGRO's, tanto para o apoio à fiscalização nas outras Unidades como para viabilizar a participação em eventos nacionais (cursos e reuniões). Houve, porém, entrave administrativo no andamento, em tempo hábil, na **aquisição** de material permanente.

2180: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos –

FISCPLANTA

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira a Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	2181	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)				

A atividade consiste na fiscalização de mercadorias, bagagens e encomendas de produtos e insumos agropecuários e embalagens e suportes de madeira que acondicionem quaisquer classes de mercadorias, acompanhadas ou não, que entrem no país e na certificação de mercadorias destinada,

verificando as exigências, conforme normas específicas. Os procedimentos operacionais estão descritos no Manual de Procedimentos Operacionais da Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO, editado através da IN 36 e suas atualizações, que consolida em um único instrumento normas e diretrizes que regulamentam a fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, derivados e partes, resíduos de valor econômico e insumos agropecuários.

No aeroporto, a atividade de fiscalização de bagagem é das mais importantes, pois visa minimizar o risco de introdução de doenças e pragas pela entrada de produtos de origem animal e vegetal em trânsito sem autorização do MAPA ou que tenham trânsito restrito. Campanhas de educativas são realizadas de forma continuam objetivando-se esclarecer os passageiros sobre esse risco e prevenir o trânsito desses produtos.

O quadro abaixo demonstra as metas alcançadas e dados detalhados por ação, referente à certificação na exportação e anuência na importação de vegetais e seus produtos, bem como insumos agrícolas e dados de apreensões de produtos na importação proibida ou restrita, detectados por scanner em bagagem de passageiros oriundos de vôos internacionais.

IMPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL

Produtos com Despacho autorizado

PRODUTO	PONTO DE INGRESSO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR (US\$)
Fertilizante químico	Porto de vila do conde	70.037	tonelada	30.196.654,20
Trigo em Grão	Porto de Belém	124.069,331	tonelada	33.056.605,95
Artesanato	Aeroporto de Belém	105	Unid	1.017,80
Dendê-semente pré germinada	Aeroporto de Belém	929.407	Unid	951.272,95
Embalagem de madeira	Aeroporto de Belem	7.286,97	Kg	0,0
	Porto de Vila do Conde Porto de Belém	55.545,480	Kg	0,0
Juta	Porto de Belém	9.956.329,50	Tonelada	6.987.584,04
Total Geral				

(*) Não foram registradas importações pelo Porto de Santarém

EXPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL

Principais produtos certificados

PRODUTO	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR
Castanha do Brasil com casca	Porto de Vila do Conde Porto de Belém	543	Tonelada	1.316.385,20
Castanha do Brasil sem casca	Porto de Vila do Conde Porto de Belém	64	Kg	478.720,00
Pimenta do reino em grão	Aeroporto de Belém	-	-	-
	Porto de Vila do Conde	14.655,67	tonelada	47.830.889,28
	Porto de Belém	9.279	tonelada	30.907.705,5
Milho – grão	Porto de Santarém	182.707,02	Tonelada	42.320.534,5
Soja – grão	Porto de Santarém	805.777,46	Tonelada	312.851.794,81
Cumarú – favas	Porto de Santarém	21.450,00	Kg	593.524,50
	Porto de Belém	64.464	Kg	826.786,70
Madeira	Porto de Belém	37.375,04	Kg	826.786,70
	Porto de Vila do Conde	14.260,660	M3	12.330.843,59
	Porto de Santarém	9.795,508	M3	
Total				

QUADRO RESUMO DAS METAS ALCANÇADAS – UNIDADES VIGIAGRO – 2010

Nome do Programa	Segurança e Sanidade Agropecuária
Ações	<i>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos e Insumos agrícolas e</i> <i>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos e Insumos</i>

		agropecuários				
Processos/Atividades	Previsto	Previsto Corrigido	Realizado	%	PI	SIPLAN
Fiscalização realizada(*)					FISPLANTA	SIM
Fiscalização realizada(*)					FISCANIMAL	SIM
Planos Internos	Previsto Inicial		Após atualizações	Realizado	%	
FISCPLANTA	3.659		4.375	4.272	116,75	
FISCANIMAL	2.613		2.613	3.755	143,70	
Total	6.272		6.988	8.027		
METAS SIPLAN						
Planos Internos	Previsto		Previsto Corrigido	Realizado	%	
FISCPLANTA	3.659		4.375	4.272	116,75	
FISCANIMAL	2.613		2.613	3.755	143,70	
Total	6.272		6.988	8.027		

(*) Mercadorias como carga e bagagem – Exportação e Importação

RESULTADOS DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – FISPLANTA

MOVIMENTO MENSAL – FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS E EXECUTADAS –

DDA/UVAGROS/PA - SIPLAN - 2010 - No. de Fiscalizações Realizadas (*) - ÁREAS VEGETAL E ANIMAL															
	MESES		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Porto de Belém	Exportação (*)	ANIMAL	8	5	5	7	0	0	0	0	2	1	3	1	32
		VEGETAL	84	114	120	105	46	37	33	48	65	43	92	59	846
		TOTAL EXP	92	119	125	112	46	37	33	48	67	44	95	60	878
	Importação	ANIMAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		VEGETAL	51	57	38	45	31	48	37	35	56	49	46	45	538
		TOTAL IMP	51	57	38	45	31	48	37	35	56	49	46	45	538
	Porto – BEL	TOTAL	143	176	163	157	77	85	70	83	123	93	141	105	1.416
Aeroporto de Belém	Exportação	ANIMAL	64	50	68	36	69	60	77	79	82	90	116	113	904
		VEGETAL	0	3	1	2	0	0	1	0	0	1	1	1	10
		TOTAL EXP	64	53	69	38	69	60	78	79	82	91	117	114	914
	Importação	ANIMAL	50	56	52	57	53	44	67	52	37	49	0	46	563
		VEGETAL	83	81	80	78	75	78	76	90	73	87	85	80	966
		TOTAL IMP	133	137	132	135	128	122	143	142	110	136	85	126	1.529
	Aeroporto – BEL	TOTAL	197	190	201	173	197	182	221	221	192	227	202	240	2.443
Porto de Vila do Conde	Exportação	ANIMAL	152	109	133	164	264	213	237	193	228	197	138	181	2.209
		VEGETAL	55	22	36	72	150	114	108	70	101	66	75	76	945
		TOTAL EXP	207	131	169	236	414	327	345	263	329	263	213	257	3.154
	Importação	ANIMAL	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

		VEGETAL	11	8	12	27	30	31	68	52	37	40	65	43	424
		TOTAL IMP	11	8	12	27	31	31	68	52	37	40	65	43	425
	Porto – VDC	TOTAL	218	139	181	263	445	358	413	315	366	303	278	300	3.579
Porto de Santarém	Exportação (**)	ANIMAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		VEGETAL	40	46	101	66	42	43	24	31	34	28	33	55	543
		TOTAL EXP	40	46	101	66	42	43	24	31	34	28	33	55	543
	Importação	ANIMAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		VEGETAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		TOTAL IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Porto – STM	TOTAL	40	46	101	66	42	43	24	31	34	28	33	55	543
	Total exp Vegetal	6.616	179	185	258	245	238	194	166	149	200	138	201	191	2.344
Total imp Vegetal	324		331	388	395	374	351	347	326	366	314	397	359	4.272	
Total exp Animal	3.709	224	164	206	207	333	273	314	272	312	288	257	295	3.145	
Total IMP Animal		50	56	52	57	54	44	67	52	37	49	0	46	564	
	TOTAL GERAL	10.325	777	736	904	904	999	862	894	799	915	789	855	891	10.325
(*) Somatória mensal do nº de Termos de Fiscalização, Requerimentos para Inspeção de Embalagem de Madeira, Termos de Fiscalização do Trânsito Internacional de Passageiros, Termos de Fiscalização de Bagagem e Encomenda e Termos de Retenção.															
	(*) Inclui movimento do Porto Seco Metrobel e do Porto de Munguba														
	(**) Inclui movimento do Terminal Graneleiro da Cargill e Porto Seco – CGM														
Obs: Na área animal estão incluídos na somatória os Termos de Vistoria de navios, que deverão ser excluídos a partir de 2011															

Execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra o gasto com a execução da ação de vigilância e fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus produtos.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
FISCPLANTA	3390.14(Diárias)	75.219,00	75.219,00	75.219,00	100%
	3390.30 (Consumo)	27.000,00	26.821,73	26.821,73	99,33%
	3390.33 (Passagens)	41.981,00	33.292,75	33.292,75	79,30%
	3390.39 (P.Jurídica)	7.800,00	7.800,00	7.800,00	100%
TOTAL		152.000,00	143.133,48	143.133,48	94,16%

Fonte: SIAFI Gerencial

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

AÇÕES

2131: Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal - IPVEGETAL

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0356	2131	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	65	65	39.875,62	34.153,16

Desempenho Operacional

A relação custo/benefício concernente à execução das ações e atividades de inspeção e fiscalização de vinhos e bebidas em geral, realizadas pelo SISV/DDA-PA (MAPA), em 2010, foi de **R\$182,41/estabelecimento inspecionado**. Índice este, que se equivale ao valor oficial de uma diária para deslocamento interno de servidor do Governo Federal. Que, se levarmos em consideração a necessidade média de 01 a 02 (um a dois) úteis para se inspecionar/fiscalizar por completo uma indústria de porte médio a grande, aliada as dimensões continentais do Estado do Pará, as suas peculiaridades e carências de infraestrutura rodoviária, aérea e fluvial para o interior, a precariedade da malha viária existente e do deficitário sistema de transporte sob concessão pública, pode-se concluir que se trata de um índice técnico e econômico-financeiro considerado bom a ótimo, devido à eficácia que a atividade de inspeção federal atinge e representa à sociedade como um todo, haja vista, a exigência legal de Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ, oficial, para os produtos ofertados no mercado nacional e de exportação. O que demanda a necessária imperiosa da presença dos agentes públicos responsáveis pela atividade de inspeção e fiscalização de alimentos e bebidas, com intuito de coibir fraudes, exigir e garantir a inocuidade dos produtos ofertados e, por via de consequência a segurança alimentar da população consumidora dos produtos, com reflexos de economia em outras áreas com a da saúde pública e privada, por exemplo.

Cabe registrar, também, que isso se deu em razão da dedicação e do bom desempenho em termos de produtividade por deslocamento, pois, apesar do pequeno número de Fiscais Federais Agropecuários em exercício na Atividade de Vinhos e Bebidas do SISV/DDA-PA, 02 (dois) apenas, o que impõe um reduzido número possível de deslocamentos para o interior do Estado com fins de inspeção e fiscalização In Loco de estabelecimentos industriais registrados ou não no MAPA, haja vista, a necessidade e imprescindibilidade de se conciliar à fiscalização no interior com o atendimento diário requerido pelos cidadãos usuários dos serviços internos e externos, localizados na capital e na Região metropolitana, e ainda assim, se executou 100% (cem por cento) das metas físicas programadas para o exercício de 2010.

Como tarefa intrínseca da inspeção e fiscalização se operou o trabalho de verificação da produção propriamente dita, englobando-a da recepção da matéria prima até a expedição dos produtos acabados, bem como a amostragem de produtos ainda dentro dos estabelecimentos produtores e envasilhadores, de todas as envergaduras, complexidades e finalidades, quais sejam: De bebidas não alcoólicas, alcoólicas, inclusive por misturas, polpas de frutas, vinhos e derivados da uva e do vinho e de fermentados acéticos, as quais foram imediatamente identificadas e encaminhadas a laboratórios integrantes da rede LANAGRO/MAPA para análise laboratorial oficial fiscal ou de controle industrial,

de importação e exportação, conforme o caso, possibilitando-se dessa maneira uma análise comportamental e evolutiva do empresariado paraense do ramo de bebidas em relação ao conhecimento e adoção de tecnologias, econômico, mercadológico, legal e demais normas oficiais reguladoras da atividade e, por conseguinte, a oferta com segurança de bebidas com Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ, oficial, sem se prescindir da imprescindível sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Considerando-se, no final de 2010, a existência 140 estabelecimentos industriais de bebidas e aproximadamente 2.300 diferentes tipos de produtos registrados no SISV/DDA-PA. O quantitativo de 65 inspeções/fiscalizações realizadas “in loco” representa 46% (quarenta e seis por cento) do efetivo total, o que vale dizer que em termos de estatística aplicada é um percentual que reflete a realidade do setor com confiabilidade e pequena margem de erros, cujos dados levantados e compilados podem e devem ser considerados e utilizados na revisão, ampliação, reformulação e formulação de novas políticas públicas de todas as esferas de governo para apoio, incentivo e crescimento sustentável das diversas cadeias produtivas e industriais de bebidas não alcoólicas e alcoólicas no Estado e na Região, para que de fato, possibilite um aumento da geração de emprego, renda e arrecadação de divisas tão importantes para ajudar no equilíbrio da balança comercial brasileira na área do agronegócio.

Também, é válido ressaltar que o parque industrial de bebidas localizado no Estado do Pará, ainda está muito voltado para produção e exportação de matéria prima bruta (polpa de frutas regionais) sem qualquer agregação de valor, com destaque para o açaí produzido e envasilhado em tambores de 200kg, com destino à Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão dentre outros não menos importantes e, em embalagens variando de 01 a 05kg para o mercado nacional. Refrigerantes, sucos, néctares e cervejas e outros produtos prontos para o consumo humano, com raras exceções ainda é privilégio de poucos grupos econômicos brasileiros e internacionais recém instalados no Estado do Pará.

Metas Física

Produto da Ação	Programado/SIPLAN	Executado	%
Número de Estabelecimentos Inspeccionados/Fiscalizados	65	65	100

DEMONSTRATIVO DAS REALIZAÇÕES EM TERMOS DE METAS FÍSICAS

IDENTIFICAÇÃO / TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE	OUTRAS INFORMAÇÕES
01. Registro de Estabelecimento		
• Concedido	11	
• Renovado	02	
• Alterado	04	
• Cancelado	-	
02. Registro de Produto		
• Concedido	271	

• Renovado	59	
• Cancelado	-	
03. Participação em Reuniões e Eventos		
• Interno	12	
• Externo	03	
04. Inspeção / Fiscalização		
• Vistoria para fins de registro e emissão de documentos	14	
• Inspeção / Fiscalização em Indústria	65	
• Número de Indústrias inspecionadas em conformidade plena	57	
• Termo de Colheita de Amostra	26	
• Auto de Infração	01	
• Intimação	04	
• Outros (Declaração de Regularidade Industrial e outros tipos)	03	
• Produto Amostrado		
Polpa (kg)	1.338,000	
Suco, Néctar, água de coco, etc. (L)	36.670,00	
Vinhos (L)	515.395,00	
Derivados do vinho (L)	5.993.890	
Bebida mista de açaí e guaraná (KG)	-	
• Produto em conformidade	27	Analizados no LANAGRO/PA
• Produto não conforme	08	Analizados no LANAGRO/PA
• Fechamento de estabelecimento		
• Certificado de exportação		
05. Processo Administrativo		
• De auto de infração instaurados	02	
• Advertência	-	
• Julgado improcedente	04	
• Multa aplicada (mil ufir)	2000.00	

• Multa recolhida (mil ufir)	-	
• Destinação de Produto Apreendido		
• Encaminhado a 2ª. Instância	04	

Execução Orçamentária

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
IPVEGETAL	3390.14(Diárias)	13.925,62	12.934,87	12.934,87	92,88%
	3390.30 (Consumo)	1.200,00	488,24	488,24	40,68%
	3390.33 (Passagens)	6.550,00	3.460,05	3.460,05	52,82%
	3390.37 (locação Mão Obra)	9.200,00	9.200,00	9.200,00	100%
	3390.39 (P.Jurídica)	8.900,00	7.970,00	7.970,00	89,55%
	3390.93(Exerc. anteriores)	100,00	100,00	100,00	100%
	TOTAL	39.875,62	34.153,16	34.153,16	85,69%

Fonte: SIAFI Gerencial

(*) Em 2010 os estagiários passaram a ser pagos diretamente pela UG de Brasília/DF, não descentralizando mais os recursos orçamentários para fazer frente à despesa, apenas continuamos controlando a frequência e avaliação individual de cada aluno/bolsista.

Análise Crítica

Todas as ações e atividades relacionadas vinhos e bebidas em geral, programadas e executadas pelo SISV/DDA-PA, em 2010, notadamente, em termos de inspeção/fiscalização, vistoria, TCAs, emissão de documentos oficiais, registros de estabelecimentos e produtos (bebidas não alcoólicas não fermentadas, polpas de frutas, bebidas mistas, bebidas alcoólicas, inclusive por misturas, vinhos, derivados da uva e do vinho e fermentados acéticos), foram levadas a efeito de forma direta e com total observância e cumprimento dos necessários e indispensáveis preceitos de legalidade e sustentabilidade técnica, econômico-financeira, social e ambiental, sempre com adoção de procedimentos práticos alicerçados na legislação federal vigente, e ainda, nos atos normativos do MAPA, sem descuidar-se das normas dos órgãos de vigilância sanitária e de defesa do consumidor, que também foram observadas e exigidas o fiel cumprimento, logicamente, guardadas as devidas competências legais, visando ao todo à garantia da identidade, qualidade e inocuidade das bebidas em geral, produzidas e comercializadas no mercado nacional e de exportação.

Centrou-se o foco das ações sem qualquer desvio de finalidade no objeto do programa visando à mensuração e análise comparativa e evolutiva do resultado alcançado em relação a exercícios anteriores, que em 2010, se mostrou bom a ótimo, conforme verificado pelo expressivo quantitativo de produtos conformes e diminutos não conformes, obtidos nas análises laboratoriais oficiais realizadas pelo LANAGRO/PA. Além do mais, se concentrou as atividades de inspeção e fiscalização na Capital e nos municípios da Região metropolitana, devido às maiores e principais indústrias paraense de bebidas em geral estarem localizadas justo nessas localizações, bem com serem as responsáveis por quase 95% (noventa e cinco por cento) da produção e comercialização de bebidas e polpas de frutas, tanto no mercado nacional como de exportação, atingindo-se assim, o objetivo principal da ação/atividade que é de inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos produtores e envasilhadores de bebidas, e por conseguinte a premissa de garantia de oferta de produtos conformes e, a otimização de recursos humanos, financeiros e materiais disponibilizados a atividade.

Ressalte-se, que o consumidor da atualidade está mais consciente, conhecedor de seus direitos, atento e exigente, o que demanda a necessidade por um eficiente e eficaz controle de

identidade, qualidade, conformidade e certificação dos produtos e seus derivados, para o consumo humano tanto no mercado interno como de exportação, que por consequência contribui para um aumento de arrecadação de impostos e divisas, o que é imprescindível para o desenvolvimento das políticas públicas em geral, se tornando dessa forma um incentivo extra para a fixação de famílias no campo e possibilitando mais investimentos em tecnologias de ponta para incremento da produção e da produtividade da fruticultura, diminuição do desperdício de matéria-prima devido o processamento adequado e tecnológico das polpas de frutas utilizadas a fabricação de bebidas e, melhorando a competitividade dos produtos regionais no exigente mercado globalizado.

Exercitando-se esta visão e entendimento o SISV/DDA-PA executou a programação anual aprovada e disponibilizada no SIPLAN, desdobrada mês a mês para o exercício 2010, cujos resultados alcançados foram encaminhados na forma de Relatório Mensal a CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, bem como os dados lançados no Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN do governo federal para divulgação e conhecimento da sociedade.

O SISV/DDA-PA participou de diversos eventos juntamente com outros órgãos federais afins, do governo estadual, de municípios e o setor produtivo, tendo contribuído para que as agroindústrias do Estado do Pará adotem processos de produção qualitativa e de visão sistêmica de cadeias produtivas, na busca ao atendimento com excelência das demandas da sociedade e do comércio global em prol da produção de alimentos seguros e de qualidade, fatores estes, indispensáveis para a conquista da credibilidade dos produtos no agronegócio globalizado.

O SISV/DDA-PA (atividade de vinhos e bebidas) conta com o efetivo de apenas 02 (dois) FFAs para cobrir todos os 143 municípios do Estado do Pará, em termos de inspeção/fiscalização indústria de bebidas em geral e, das outras demandas interna e externa, como análise de processos, registro de estabelecimentos e de produtos, autuações, relatórios, apuração de denúncias, atendimento pessoal, encaminhamentos diversos, atividades afins e correlatas, respostas a outros órgãos públicos e privados.

Independente desses pontos limitantes citados, que não chegaram a impactar a execução das metas programadas, conforme demonstrado por meio dos resultados alcançados, o SISV/DDA-PA assim se comporta, por entender, que, acima de tudo, em qualquer situação, sempre procura resguardar os superiores interesses do binômio **“União x Cidadão”**. Portanto, é público e notório que o bem estar da sociedade em termos de consumo de bebidas com garantia de certificação quanto ao PIQ oficial para cada tipo de produto produzido e ofertado no mercado, ocupa lugar de relevo nas preocupações e no planejamento estratégico e, de execução de ações/atividades eleitas como prioridades dentro do Plano Plurianual - PPA do Governo Federal, cujas ações e atividades em nível de Coordenação Nacional estão a cargo e responsabilidade da Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA/MAPA e, no Estado do Pará sob a tutela do SISV/DDA-PA.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SUPERAR

- a) Intensificar a inspeção/fiscalização nas indústrias com vistas a evitar a produção e comercialização de bebidas em geral, vinhos, derivados da uva e do vinho e fermentados acéticos não conformes em relação ao PIQ oficial estabelecido para cada produto;
- b) Implantação, pelas indústrias, das Boas Práticas de Fabricação e Sistemas APPCCs;
- c) Alocação de recursos orçamentários suficientes e liberação do financeiro de acordo com a programação estabelecida;

- d) Fortalecer (ampliar) a equipe de FFAs da atividade de vinhos e bebidas, para atender as demandas contínuas já existentes e, as emergentes;
- e) Promover capacitação e reciclagem periódica da equipe de inspeção/fiscalização sobre legislação e procedimentos operacionais específicos, para facilitar e uniformizar a atuação fiscal em níveis semelhantes aos praticados nos Estados mais desenvolvidos;
- f) Implantação dos POPs de forma integral para melhorar a eficiência dos serviços prestados;
- g) Promover reuniões com o setor produtivo (industrial) e outros órgãos públicos de todas as esferas de governo, para buscar soluções para os principais problemas que afetam o agronegócio de bebidas regionais e, eliminação de pontos limitantes ao desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos produtores, envasilhadores, importadores e exportadores de bebidas em geral;
- h) Contribuir com subsídios para atualização da legislação a realidade regional das atividades.

4246: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0356	4246	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	100.000	137.492	97.714,92	82.767,97

Desempenho Operacional

Meta Física

MÊS	UNIDADE	PROGRAMADO	REALIZADO	% EXECUÇÃO
JANEIRO	Tonelada	5.000	0	0,00
FEVEREIRO	Tonelada	5.000	7.353	73,53
MARÇO	Tonelada	10.000	8.687	80,20
ABRIL	Tonelada	10.000	6.547	75,29
MAIO	Tonelada	10.000	349	57,34
JUNHO	Tonelada	10.000	16.207	78,29
JULHO	Tonelada	5.000	24.404	115,54
AGOSTO	Tonelada	10.000	9.594	102,52

SETEMBRO	Tonelada	10.000	22.145	127,05
OUTUBRO	Tonelada	10.000	9.021	122,71
NOVEMBRO	Tonelada	10.000	10.172	120,50
DEZEMBRO	Tonelada	5.000	23.013	137,49
TOTAL		100.000	137.492	137,49

Produtos da atividade de Fiscalização

Produtos	Programado	Realizado	% Executado
Estabelecimentos Fiscalizados (nº)	250	324	129,6
Quantidade de produto fiscalizado (tonelada)	4.000	5.644,48	141,11
Coleta de Amostras (nº)	60	100	166,60
Qualificação em Classificação de Arroz (nº de técnicos)	05	07	140,00
Qualificação em Classificação de Feijão (nº de técnicos)	05	07	140,00
Curso de Auditoria (nº de técnicos)	05	01	20,00
Quantidade de Produtos vegetais importados (tonelada)	96.000	131.847,52	137,37

Execução Orçamentária

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
PADCLASSIF	3390.14 (Diárias)	45.445,00	45.427,26	45.427,26	99,96%
	3390.30 (Consumo)	8.223,82	6.444,87	6.444,87	78,36%
	3390.33 (Passagens)	20.310,00	19.862,96	19.862,96	97,79%
	3390.39 (P.Jurídica)	8.760,00	8.756,88	8.756,88	99,96%
	4490.52 (M.Permanente)	14.976,00	2.276,00	2.276,00	15,19%
	TOTAL	97.714,92	82.767,92	82.767,92	84,70%

2145: Insp. Industrial e Sanitária dos prods, subprodutos e deriv. de origem animal – INSPANIMAL

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0356	2145	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	73	72	236.296,92	232.841,15

Desempenho Operacional

Informações sobre os resultados alcançados:

Ordem	Indicador	DATA	Índice Inicial	Índice Final	Índice Previsto	Índice Atingido
1	Índice de conformidade de produtos de origem animal	12/01/2005	0,74	0,85	0,7522(1º trim.) 0,7747(2º trim.) 0,62(3º trim.)	0,784 0,349 -

Fórmula de Cálculo do Índice:

1. R5 = IA (ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS E ORIGEM ANIMAL).

IA=(0,7x nº de auditorias e supervisões conformes / total de auditorias e supervisões realizadas) + 0,3 (nº de amostras de produtos conformes / total de amostras analisadas).

2. R6 = Número de atividades realizadas.

Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Orçamento Previsto (R\$)	Orçamento Realizado (R\$)
73	72	236.296,92	232.841,15

Análise do Resultado Alcançado:

Conforme está apresentado no item I.3 o SISA/DDA/SFA-PA no 1º trimestre de 2010 alcançou e até ultrapassou o valor pré-estabelecido evidenciando o fiel cumprimento do planejado no que concerne a fiscalização e inspeção devidamente avaliado nas supervisões e auditorias sofridas no período. Relativo ao 2º trimestre é viável informar que por demanda nacional ocorreu um número maior de convocações dos técnicos do SISA/DDA/SFA-PA a responderem por auditorias nacionais das Divisões do DIPOA/MAPA influenciando assim no índice de conformidade que decresceu de 0,784 para 0,349. Quanto ao 3º e 4º trimestre o SISA/DDA/SFA-PA não recebeu da Gestão Nacional os valores quantificados dos indicadores consolidados.

Análise Crítica:

Considerando a dinâmica adotada pela Gestão Nacional relativa à liberação e utilização dos recursos para a efetivação das atividades do SISA/DDA/SFA-PA combinado ao fiel cumprimento, por parte da Gestão Estadual, do planejamento e execução das fiscalizações e inspeções nos estabelecimentos sob SIF e atendimento das demandas extraordinárias, e, ainda o fato dos índices e conformidade dos produtos elaborados em nosso apresentarem-se dentro do aceitável concluímos que se fatores como: o número reduzido de pessoal, melhor logística, adequação do calendário de obrigações nacional ao estadual, entre outros; forem devidamente racionalizados e harmonizados; certamente chegaremos a índices mais expressivos dos agora alcançados.

Contingenciamento no Exercício:

O efeito deste fator influencia diretamente na eficácia do serviço uma vez que todo um planejamento é desconsiderado e conseqüentemente as metas não são alcançadas e com isso o objetivo é prejudicado.

Cabe, s.m.j., à Gestão Nacional estudar e apresentar uma alternativa que atenuie os efeitos negativos do fator em tela.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:

Considerando que as auditorias, as supervisões e as análises laboratoriais são os elementos que prontificam à Gestão os meios para a avaliação do efetivo técnico e administrativamente, e, que necessariamente esses elementos dependem da situação organizacional de outras instituições orientamos como eventos negativos o alto número de rechaços de amostras enviadas aos Laboratórios Oficiais e a falta de harmonização dos calendários de supervisões regionais e auditorias nacionais.

O efeito positivo relaciona-se a forma como foi conduzida a gestão dos recursos pela DCA/DIPOA/MAPA; com a devida orientação, controle e avaliação na solicitação, liberação e utilização dos recursos disponibilizados.

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas:

Nos dados apresentados sustenta-se o cumprimento do previsto uma vez que dos estabelecimentos sob a égide do SISA/DDA/SFA-PA, apenas 01 (um), por estar com as atividades suspensas, deixou de ser avaliado, porém, para o ano vindouro tem-se a previsão do início de atividade de pelo menos 08 (oito) novos estabelecimentos contribuindo assim cada vez mais para a comercialização e o consumo de produtos de origem animal, devidamente inspecionados.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Tornou-se prejudicada a ação relativa ao combate à produção e comercialização de produtos clandestinos em virtude da não apresentação, por parte da Gestão Nacional, do embasamento legal com todos os procedimentos a serem dotados quando da execução daquela ação, contudo, é viável informar que o SISA/DDA/SFA-PA, em atendimento às demandas de outras instituições ou da Ouvidoria/MAPA, ou, ainda, do cidadão-usuário, também efetivou ações desta natureza.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Dentre as ações; levadas a termo pelo SISA/DDA/SFA-PA; aquelas que estão diretamente ligadas aos Programas de Autocontrole das indústrias foram as que superaram as expectativas uma vez que por tratar-se de um novo método de acompanhamento, controle e avaliação do beneficiamento de produtos beneficiados sob a responsabilidade do SIF; foi necessária a capacitação técnica e a utilização dos técnicos das diversas áreas do SISA/DDA/SFA-PA para a devida efetivação do planejado. Como resultado todas as indústrias no Estado foram avaliadas pelo menos uma vez no ano de 2010.

Ações Prioritárias na LDO:

Considerando que o SISA/DDA/SFA-PA cumpre com o estabelecido pela Gestão Nacional não detendo autonomia para a alocação de recursos em caráter excepcional; toda a utilização do recurso ora liberado respeitou o previsto na LDO, assim sendo, avaliamos como positiva a execução das ações observando que o desvio apresentado entre a meta física prevista e a realizada é justificável se considerado o número de estabelecimentos alcançados pela Inspeção Federal.

Execução Orçamentária:

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/ Dotação
INSPANIMAL3	3390.14(Diárias)	154.520,16	152.757,68	152.757,68	98,85%
	3390.30 (Consumo)	10.720,00	9.988,40	9.988,40	93,17%
	3390.33 (Passagens)	67.081,22	66.767,90	66.767,90	99,53%
	3390.39 (P.Jurídica)	3.200,00	2.625,00	2.625,00	82,03%

	3390.93 (Exerc. Anteriores)	748,54	702,17	702,17	93,80%
	TOTAL	236.269,92	232.841,15	232.841,15	98,54%

Fonte: SIAFI Gerencial

Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

AÇÕES

2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças - FISCALSEM

Quadro A.2.2 (anexo da DN TCU nº 107/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Depto. de Insumos Agrícolas	0375	2179	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	-	232	336.544,70	311.580,67

Desempenho Operacional

Quadro 01: Metas Físicas Programadas e Executadas

O quadro 01 reflete os resultados alcançados

ATIVIDADE	UNID.	QTDE.
Produtor de sementes.	Nº	12
Produtor de mudas.	Nº	54
Comerciante de sementes.	Nº	96
Comerciante de mudas	Nº	02
Usuário de sementes	Nº	40
Usuário de mudas.	Nº	10
Responsável técnico.	Nº	18
TOTAL	Nº	232

O Quadro 02 mostra a movimentação ocorrida em relação ao credenciamento no Renasem, coleta de amostras de sementes, resultados de laboratório e fiscalizações de campo.

Quadro 02:

	ATIVIDADE	UNID.	QTDE.
CREDENCIAMENTO NO RENASEM	Produtor de sementes.	Nº	07
	Produtor de mudas.	Nº	19
	Armazenador de Sementes	Nº	01
	Beneficiador de Sementes	Nº	01
	Responsável técnico.	Nº	24
	Comerciante de sementes	Nº	69

	Comerciante de mudas	Nº	11
	Vistoria prévia.	Nº	35
	TOTAL	Nº	167
COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTE	Amostra de fiscalização da produção.	Nº	03
		T	274,6
	Amostra de fiscalização do comércio	Nº	29
		T	75,855
	Amostra para fins de certificação pelo MAPA	Nº	21
		T	37,34
ANÁLISE DE SEMENTE	TOTAL DE AMOSTRA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTO	Nº	32
		T	350,455
	Amostra fiscal da produção dentro do padrão	Nº	0
		T	0
	Amostra fiscal da produção fora do padrão	Nº	00
		T	00
	Amostra fiscal do comércio dentro do padrão	Nº	02
		T	10,86
	Amostra fiscal do comércio fora do padrão	Nº	07
		T	9,47
FISCALIZAÇÃO DE CAMPO	Amostra fiscal de semente certificada dentro do padrão	Nº	06
		T	11,26
	Amostra fiscal de semente certificada fora do padrão	Nº	06
		T	9,59
	TOTAL AMOSTRA FISCAL DENTRO DO PADRÃO	Nº	08
		T	22,12
	TOTAL AMOSTRA FISCAL DENTRO DO PADRÃO	Nº	13
		T	19,06
	Semente C1	Nº	01
		HA	20,0
FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (cap. xii, dec. 5.153/04), VIVEIROS E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO <i>IN VITRO</i>	Semente S1	Nº	02
		HA	19,0
	Semente S2	Nº	01
		HA	50,0
	TOTAL	Nº	04
		HA	89,0
	Jardim Clonal.	Nº	01
		U	1,0
	Planta sem origem genética comprovada	Nº	07
		U	31,15
CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA	Área Alterada de coleta de sementes (ACS-AS)	Nº	03
		U	508
	Muda	Nº	20
		U	4.136.907
	TOTAL	Nº	31
		U	4.137.447,15
	Vistoria de campo de semente C1	Nº	39
		HA	105,4
		Nº	39
	TOTAL	HA	105,4
TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS		Nº	317

Dando seqüência aos procedimentos fiscais desenvolvidos no segmento “semente e mudas” apresentamos a seguir o Quadro 03 o qual retrata a parte documental do processo de fiscalização em termos de números de documentos emitidos.

Quadro 03:

ATIVIDADE		UNID.	QTDE.
Documentos Emitidos	Termo de Fiscalização	Nº	199
	Auto de Infração	Nº	37
	Termo de Suspensão da comercialização de semente	Nº	08
		LOTE	18
		T	8,37
	Termo de Interdição de Estabelecimento	Nº	01
	Proc. Adm. Fiscal Proced. em 1ª Instância	Nº	07
	Renasem – inclusão, alteração e renovação.	R\$	1.500,00
	Inscrição de campos de sementes.	R\$	282,00
	Certificação de sementes.	R\$	170,40
	Inscrição de viveiros/matrizes.	R\$	700,00
	Multa aplicada.	R\$	317.742,00
	Multa recolhida.	R\$	15.797,87
Outros documentos	Autorização de importação de sementes.	Nº	26
	Visto de liberação de importação de sementes	Nº	01
		T	0,163
		R\$	7.636,20
	Participação em eventos.	Nº	06
	Palestras proferidas.	Nº	05

Ainda em relação às atividades inerentes a sementes e mudas merece registro o papel do SEFAG junto a Comissão de Sementes e Mudas do Para – CSM/PA.

Sementes e Mudas com garantia de identidade botânica e qualidades física, fisiológica e sanitária são insumos vegetais fundamentais para o desenvolvimento econômico, com sustentabilidade sócio-ambiental do agronegócio paraense. Representam ainda, um custo de investimento muito baixo com retorno alto e seguro quando comparado a outros custos na implantação de um empreendimento rural, sendo componentes da cadeia do agronegócio, presentes no início de cultivos familiares de ciclo curto, cultivos industriais de ciclo longo, cultivos consorciados, pastagens e reflorestamentos.

Nesse contexto e com base na Legislação Brasileira sobre Sementes e Mudas (Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003 e Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004), foi instituída oficialmente a Comissão de Sementes e Mudas do Pará – CSM/PA – Portaria nº 70, de 16 de abril de 2008 / SFA/MAPA/PA, tendo funções consultivas, informativas e de assessoramento ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, objetivando o aprimoramento do Sistema Nacional de Sementes e Mudas – SNSM. A Comissão Paraense é constituída por 35 entidades do setor público e privado que tenham alguma atividade relacionada com sementes e mudas, sendo presidida pelos Engenheiros Agrônomos Pedro Paulo da Costa Mota (SFA/PA), Lourimar Bezerra do Nascimento (ADEPARA) e Manoel Moura Melo (AEAPA), presidente, vice-presidente e secretário, respectivamente.

Execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra o gasto com a execução da ação de Sementes e Mudas.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
FISCALSEM	3390.14 (Diárias)	66.951,90	65.812,40	65.812,40	98,29%
	3390.30 (Consumo)	33.999,60	17.457,38	17.457,38	51,34%
	3390.33 (Passagens)	47.737,20	47.653,58	47.653,58	99,82%
	3390.39 (P. Física)	16.253,00	16.253,00	16.253,00	100%
	3390.39 (P. Jurídica)	27.383,00	23.276,32	23.276,32	85,00%
TOTAL		192.324,70	170.452,68	170.452,68	88,62

Fonte: SIAFI Gerencial

2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI**Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unid. de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Depto. de Fiscalização e Insumos Agropecuários	0375	2141	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	-	113	84.608,500	84.608,50

Desempenho Operacional

Como resultados das 100 fiscalizações realizadas durante o presente exercício foram amostradas 1.437,5 toneladas de fertilizantes mineral sólido, 5.440 litros de fertilizante mineral líquido, 7.037 toneladas de corretivos e 24,75 toneladas de substrato, as quais geraram a emissão de 48 autos de infração e 6 multas foram aplicadas. Além disso, tivemos a participação de um FFA no Curso de Relatoria de Processos de Fiscalização em Foz do Iguaçu – PR, e em blitz de sementes na região de Cascavel, também no Paraná.

METAS	UM	QTDE
Fiscalização em EP – Fertilizante Sólido	Nº	5
Fiscalização em EP – Corretivo Agrícola	Nº	7
Fiscalização em EP – Substrato	Nº	1
Fiscalização em EP – Total	Nº	13
Fiscalização em EC	Nº	52
Fiscalização em Produto	Nº	35
Fiscalização Total	Nº	100
Termo de Fiscalização Emitido	Nº	66
Termo de Intimação Emitido	Nº	1
Fertilizante Mineral Sólido Simples Amostrado	Nº	14
	T	536,5
Fertilizante Mineral Sólido Misto	Nº	32
	T	901
Fertilizante Mineral Líquido Amostrado	Nº	4
	L	5.440
Corretivo Agrícola Amostrado	Nº	4
	T	7.037
Substrato Amostrado	Nº	1
	T	24,75
Total de Produto Amostrado	Nº	51
	T	8.499,25
	L	5.440
CAF Dentro Fertilizante Mineral Sólido Simples	Nº	9
	T	607

Execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra o gasto com a execução da ação de fertilizantes, corretivos e inoculantes

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
	3390.14 (Diárias)	25.381,50	24.334,51	24.334,51	95,87%
	3390.30 (Consumo)	3.616,00	3.084,67	3.084,67	85,30%

FISFECOI	3390.33 (Passagens)	13.450,00	13.450,00	13.450,00	100%
	3390.39 (P. Física)	973,50	-	-	-
	3390.39 (P.Jurídica)	1.187,50	-	-	-
	4490.52 (M.Permanente)	40.000,00	40.000,00	40.000,00	100%
TOTAL		84.608,50	80.869,18	80.869,18	95,58%

Fonte: SIAFI Gerencial

2124: Fiscalização de Insumos destinados a alimentação animal - FISCINAN**Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Depto. de Fiscalização e Insumos Agropecuários	0375	2124	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	-	557	19.910,00	13.032,00

Desempenho Operacional

O quadro apresentado abaixo resume, em sua totalidade todas as ações relevantes desenvolvidas durante o presente exercício.

AÇÃO/OBJETIVO	UNID.	QTDE.
Fiscalização realizada	Nº	60
Colheita de amostra	Nº	19
Amostra não conforme	Nº	02
Registro de estabelecimento	Nº	03
Registro de produto	Nº	21
Produtos cancelados	Nº	63
Fiscalização de produto	Nº	363
Infração observada	Nº	17
Apreensão realizada	Nº	09

Execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra o gasto com a execução da ação de fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
FISCINAN	3390.14 (Diárias)	9.160,00	4.012,69	4.012,69	43,80%
	3390.30 (Consumo)	2.050,00	1.220,00	1.220,00	59,51%
	3390.33 (Passagens)	7.800,00	7.800,00	7.800,00	100%
	3390.39 (P.Jurídica)	900,00	-	-	
TOTAL		19.910,00	13.032,69	13.032,69	65,45%

Fonte: SIAFI Gerencial

Programa 6003 – Apoio do Desenvolvimento do Setor Agropecuário**AÇÕES**

Fiscalização de Contrato de Repasse: - FISCONTRATO

As atividades desenvolvidas em 2010 foram realizadas em diversos municípios do Estado do Pará, incluindo a execução de contratos de repasse através de emendas parlamentares e convênios celebrados com o Ministério da Agricultura através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC. Os recursos são definidos no Orçamento Geral da União.

Foram assinados 05 convênios pela SDC/MAPA no Estado do Pará, no montante geral de R\$ 2.393.463,52, para diversos objetivos como recuperação de estradas vicinais, apoio a eventos pecuários como o Avefest, e estudos para registro de identificação geográfica. As ações da DPDAG-PA no que diz respeito a convênios contemplam divulgação, palestras e fiscalização *in loco*. O **quadro 3** relaciona os convênios referentes a 2010.

Convênios firmados

CONVENIENTE	OBJETIVO	VALOR
PM São Felix do Xingu	Recuperação de vicinal	R\$ 1.000.000,00
FAPESP/SEDECT	IG açai Igarapé Miri	R\$ 125.000,00
PM Augusto Correa	Recuperação de vicinal	R\$ 780.000,00
PM Pau d'arco	Recuperação de vicinal	R\$ 400.000,00
Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Isabel	AVEFEST	R\$ 88.463,52
TOTAL		R\$ 2.393.463,52

As 46 emendas parlamentares, destinadas a investimentos rurais, somaram em 2010 o montante de R\$ 29.863.000,00. Foram analisadas pela DPDAG 46 emendas, com o objetivo de imprimir competitividade ao agronegócio. Os respectivos Planos de Trabalho registraram como metas: aquisição de patrulhas mecanizadas, aquisição de máquinas, trator de esteira, caminhões, e carregadeiras, revitalização de feiras e mercados municipais, construção de feira do produtor, construção de casa de farinha, recuperação de estradas vicinais.

Investimentos emanados de emendas parlamentares

EMENDAS PARLAMENTARES		
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Patrulhas mecanizadas	16	R\$ 8.443.500,00
Máquinas, trator de esteira, caminhões, e carregadeiras	17	R\$ 6.992.000,00
Revitalização de feiras e mercados municipais, construção de feira do produtor	4	R\$ 6.432.500,00
Construção de casa de farinha	1	R\$ 195.000,00
Recuperação de estradas vicinais	8	R\$ 7.800.000,00
TOTAL	46	R\$ 29.863.000,00

Conseqüentemente foram realizadas fiscalizações referentes aos contratos de repasse, do ano anterior, fiscalização prévia para recuperação de estradas vicinais, fiscalização atendendo demanda especial da CGU, vistoria prévia de convênios, fiscalização das patrulhas mecanizadas entregues a prefeituras de 16 municípios na ação Arco Verde em 2009, fiscalização *in loco* de 5 convênios, participação da equipe em seminários, realização de palestras e divulgação de ações deste Ministério.

Para realizar as ações acima mencionadas esta DPDAG-PA foi dotada com recursos financeiros na ordem de R\$34.235,93 discriminados de acordo com o **Quadro** abaixo.

Execução Orçamentária

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO				
ND	FISCONTRATO			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	
339014	R\$ 9.588,00	R\$ 9.588,00	R\$ 7.366,52	
339030	R\$ 3.270,60	R\$ 3.270,60	R\$ 2.285,45	
339033	R\$ 1.889,80	R\$ 1.889,80	R\$ -	
339039	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
339093	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
SOMA	R\$ 14.748,40	R\$ 14.748,40	R\$ 9.651,97	
PESSOAS BENEFICIADAS	90.360			

Fonte: SIAFI Gerencial

Salientamos que além das atividades de fiscalização existem demandas referentes a participação do Ministério em eventos referentes a emendas parlamentares, convênios e operação arco verde, como foi o caso da participação da DPDAG no Workshop Florestas Energéticas utilizando-se recursos do PI ORGMANEJO discriminado no **Quadro abaixo**.

ND	ORGMANEJO			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO
339014	R\$ 1.577,50	R\$ 1.577,50	R\$ 1.536,04	
339033	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 1.766,33	
339039	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
SOMA	R\$ 3.677,50	R\$ 3.677,50	R\$ 3.302,37	
PESSOAS BENEFICIADAS		20		

8611: Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – APPRODUTOR**Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Apoio e Cooperativismo	6003	8611	Atividade	3	Pessoas Beneficiadas	-	4640	45.295,85	34.235,93

Para realização das ações acima mencionadas, esta DPDAG-PA foi dotada com recursos financeiros na ordem de R\$ 34.235,95 conforme quadro abaixo

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO				
ND	APPRODUTOR			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	
339014	R\$ 24.095,85	R\$ 24.095,85	R\$ 23.267,35	
339030	R\$ 8.636,47	R\$ 8.636,47	R\$ 5.671,96	
339033	R\$ 4.300,00	R\$ 4.300,00	R\$ 4.203,09	
339039	R\$ 4.200,00	R\$ 4.200,00	R\$ 63,53	
339093	R\$ 63,53	R\$ 63,53	R\$ 1.030,00	
SOMA	R\$ 41.295,85	R\$ 41.295,85	R\$ 34.235,93	
PESSOAS BENEFICIADAS	4.640			

Apoio ao desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC

As ações relacionadas à Produção Integrada aconteceram em três cadeias produtivas, a de Abacaxi e a de Flores Tropicais e a de Banana. No que diz respeito a cadeia produtiva do Abacaxi as ações aconteceram nos municípios de Floresta do Araguaia e Salvaterra na Ilha de Marajó.

Dentre as ações relevantes podemos citar o monitoramento das áreas produtivas, a capacitação, a disseminação de informações através de cursos, a realização de Seminário sobre Produção Integrada de Abacaxi e a participação em reuniões técnicas.

Ainda sobre as ações de certificação atendemos demanda da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo referente a representação deste Ministério no Grupo Gestor do Programa de Produção Integrada de Sistema s Agropecuários em Microbacias Hidrográficas – PISA.

Execução Orçamentária

ND	APOIOAGRIC			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	
339014	R\$ 14.258,50	R\$ 14.258,50	R\$ 14.136,40	
339030	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00	R\$ 1.439,44	
339033	R\$ 6.050,00	R\$ 6.050,00	R\$ 3.927,23	
339039	R\$ 950,00	R\$ 950,00	R\$ 750,00	
SOMA	R\$ 23.558,50	R\$ 23.558,50	R\$ 20.253,07	
PESSOAS BENEFICIADAS	325			

Fonte: SIAFI Gerencial:

Ainda sobre as atividades desenvolvidas voltadas para certificação de produtos, incluímos a participação no Workshop Nacional sobre Boas Práticas e Certificação Agropecuária realizado em Brasília e o 1º Seminário sobre a Produção Integrada de Abacaxi do Tocantins, com recursos do PI APOIOPEC discriminados no Quadro a seguir.

ND	APOIOPEC			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	
339014	R\$ 625,50	R\$ 625,50	R\$ 562,70	
339030	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
339033	R\$ 770,00	R\$ 770,00	R\$ 770,00	
339039	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
SOMA	R\$ 1.395,50	R\$ 1.395,50	R\$ 1.332,70	
PESSOAS BENEFICIADAS	1			

Programa 1426 – Conservação, Manejo e uso sustentável da Agrobiodiversidade**AÇÃO****8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - DESENORG****Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 107/2010)**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Apoio e Cooperativismo	1426	8606	Atividade	3	Pessoas Beneficiadas	-	16.965	7.922,56	7.331,10

Foram realizadas inúmeras ações visando a capacitação de técnicos e produtores, promoção do alimento orgânico, organização dos produtores, legislação, certificação e fomento. Tais ações resultaram num significativo número de pessoas beneficiadas com a coordenação da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário. Ressalta-se ainda que o expressivo número diz respeito sobretudo a consumidores das 19 Feiras de Produtos Orgânicos realizadas em 2010 quando se distribuiu material informativo e se presta orientações sobre certificação e sistema de garantia da qualidade orgânica que entrou em vigor a partir de 01/01/2001.

Execução Orçamentária

ND	DESENORG			
	DOTAÇÃO		EMPENHADO	LIQUIDADO
339014	R\$	4.170,32	R\$ 4.170,32	R\$ 3.872,34
339030	R\$	800,00	R\$ 800,00	R\$ 598,11
339033	R\$	1.292,24	R\$ 1.292,24	R\$ 1.204,15
339036	R\$	800,00	R\$ 800,00	R\$ 796,50
339039	R\$	750,00	R\$ 750,00	R\$ 750,00
339093	R\$	110,00	R\$ 110,00	R\$ 110,00
SOMA	R\$	7.922,56	R\$ 7.922,56	R\$ 7.331,10
PESSOAS BENEFICIADAS	16.965			

Fonte: SIAFI Gerencial

d) – Desempenho Orçamentário e Financeiro**I - Programação Orçamentária das Despesas****QUADRO A.2.3 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)****IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999
	99999	999999

Análise Crítica: Por não ser Unidade Orçamentária, o quadro acima “não se aplica” a esta UJ

QUADRO A.2.7 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

/valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130094	Pesca	-	-	264.430,36
		130094	AGU	-	-	34.522,30
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	130094	Apoio/Fiscalização	581.147,12	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Análise Crítica: O quadro acima apresenta o total de recursos alocados em investimento, sendo resultado de obras feitas nesta SFA/PA no prédio do Serviço de Fomento Agropecuário, na Divisão de Defesa Agropecuária associada à Seção de Planejamento e Acompanhamento. Some-se ainda a aquisição de veículos tracionados para a Sede e UTRA/Santarém.

Relativo aos demais itens como inversões financeiras, amortização da dívida, pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, não se aplicam a esta UJ.

II - Execução Orçamentária das Despesas

QUADRO A.2.8 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJValores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010

Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte:

Análise Crítica: Esta UJ não operacionaliza com Créditos Originários, trabalha apenas com Créditos Recebidos, razão pela qual o quadro acima “**não se aplica**”.

QUADRO A.2.9 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

**DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Análise Crítica: Por não trabalhar com créditos originários, mas sim com créditos recebidos, o quadro acima “**não se aplica**” a esta UJ.

QUADRO A.2.10 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJValores em
R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Análise Crítica: Por não trabalhar com créditos originários, mas sim com créditos recebidos, o quadro acima “**não se aplica**” a esta UJ.

QUADRO A.2.11 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR
MOVIMENTAÇÃOValores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	1.847.328,74	1.409.123,95	1.847.328,74	1.409.123,95
Convite	-	43.065,65	-	43.065,65
Tomada de Preços	-	219.695,49	-	219.695,49
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.847.328,74	1.146.362,81	1.847.328,74	1.146.362,81
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	744.387,66	569.590,55	744.387,66	569.590,66
Dispensa	467.980,83	521.347,89	467.980,83	521.347,89
Inexigibilidade	276.406,83	48.242,62	276.406,83	48.242,62
Regime de Execução Especial	165.149,84	151.757,76	165.149,84	151.757,76
Suprimento de Fundos	165.149,84	151.757,76	165.149,84	151.757,76
Pagamento de Pessoal	686.188,36	682.472,36	686.472,36	682.472,36
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	686.188,36	682.472,36	686.188,36	682.472,36
Outras	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análise Crítica: Os dados exarados no quadro acima demonstram que houve uma redução de 23,73% nos processos licitatórios nas suas várias modalidades. A dificuldade residiu sobretudo na falta de interesse de empresas locais na participação destes processos, gerando uma demora no andamento dos processo tendo como consequência a devolução de recursos não utilizado.

QUADRO A.2.12 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS

RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

(R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
3390.37-L. Mão Obra	2.072.082,93	1.463.490,00	2.072.082,93	1.463.490	762.294,56	607.843,72	451.602,	607.842,7
3390.39- PJ	663.349,35	897.280,53	663.349,35	897.280,53	-	-	-	-
3390.30 – Consumo	-	322.802,47	-	322.802,47	-	-	-	-
Demais elementos	1.273.371,19	1.820.772,87	1.273.371,19	1.820.772,8	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análise Crítica: O limite estabelecido pelo órgão central para manutenção desta UJ neste exercício girou em torno de R\$ 2.389.576,94 dos quais 60,73% foi direcionado para os contratos de apoio, limpeza e manutenção e vigilância ostensiva, como mostra o quadro na Locação de Mão de Obra. Houve dificuldade em gerir as demais despesas como telefonia, contrato de manutenção de veículos, energia etc, em virtude de restar apenas 39,27% para custear tais despesas, incluindo as despesas com diárias e passagens aéreas, bem como a manutenção das UTRAS – Santarém e Marabá. Adite-se ainda que esta SFA/PA tem mais ou menos 90.000 m2. distribuídos horizontalmente.

QUADRO A.2.13 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃOValores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	505.807,23	581.147,2	505.807,23	581.147,2				
4490.51- Obras	-	276.811,1	-	276.811,12				
4490.52-. Permanente	505.807,23	304.336,0	505.807,2	304.336,0				
3º elemento de despesa	-	-	-	-				
Demais elementos	-	-	-	-				
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-				
1º elemento de despesa	-	-	-	-				
2º elemento de despesa	-	-	-	-				
3º elemento de despesa	-	-	-	-				
Demais elementos	-	-	-	-				
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-				
1º elemento de despesa	-	-	-	-				
2º elemento de despesa	-	-	-	-				
3º elemento de despesa	-	-	-	-				
Demais elementos	-	-	-	-				

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análises Crítica: O quadro acima mostra de maneira clara, conforme dito em quadros anteriores que o processo licitatório nas diversas modalidades ficou aquém do exercício anterior. Embora tenha havido descentralização de recursos para o fim, o desinteresse de empresas em participar dos processos associado a baixa operacionalidade do Setor responsável reduziu o planejamento inicial para reformas e aquisição de bens no exercício.

II- Indicadores Institucionais

Os indicadores abaixo referem-se às ações, objeto do item acima (c – II), seguindo a mesma ordem.

Ações:**2134: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Veg. e seus produtos – VIGIFITO****Indicadores de Desempenho**

INDICADOR:	Nº de Supervisão/ Inspeção/ Fiscalização/Auditoria (SIFA) realizadas pelo SISV.	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras
Atributo:	Eficácia	Eficácia
Descrição:	Número de unidades SIFA (Supervisionadas /Inspecionadas/ Fiscalizadas/Auditadas) em	Número de partidas inspecionadas no trânsito interestadual em relação ao programado.

	relação ao programado.	
Fonte:	SISV/DDA/SFA-PA	ADEPARA
Fórmulas e cálculos:	Varição Absoluta (VA) entre o número de Unidades SIFA Realizadas em relação ao número de Unidades SIFA Programadas para 2010: $VA = USIFAR2010 - USIFAP2010$ $VA = 42 - 65$ VA = - 23 Varição Relativa (VR) entre o número de Unidades SIFA Realizadas e o número de Unidades SIFA Programadas para 2010, em percentagem: $VR = USIFA / USIFAP * 100$ $VR = (42/65) * 100$ VR = 64,6%	Varição Absoluta (VA) entre o número de Partidas Inspeccionadas (PI) Realizadas em relação ao número de Partidas Inspeccionadas (PI) Programadas para 2010: $VA = PIR2010 - PIP2010$ $VA = 46.120 - 30.000$ VA = 16.120 Varição Relativa (VR) entre o número de Partidas Inspeccionadas (PI) Realizadas e o número de Partidas Inspeccionadas (PI) Programadas para 2010, em percentagem: $VR = PIR / PIP * 100$ $VR = (46.120/30.000) * 100$ VR = 153,7%
SIFA: Supervisão/Inspeção/Fiscalização/Auditoria; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa; USIFAR: Unidades Supervisionadas/Inspeccionadas/Fiscalizadas/Auditadas Realizadas; USIFAP: Unidades Supervisionadas/Inspeccionadas/Fiscalizadas/Auditadas Programadas; IP: Indicador Programado; PI: Partida Inspeccionada; PIP: Partida Inspeccionada Programada; PIR: Partida Inspeccionada Realizada.		

Análise do desempenho

Para aferição do desempenho operacional da ação VIGIFITO calculou-se os indicadores de eficácia sobre o desempenho das auditorias no controle do trânsito realizado pelo SISV e sobre o trabalho da vigilância e controle do trânsito que é realizado nas ULSA's e nos postos de Fiscalização pela ADEPARA.

O indicador N° de Supervisão/Inspeção/Fiscalização/Auditoria refere-se às fiscalizações em propriedades e unidades de consolidação com emissão de CFO, supervisão de curso de CFO, inspeção fitossanitária em material de propagação vegetal importado e auditorias in loco das barreiras fitossanitárias localizadas nas divisas do estado do Pará com outras unidades da federação. Verifica-se que para esse indicador o SISV apresentou índice de eficácia de 64,5% em relação ao cumprimento da meta física programada em 2010.

Esse fato foi motivado pela baixa frequência na realização da meta “Auditoria nas barreiras fitossanitárias” em virtude dessa atividade ser realizada por um único FFA, que no exercício de 2010 foi acometido por problemas de saúde que inviabilizaram o deslocamento de longa distância do responsável técnico pelo PI VIFITO. Para conhecimento a distância média das barreiras fitossanitárias da sede da SFA é de aproximadamente 1.000km. Contudo, cabe salientarmos que a eficácia desse indicador atinge 97,5% quando se excluem da análise as ações de auditoria nas barreiras fitossanitárias.

Da mesma forma o Trabalho realizado nos Postos fixos da ADEPARA mostrou-se altamente eficaz em relação ao produto Partida Inspeccionada, no controle de fronteiras, apresentando um valor de 157,5%. Este resultado demonstra o quanto aumentou o fluxo de produtos vegetais nas barreiras sanitárias do Estado, tanto de entrada como de saída do Estado, principalmente frutos cítricos e banana.

A entidade estadual de defesa fitossanitária, a ADEPARA emitiu em 2010 um total de 985 PTV's – Permissões de Trânsito de Vegetal, sendo que 656 PTV's oriundas da cultura dos citros e 329 PTV's da banana.

Considerando que nesta atividade estão envolvidos diretamente o SISV e a ADEPARA, na avaliação de desempenho foi analisada apenas a Eficácia para o indicador Taxa de Conformidade no

Controle de Fronteiras, tendo em vista que a SFA não tem controle sobre os recursos orçamentários e financeiros utilizados pela Agência de Defesa.

8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Praga de Vegetais – PCEVEGETAL

Indicadores de Desempenho

Indicador	Nº de Supervisão/Fiscalização realizada	Área Controlada para Pragas Quarentenárias Presentes	Incidência de pragas Quarentenárias Ausentes no Estado
Atributo:	Eficácia	Eficácia	Eficácia
Descrição:	Número de Supervisão realizada em relação ao programado.	Número de área controlada em relação ao programado.	Número de incidência de pragas quarentenárias ausentes no estado em relação ao programado.
Fonte:	SISV/DDA/SFA-PA	SISV/DDA/SFA-PA e ADEPARA	SISV/DDA/SFA-PA e ADEPARA
Fórmulas e cálculos:	Varição Absoluta (VA) entre o número de supervisões realizadas em relação ao número de supervisões programadas para 2010: $VA = NSR - NSP2010$ $VA = 67 - 68$ $VA = -1$ Varição Relativa (VR) entre o número de Supervisões Realizadas e o número de Supervisões Programadas para 2010, em percentagem: $VR = (NSR/NSP)*100$ $VR = (67/68)*100$ $VR = 98,5\%$	Varição Absoluta (VA) entre o número de área controlada realizada em relação ao número de área controlada programada para 2010: $VA = NACR - NACP2010$ $VA = 123.733 - 56.000$ $VA = 67.733$ Varição Relativa (VR) entre o número de área controlada realizada em relação ao número de área controlada programada para 2010, em percentagem: $VR = (NACR/NACP)*100$ $VR = (123.733/56.000)*100$ $VR = 220,95\%$	Taxa de Sanidade Agropecuária para Pragas Quarentenárias Ausentes no Estado do Pará. $TSA = \frac{AP + AC}{AT} * 100 =$ $TSA = \frac{124.768.700 + 0}{1.247.687} * 100 = 100\%$ Varição Absoluta (VA) entre o número de incidência de pragas quarentenárias ausentes realizadas em relação ao programado para 2010: $VA = NIPAR - NIPAP2010$ $VA = 1.247.687 - 1.247.687$ $VA = 0$ Varição Relativa (VR) entre o número de incidência de pragas quarentenárias ausentes realizadas em relação ao programado para 2010, em percentagem: $VR = (NIPAR/NIPAP)*100$ $VR = (124.768.700/1.247.687)*100$ $VR = 100\%$
NSR: Número de Supervisão Realizada; NSP: Número de Supervisão Programado; VA: Varição Absoluta; VR: Varição Relativa; NACR: Número de Área Controlada Realizada; NACP: Número de Área Controlada Programada; AP: Área Prevenida; AC: Área Controlada; AT: Área Total; NIPAR: Número de Incidência de Pragas Ausentes Realizado; NIPAP: Número de Incidência de Pragas Ausentes Programado.			

Análise do Desempenho

Nesta ação o Indicador principal é Incidência de Pragas Quarentenárias Ausentes no Estado cujo produto é Área Controlada, ou seja, área onde a praga não se encontra. Considerando que nesta atividade estão envolvidos diretamente o SISV e a ADEPARA, na avaliação de desempenho foi analisada apenas a Eficácia da Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/MAPA/PA tendo em vista que a SFA não tem controle sobre os recursos orçamentários e financeiros utilizados pela Agência de Defesa. E, quanto a este, o Serviço tem se mostrado 100% eficaz uma vez que todo o Estado do Pará encontra-se sem a presença de “Pragas Quarentenárias Ausentes” listadas na Instrução Normativa nº 52/2007.

Para a principal atividade realizada diretamente pelo SISV-PA foi estabelecido o Indicador “Nº de Supervisão/Fiscalização realizada”. Nesta atividade o SISV-PA teve um desempenho de meta física de 98,5%. Isto mostra que o serviço se mostrou eficaz no cumprimento das metas programadas.

O Indicador “Área Controlada para Pragas Quarentenárias Presentes” indica a área que a ADEPARA e o SISV trabalham na prevenção e controle das pragas que já estão presentes no País e que ameaçam o Estado de sua introdução, ou que já se encontram estabelecidas no Estado, mas estão sob controle oficial. A área trabalhada corresponde principalmente às áreas cultivadas com citros, soja, dendê e banana. O resultado mostra um alcance de 220,95% da área controlada programada, em virtude da não programação das áreas de cultivo de dendê para prevenção do ácaro vermelho que foram realizadas em 2010.

Subação - Prevenção e Controle de Pragas da Banana - Sigatoka Negra

As atividades voltadas ao controle da Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*) e do Moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum*) têm como finalidade elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação destas pragas.

Durante o ano de 2010 foi priorizado o credenciamento de unidades de produção e unidades de consolidação ao Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para as pragas Sigatoka Negra e Moko da bananeira visto que as Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009, preconizam que a comercialização interestadual deverá ocorrer somente de banana proveniente de área livre ou inserida em SMR. Como o Estado do Pará não tem área livre para as pragas Sigatoka Negra e Moko da Bananeira, o sistema de mitigação de risco tem sido nossa prioridade.

Dessa forma, o SISV-PA auditou dezoito unidades de produção e treze unidades de consolidação localizadas nos municípios de Altamira, Brejo Grande do Araguaia, Marabá e Piçarra. Nas auditorias realizadas foi constatado que a grande maioria das unidades produtivas deixava de executar algumas práticas agrícolas exigidas nas Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009. Os relatórios das auditorias realizadas foram encaminhados à ADEPARA para conhecimento e providências.

A ADEPARÁ atua nesse programa realizando o credenciamento e o descredenciamento das unidades produtivas e unidades de consolidação; fiscalizando a ação dos responsáveis técnicos habilitados para emissão de CFO, palestras técnicas de conscientização de produtores para o integral cumprimento das Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009.

Os principais problemas encontrados na execução desta subação é a falta de conscientização dos integrantes da cadeia produtiva de banana quanto à importância da aplicação das medidas de prevenção e controle da praga; falta de harmonização de procedimentos para fiscalização estadual, e supervisão e auditoria federal nos processos do Sistema de Mitigação de Risco; além da legislação estar desatualizada sem definição de produtos com respectiva concentração para higienização de embalagens e frutos.

Subação – Prevenção e controle de pragas dos citros

No estado do Pará esta subação corresponde às atividades de prevenção de pragas quarentenárias presentes como Pinta Preta (*Guninardia citricarpa*), o Cancro Cítrico (*Xanthomonas axonopodis* pv. *citri*) e o Greening (*Candidatus Liberobacter*) e o controle da praga mosca negra dos citros (*Aleurocanthus woglumi*).

Em cumprimento às Instruções Normativas Nº 3, de 8 de janeiro de 2008 (Pinta Preta), Nº 53, de 16 de outubro de 2008 (Greening) e Nº 20, de 31 de julho de 2006 (Cancro cítrico) o órgão estadual

de defesa vegetal, ADEPARÀ, realizou os levantamentos oficiais de detecção dessas pragas monitorando 30 municípios que perfazem uma área de 2.733ha de área controlada.

Em virtude da não celebração de convênio com o Ministério da Agricultura no ano de 2010, não houve recursos disponíveis para realização de levantamentos na área total programada para prevenção das pragas da citricultura paraense e, para a realização de ações de educação sanitária como distribuição de material informativo e realização de palestras para produtores.

Subação: Prevenção e controle de pragas da soja

O Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (*Phakopsora pachyrhizi*), instituído por meio da Instrução Normativa Nº 2 de 29 de janeiro de 2007, visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola da soja, congregando ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da praga.

Assim em cumprimento a essa legislação foi instituído no Estado do Pará o vazio sanitário da soja por meio da Instrução Normativa Nº 009/2008-ADEPARA que estabelece dois períodos de vazio sanitário: 15/julho a 15/setembro para as microrregiões de Conceição do Araguaia, Redenção, Itaituba, Marabá e Altamira (Distrito de Castelo dos Sonhos) e; 01/outubro a 30/novembro para as microrregiões de Santarém, Altamira (com exceção do Distrito de Castelo dos Sonhos), Paragominas, Bragança e Guamá.

No ano de 2010, mesmo sem repasse de recursos financeiros por meio de convênio, a ADEPARA realizou com êxito todas as atividades previstas para este programa de controle, atingindo até 35% a mais da área controlada programada. Das atividades realizadas pela ADEPARA registram-se 147 propriedades cadastradas e georreferenciadas, 147 propriedades fiscalizadas durante o vazio sanitário da soja, e 37 propriedades notificadas, em 15 municípios produtores do Estado.

Dentre as atividades inerentes ao programa de prevenção e controle de pragas da soja, as atividades que são diretamente realizadas pelo SISV-PA são a coordenação do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja e as ações de supervisão da fiscalização do vazio sanitário da soja no Estado do Pará.

Em 2010 foi realizada uma Reunião do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja onde foi deliberada alterações na Nº 009/2008-ADEPARA. Quanto às ações de supervisão, o SISV-PA não realizou nenhuma das duas programadas, em virtude da descentralização de recursos ter ocorrido somente no final do período do vazio sanitário da soja.

Subação: Prevenção e controle da broca da teca (*Sinoxylon conigerum*).

Esta subação consiste de atividades de levantamentos de detecção por meio do monitoramento das armadilhas instaladas para captura da broca da teca nas regiões sul e sudeste do Pará, em virtude da presença dessa praga no Mato Grosso. E de levantamentos de áreas de cultivo no Estado do Pará.

Para alcance das metas programadas foram realizadas supervisões nas armadilhas instaladas. Para tanto, cabe salientar que no convênio anterior, nº 001/2008, a ADEPARA adquiriu 250 armadilhas, porém durante as supervisões só foram constatadas a instalação de 30 armadilhas no campo. Após as supervisões foram feitos relatórios solicitando à ADEPARA a instalação das demais armadilhas em outros municípios do estado que fazem divisa com o Mato Grosso.

Nos levantamentos de detecção realizados, até a presente data, não foi constatada a presença da praga *Sinoxylon conigerum* no Estado do Pará.

Subação: Prevenção e controle da Monilíase do Cacaueiro.

A Monilíase do Cacaueiro, praga quarentenária ausente no Brasil, está presente na maioria dos países da América do Sul. E em virtude dos danos devastadores causados por esta praga que ataca somente o fruto, o Ministério da Agricultura elaborou em 2009 o Plano de Contingência da Monilíase

do Cacaueiro para a região norte que prevê prospecções anuais nas áreas consideradas de alto risco de introdução da praga.

O Plano de Contingência até hoje ainda não foi publicado, no entanto, as estratégias de prevenção previstas estão sendo executadas. Em 2010 foi realizada pelo SISV-PA uma prospecção no Estado de Roraima visando o levantamento de ocorrência da praga *Moniliophthora roreri*, em locais previamente definidos pelo Plano de Contingência, em plantas de *Theobroma cacao* e *T. grandiflorum* de cultivo ou nativas; determinar pontos de monitoramento da presença da praga *M. roreri* em plantios de cacaueiros e cupuaçuzeiros no estado de Roraima e; avaliar os riscos de entrada da monilíase no Brasil vinda da Venezuela.

A equipe de fiscais que trabalha neste programa elaborou um relatório final com todas as prospecções realizadas pelo MAPA e CEPLAC, desde 2005 até 2010, nos estados considerados de alto risco de entrada da praga *M. roreri*. O resultado deste trabalho foi encaminhado ao Departamento de Sanidade Vegetal. Também foi elaborado um plano de Educação Sanitária a ser implementado nos municípios do Brasil que fazem fronteira com os países de ocorrência da praga.

Subação: Prevenção e controle do ácaro vermelho das palmeiras (*Raoiella indica*).

A Instrução Normativa Nº 14 de, 06 de abril de 2010, prevê a realização pelos órgãos estaduais de defesa vegetal de levantamentos de detecção nas Unidades da Federação consideradas de risco de entrada dessa praga. Entretanto, a Agência de Defesa Agropecuária no Pará não realizou nenhum levantamento de detecção, em face da falta de recursos financeiros devido a não celebração de convênio MAPA/ADEPARA.

As ações realizadas diretamente pelo SISV-PA neste programa consistiram em levantamentos de detecção do ácaro vermelho das palmeiras em propriedades de cultivo de dendê. Além da realização de uma reunião visando à formação de um de Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano de Contingência do ácaro vermelho das palmeiras no Estado do Pará.

4738: Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA

Indicadores de Desempenho

INDICADOR:	Incidência da Praga “Mosca da Carambola”	Número de Supervisão/Fiscalização Realizada
Atributo:	Eficácia	Eficácia
Descrição:	Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola.	Número supervisão/fiscalização em relação ao programado.
Fonte:	ADEPARA	SISV/DDA/SFA-PA
Fórmulas e cálculos:	Varição Absoluta (VA) entre a Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola e a Área dos municípios programados para 2010 $VA = APPR2010 - APPP2010$ $VA = 124.768.700 - 124.768.700$ VA = 0	Varição Absoluta (VA) entre o número de supervisão/fiscalização realizada, em relação ao número de supervisão/fiscalização programada para 2010: $VA = NSFR2010 - NSFP2010$ $VA = 1.660 - 2.300$ VA = -700
	Varição Relativa (VR) entre a Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola e a Área dos municípios programados para 2010, em percentagem: $VR = NIPR2010/NIPP2010*100$ $VR = (124.768.700/124.768.700)*100$ VR = 100%	Varição Relativa (VR) entre o número de supervisão/fiscalização realizada e o número de supervisão/fiscalização programada para 2010, em percentagem: $VR = NSFR2010/NSFP*100$ $VR = (1660/2300)*100$ VR = 72,12%
APPR: Área de Prevenção da Praga Realizada; APPP: Área de Prevenção da Praga Programada; NSFR: Número de		

Supervisão/Fiscalização Realizada; NSFR: Número de Supervisão/Fiscalização Programada.

Análise do Desempenho

Para avaliação do desempenho operacional da ação ERRADMOSCA calculou-se a Eficácia para não incidência da Mosca da carambola no Pará, ou seja, para a atividade de prevenção e controle que está sendo executada pela SFA e ADEPARA. O produto, “Área Prevenida”, mostra um resultado 100% positivo para o cumprimento da meta de manter todo o Estado livre da praga.

A atividade de supervisão do monitoramento é realizada diretamente pelo SISV e tem o objetivo de verificar o controle de qualidade do monitoramento da mosca da carambola executado pela ADEPARA. Os cálculos abaixo mostram que o Serviço teve um desempenho físico de 72,12% em 2010. Esse índice atribui-se a ocupação da equipe nos procedimentos de auditoria do Convênio MAPA-SDEPARA, no primeiro semestre, que tomou grande parte do tempo em auditorias na sede da instituição realizando conferência documental e na sede da SFA na elaboração de relatórios e diligências.

Outro fator a considerar foi o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, por parte do MAPA, para a realização de atividades de campo.

Os recursos recebidos foram gastos 100% nas atividades de supervisão do monitoramento, das ações de pós-erradicação da Mosca da Carambola no Vale do Jari e na cooperação Técnica com o Plano de erradicação do Sul do Amapá.

Em novembro de 2010 foi disponibilizado R\$100.000,00 (cem mil reais) no elemento despesa 339052, contudo este recurso não foi empenhado na SFA-PA. Foi anulado pela Coordenação de Orçamento e Finanças-COF-MAPA e repassado para a Unidade gestora SFA-AM para aquisição de um veículo por meio do processo de licitação em andamento naquela unidade pela modalidade de registro de preço.

8658: Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais - PCEANIMAL**INDICADOR : Incidência de doenças dos animais no Estado**

Fórmula de cálculo: Número de propriedades atendidas para prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da Ação e a Meta Física

Programada em 2010, em Quantidade da Meta Física.

$$VA\ 2010 = QR\ 2010 - QP\ 2010$$

$$VA\ 2010 = 36.725 - = \mathbf{18725}$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em percentagem:

$$VR2010 = [(QR2010 : QP2010).100$$

$$\% = (QR2010 : QP2010). 100$$

$$\% = (36.725 : 9.350). 100= \mathbf{392,78\ \%}$$

INDICADOR : Nº de Supervisão/Fiscalização realizada

EFICÁCIA

Varição Absoluta (VA) Entre a Quantidade Realizada de Unidades do Produto da

Ação e a Meta Física

Programada em 2010, em Quantidade da Meta Física

$$VA\ 2010 = QR\ 2010 - QP\ 2010$$

$$VA\ 2010 = 267 - 82 = 185$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2010, em percentagem:

$$VR2010 = [(QR2010 : QP2010).100$$

$$\% = (QR2010 : QP2010). 100$$

$$\% = (267 : 82). 100 = 325,60 \%$$

Análise de Desempenho

Temos como indicador fundamental desta ação a INCIDÊNCIA DE DOENÇAS DOS ANIMAIS, onde o produto é denominado de PROPRIEDADE ATENDIDA. Para alcançarmos esse resultado somamos todas as atividades desenvolvidas, pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, na execução dos Programas de prevenção, controle e erradicação de doenças de animais efetivados no Estado do Pará sob a coordenação e supervisão do SISA. Essas atividades envolvem diretamente os seguintes programas: PNSA, PNCEBT, PNCRH, PNSE, PNSS, PNSAQ e CTQA, em relação ao atendimento de notificações, as fiscalizações realizadas em propriedades rurais, casas agropecuárias, granjas e empresas que comercializam peixes ornamentais durante o ano de 2010. Sendo que, o SISA/Saúde Animal realizou 146 (cento e quarenta e seis) fiscalizações em propriedades e a ADEPARA atendeu 121 notificações, no total somam 267 fiscalizações.

A meta “ Propriedade Atendida” é inicialmente programada pelo DSA-MAPA com base nos anos anteriores. Para análise do desempenho foi calculada a Eficácia e obteve-se um resultado de desempenho de 325,60 % alcançado em 2010.

Em 2010 foram emitidas 1.538 (hum mil, quinhentos e trinta e oito) autorizações de embarque para bovídeos e peixes ornamentais para exportação. As atividades de Supervisão/Fiscalização contemplam todas as ações de controle, realizadas pelo SISA, conforme detalhado no quadro abaixo:

4842: Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS

INDICADORES :

- Área reconhecida pela OIE (1).
- Quantidade de bovinos vacinados (2).

FÓRMULA DE CÁLCULO:

- Indicador 1: (Área Reconhecida x 100) / Área Total.
Indicador 1: $(713.589,85\text{ km}^2 \times 100) / 1.230.267\text{ km}^2 = 58\%$.
- Indicador 2: (Quantidade de Bovinos Vacinados x 100) / Total de Bovinos.
Indicador 2: $(14.269.338 \times 100) / 14.505.194 = 98,37\%$.

Análise Crítica:

Sugerimos para melhorar o desempenho dentro de cada programa as recomendações que seguem:

- Que seja realizado um levantamento de bens adquiridos com recursos do convenio MAPA/ADEPARA, para que estes sejam utilizados em proveito exclusivo das ações de Defesa Animal.
- Que seja constituído um Grupo de Trabalho no SISA/Saúde Animal voltado à análise de dados e informações de Defesa Animal, visando sugestões para reduzir o tempo de atendimento às notificações de suspeitas, levantamento sobre pontos críticos.
- Criação de um calendário obrigatório de envio de informações mensais dividido por programas.
- Aumentar a frequência de Treinamentos de Médicos Veterinários do serviço oficial e do setor privado.
- Aumentar as ações de vigilância ativa em propriedades que possuem bovinos importados, confinados e com criação integrada aves e bovinos.
- Incentivar a criação de mais equipes de captura de morcegos, cadastramento e monitoramento de abrigo.
- Aumentar o nº de auditorias internas tanto por parte da ADEPARA quanto por parte do SISA/Saúde Animal no intuito de orientar, cobrar e avaliar as ações.
- Divulgar por meio de palestras para Médicos Veterinários do Serviço Oficial e do setor privado, empresários, autoridades municipais e criadores as doenças de notificação obrigatória, novas legislações e procedimentos.

2181: Vigilância e Fiscaliz. do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos – FISCANIMAL

2180: Vigilância e Fiscaliz. do Trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos – FISCPLANTA

Indicadores de Desempenho

A certificação e/ou autorização de embarque na exportação e a anuência ou liberação na importação de produtos agropecuários em trânsito como cargas ou bagagens passam por processo de fiscalização de cada partida nos pontos de ingresso/egresso e para tanto, são emitidos termos e despachos definidos no Manual de Procedimentos Operacionais (Instrução Normativa no. 36/2006).

O produto “fiscalização realizada” foi definido como indicador de desempenho por representar as ações do VIGIAGRO, pois se refere à somatória do número de Termos de Fiscalização, Requerimentos para Inspeção de Embalagem de Madeira, Termos de Fiscalização do Trânsito Internacional de Passageiros, Termos de Fiscalização de Bagagem e Encomenda e Termos de Retenção, expedidos nas Unidades.

Esse indicador tem servido como parâmetro para as chefias na tomada de decisões no gerenciamento das Unidades, visto que esse dado somado às peculiaridades de cada segmento e aos tipos de produtos/espécies com exportação/importação controlados possibilitam decidir sobre a melhoria e adequação de infra-estrutura, equipamentos, pessoal, veículos e a utilização de forma priorizada dos recursos financeiros alocados nos Planos Internos, tendo como objetivo final a melhoria do desempenho de cada Unidade no cumprimento das responsabilidades institucionais.

Análise de Desempenho

Para medir o desempenho das ações das UVAGRO/DDA/SFA/PA, serão utilizados cálculos de e **eficácia**. Com relação à **efetividade** serão tecidos apenas comentários relativos a estas ações.

Cálculo da Eficácia:

A eficácia das ações será medida pelos resultados alcançados frente ao que foi planejado, utilizando-se como fórmula de cálculo o número de fiscalizações realizadas sobre o número total de fiscalizações programadas no ano:

$$\text{Eficácia} = \text{Executado} \times 100 / \text{Programado}.$$

PI	No. de Fiscalizações		EFICÁCIA	Recursos Financeiros (Em R\$1,00)		*CUP	**CUR
	Programadas	Realizadas		Programados	Realizados		
FISCPLANTA	3.659	4.272	116,75%	152.000,00	139.942,79	41,54	32,76
FISCANIMAL	2.613	3.755	143,70%	175.900,00	106.693,24	67,32	28,41
TOTAL	6.272	8.027		327.900,00	246.636,03		

Obs:*CUP: Custo Unitário Planejado e **CUR: Custo Unitário Realizado

Eficácia- Comentários:

A programação inicial no SIPLAN, é no Módulo Regionalização dos Coordenadores Nacionais (CAN's), que distribuem os valores das metas físicas para os Estados regionalizados. Posteriormente, é possibilitada, aos Coordenadores Estaduais, a correção do inicialmente previsto para essas metas. Em 2010, essas previsões iniciais foram de 3.659 e 2.613 fiscalizações realizadas para os PIs FISCPLANTA e FISCANIMAL, respectivamente. A correção da previsão inicial foi feita pelo Coordenador Estadual para 4.375 e 2.613 e, foram realizadas, 4.272 e 3.755 fiscalizações, respectivamente. Embora ainda se encontre certa dificuldade em prever o produto desta ação, devido aos fatores que interferem no trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, os ajustes realizados levaram em conta o incremento da importância que o Estado do Pará está ganhando no cenário do agronegócio brasileiro.

Já o percentual de **143,70%**, resultado do cálculo da eficácia da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos Pecuários ações é significativamente alto e traduz os esforços empreendidos por esta SFA/PA para atender a demanda crescente de fiscalizações que são solicitadas pelas empresas exportadoras de animais vivos (abate e reprodução) e seus produtos como carne congelada, com a qual se está alcançando novos mercados como a Federação Russa, que tem requisitos sanitários rígidos para a importação desse tipo de carne, o que exigiu adaptação das instalações em Vila do Conde e a capacitação da equipe técnica desta SFA/PA em outras unidades do MAPA por onde já havia esse tipo de exportação.

Quanto a ação da Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos Agrícolas, o percentual de **116,75%** se aproxima do programado, levando-se em conta a recuperação ainda que lenta da economia mundial, assim embora se tenha uma retração da certificação da madeira, outros produtos agrícolas importantes como os grãos oriundos da região centro oeste passaram a ter maior destaque sendo canalizada essa

exportação pelo Porto de Santarém.

Em ambas ações o Custo Unitário Realizado ficou bem abaixo do Custo Unitário Planejado.

Efetividade- Comentários:

Com relação à **efetividade** das ações, podemos afirmar que as medidas legais de ordem zoofitoquarentenárias referentes ao ingresso/egresso de vegetais, animais, e seus produtos e de controle de qualidade dos insumos agrícolas, vem sendo aplicadas pelas UVAGRO's , possibilitando o controle e a interferência nos processos de exportação ou importação, cumprindo, desta forma, a missão institucional tanto no que diz respeito a certificação e a garantia da qualidade dos produtos exportados, quanto da efetividade da vigilância sobre os produtos importados garantindo assim o resguardo do interesse público e do patrimônio econômico e biológico nacional.

2131: Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal – IPVEGETAL

Indicadores de Desempenho

CUSTO UNITÁRIO DE INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO POR ESTABELECIMENTO “IN LOCO”

- Diária empenhada: R\$12.934,87
- B) Diária gasta com inspeção/fiscalização: R\$9.573,62
- C) Diária gasta com capacitação/treinamento: R\$2.370,50
- D) Passagem empenhada: R\$3.460,05
- E) Passagem gasta com inspeção/fiscalização: R\$1.694,57
- F) Passagem gasta com capacitação/treinamento: R\$1.765,48
- G) Suprimento de viagem aplicado (3390.30): R\$488,24
- H) Indenizações (suprimento de viagem 9390.30) aplicado em viagem: R\$100,00
- I) Estabelecimentos inspecionados: 65 (sessenta e cinco)

Nota: **D** = Diária / **P** = Passagem / **S** = Suprimento de Viagem / **E** = Estabelecimento inspecionado/fiscalizado

Custo Unitário: $\frac{D + P + S}{E} = \frac{9.573,62 + 1.694,57 + 488,24 + 100}{65} = \frac{R\$11.856,43}{65} = R\$182,41/\text{estabelecimento inspecionado}$

INDICADORES OU PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pela SFA/MAP-APA, no exercício 2010, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas no documento denominado “Técnicas de Auditoria – Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos” publicado no ano de 2000 pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Esses indicadores foram criados para possibilitar a análise de três parâmetros, a saber: Economicidade, Eficiência e Eficácia.

ECONOMICIDADE: Mede o grau de minimização dos custos incorridos na execução de uma ação, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma instituição de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados a sua disposição.

FÓRMULA: $VACTR = CR2010 - CR2009$ sendo $VACTR$ = Variação absoluta entre o custo total realizado em 2010 e o custo total realizado em 2009.

$$VACTR = R\$41.854,52 - R\$34.153,16$$

$$VACTR = R\$7.701,36(*)$$

(*) Observa-se uma economicidade de R\$7.701,36 no exercício de 2010 em relação ao de 2009, que se atribui ao corte linear de 35% (trinta e cinco por cento) do total dos recursos programados no Plano Operativo, base para alimentação do SIPLAN, forçado pelo aumento do valor das diárias e de outros custos variáveis, sem a contrapartida de aporte de novos recursos pelo MPOG para fazer frente aos referidos aumentos. Impingindo assim, a não realização de novos investimentos e nem aquisição de materiais permanentes, bem como a diminuição das metas físicas de 100 para 65 inspeções/fiscalizações/ano.

EFICIÊNCIA: Parâmetro adotado para mensurar e avaliar a produtividade e o desempenho da gestão em termos utilização de recursos humanos, financeiros, material, tempo e o produto obtido com a qualidade esperada. Na prática aferida pela relação entre o custo total dos insumos empregados num determinado período de tempo e a quantidade de produto obtido, mantendo-se a qualidade do produto e do serviço.

FÓRMULA: $E = \text{Custo total da atividade}^{(1)} (R\$) / Qde \text{ de produto obtido (estabelecimentos inspecionados)}$

$$E = R\$ \frac{R\$11.856,43}{65 \text{ Insp.}} = R\$182,41/\text{Estabelecimento Inspeccionado}$$

(1) Composto pelo Somatório de: Diárias + Passagens + Suprimentos de Viagens Aplicados na execução da meta f.

EFICÁCIA: Parâmetro relacionado diretamente a eficiência, adotado para avaliar o grau de alcance do produto produzido, se foi realizado a coisa certa de modo certo e esperado num determinado período de tempo, independente dos recursos demandados e, se de fato atendeu totalmente as necessidades e expectativas do público alvo e da sociedade consumidora dos produtos trabalhados. Na prática aferida pela relação percentual entre a meta física executada e a programada à atividade.

EFICÁCIA “EF” = $\text{Meta Física Executada} \times 100 / \text{Meta Programada}$

$$EF = \frac{65 \text{ Insp.}}{65} \times 100 = 100\%$$

65 Inspeções

EE = 100%

4246: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF**Indicadores de Desempenho**

ECONOMICIDADE: mede o grau de minimização dos custos incorridos na execução de uma ação, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma Instituição de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados a sua disposição.

Fórmula: $VACTR = CR2010 - CR2009$ sendo: VACTR = variação absoluta entre o custo total realizado em 2010 e o custo total realizado em 2009

VACTR = R\$ 82.757,97 - R\$ 117.479,30

VACTR = - R\$ 34.721,33

EFICIÊNCIA: foi calculada para algumas atividades executadas, sendo definida como a relação entre os produtos gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal num determinado período de tempo mantendo-se a qualidade do serviço.

Fórmula:

Eficiência = $\frac{\text{custo total (R\$)}}{\text{produtos fiscalizados (Ton)}}$

Eficiência = $\frac{\text{R\$ 82.757,97}}{137.492 \text{ ton}}$

Eficiência = R\$ 60,19

EFICÁCIA: foi determinada para as atividades executadas, sendo consideradas como o grau de alcance das metas programadas, num determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a relação percentual entre o executado e o programado para cada atividade.

Fórmula: Eficácia: $\frac{\text{Executado}}{\text{Programado}} \times 100$

Eficácia = $\frac{137.492}{100.000} \times 100$

Eficácia = 137,49 %

Avaliação dos resultados:

Segundo informação obtida no SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), no PI PADCLASSIF foi empenhado e liquidado crédito no valor total de R\$ 82.757,97 entre todos os elementos de despesas, para atender despesas com Reuniões Técnicas, Projeto Castanha-do-Brasil, e efetiva Fiscalização da Classificação Vegetal no Estado do Pará, assim como despesas para aquisição de materiais permanentes e serviços de reforma do prédio do SISV/CLASSIFICAÇÃO VEGETAL.

Considerando o indicador de ECONOMICIDADE, observamos que obtivemos uma variação absoluta negativa no custo total menor de R\$ 34.721,33 correspondente à 29,56% no exercício de 2010, considerando-se os recursos financeiros recebidos no ano de 2009.

Quanto ao indicador de EFICIÊNCIA, concluímos que o custo da Ação Fiscal foi de R\$ 60,19 em relação ao custo total e a execução física realizada em 2010.

Quanto ao indicador da EFICÁCIA, obtivemos 137,49% atingindo assim, o percentual acima da meta programada para 2010 na Ação Fiscal desenvolvida no Estado do Pará.

Ressaltamos que no exercício de 2010, tivemos uma variação absoluta negativa correspondente à 29,56% dos recursos financeiros recebidos para efetivação fiscal no Estado do Pará, em relação aos recursos financeiros recebidos em 2009, porém obtivemos um resultado eficaz no desempenho da fiscalização no Estado do Pará garantindo a qualidade, assim como, a segurança alimentar dos consumidores.

2145: Insp. Industrial e Sanitária dos prods, subprodutos e deriv. de origem animal – INSPANMAL

Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SISA/DDA/SFA-PA, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas no documento “Técnicas de Auditoria – Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos”, publicado em 2000 pelo TCU. Os indicadores foram criados objetivando a princípio, a análise de três dimensões: eficiência, eficácia e efetividade.

Cálculo:

1. Eficiência: (custo total/nº de inspeções realizadas/ano).

$$\text{Eficiência} = 232.841,15 / 864 = \text{R\$ } 269,49 (\text{custo unitário}).$$

2. Eficácia: (executado x programado) x 100 = % de estabelecimento inspecionado no ano

$$\text{Eficácia} = 72 / 73 \times 100 = 98,63 \, \%.$$

3. Efetividade: (nº de amostras conformes/nº de análises laboratoriais realizadas) x 100 = % de produtos conformes.

$$\text{Efetividade} = 515 / 553 \times 100 = 93,13\%.$$

AValiação DOS RESULTADOS

Considerando o planejado pela Gestão Nacional do PI: INSPANIMAL3 relativo às ações determinadas ao SISA/DDA/SFA-PA, para o ano de 2010, constata-se como recursos empenhados, e, liquidados o montante de R\$ 232.841,15 destinados a custeio. Tais recursos foram disponibilizados, após a análise das necessidades, para a efetivação das atividades específicas do SISA/DDA/SFA-PA, tendo sido lançado programações nos módulos: DESLOCAMENTO E OUTRAS DESPESAS do sistema gerencial.

Cabe salientar que foi descentralizado o valor de **R\$ 134.400,00** na natureza de despesa (4490.52), destinados a aquisição de veículos a ser utilizado nas atividades do SISA/DDA/SFA-PA e materiais permanentes; deste montante o SEOF/SFA-PA informou oficialmente o empenho e liquidação de **R\$ 102.396,93** no pagamento do veículo sendo que **R\$ 32.003,07** fora devolvido aos cofres públicos.

Para fins de análise específica da utilização dos recursos, no PI: INSPANIMAL3, destinados ao SISA/DDA/SFA-PA no ano de 2010 é viável esclarecer que as ações da Fiscalização Federal

Agropecuária no âmbito do DIPOA/MAPA, considerando os objetivos pré-estabelecidos abrangeram as seguintes atividades:

Inspeção Industrial e Sanitária em estabelecimentos em regime de inspeção permanente e periódica; Fiscalização em estabelecimento produtor, Vistoria em estabelecimento produtor, Auditoria técnico-fiscal operacional em estabelecimentos sob Inspeção Federal, Supervisões Técnicas em estabelecimento sob Inspeção Federal, Substituição Temporária de Técnicos em estabelecimentos sob inspeção permanente, Coleta de Amostras, Apreensão de produtos, Averiguação de denúncias, Vistoria de terreno para futura implantação de indústrias, Vistoria final de projetos aprovados para estabelecimentos novos, Regime Especial de Fiscalização, Interdição de estabelecimentos, Ações interinstitucionais, Reunião Técnica Regional, Reunião Técnica Nacional, Reunião Interinstitucional, Atividades de apoio técnico ao SIPAG-PA, Atividade de apoio técnico ao DIPOA, Participação de técnicos do SIPAG-PA em cursos promovidos pelo MAPA.

Em relação ao montante empenhado e liquidado de **R\$ 232.841,15** foi utilizado **R\$ 114.337,08 nas ações específicas de fiscalização no SISA/DDA/SFA-PA.**

Considerações Finais

Ao interpretarmos os avanços obtidos na gestão/2010 na INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - IISPOA/SISA/DDA/SFA-PA vemos, tal qual ao exercício anterior, uma crescente demanda, relativa às ações, produtos e metas estabelecidas uma vez que, com a manutenção do status sanitário do Estado, mais indústrias foram implantadas, novos mercados foram atingidos, houve novas contratações melhorando o corpo técnico e um aprimoramento em nossas atividades de tal maneira que os objetivos traçados foram alcançados de forma significativa o que é óbvio ao observar-se o alcance de um percentual expressivo na **efetividade** uma vez que o **índice de conformidade (93,13%)**, alcançado sugere que a ação fiscal está sendo relevante à oferta de produtos de qualidade ao consumo, combinado a crescente adequação das indústrias, sob a nossa égide, aos padrões de qualidade total condicionados nos acordos multilaterais da comercialização o que também influencia o mercado interno combinado a crescente especialização do quadro funcional do SISA/DDA/SFA-PA.

Ao considerarmos o universo programado como metas objetivando a melhoria de qualidade de vida motivada pela manutenção da saúde em níveis aceitáveis e o combate à fraude econômica, observamos de forma concreta os seguintes avanços:

1. A utilização dos recursos de forma coerente e otimizada com o devido acompanhamento com um **custo unitário (R\$ 269,49) para o universo de atividades que compõem a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal**, considerado bom, o que denota **eficiência** na execução das metas, as quais seguiram uma nova configuração na relação de atividades atribuídas ao SISA/DDA/SFA-PA numa nova roupagem na nomenclatura do sistema de gerenciamento de recursos, fatos que levaram o técnico a exceder a fiscalização rotineira de outrora, o que é visível na forma de utilização dos recursos disponibilizados, no controle efetivo do custeio com o devido direcionamento da provisão recebida e do valor empenhado e liquidado dentro de um módulo de programação com os objetivos e produtos bem especificados;

O estreitamento nas parcerias levando a Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/MAPA/PA ao redirecionamento do serviço e um maior alcance dos resultados perfazendo assim um reflexo positivo na sociedade;

O aprimoramento dos sistemas de informações gerenciais no serviço e a maior integração dos trabalhos viabilizada pelo entendimento inter setorial e hierárquico o que facilitou a liberação e a melhor utilização dos recursos;

8. A melhor transparência do serviço tanto na execução do programado, quanto na divulgação dos resultados;

9. A criação da consciência fiscal e sua influência no consumidor, na busca da perpetuação do trinômio: inspeção x fiscalização x qualidade;
10. A maior participação dos técnicos do SISA/DA/SFA-PA em atividades e eventos nacionais, específicos do serviço, o que contribui para a vivência nacional e a representatividade do serviço nas outras instâncias e instituições parceiras;
11. Maior abrangência das ações do SISA/DDA/SFA-PA em nível regional contribuindo para o avanço do agronegócio do Estado e efetivamente do nosso país.

O fato de atingirmos percentuais próximos ao compute total **(98,63%)**, considerados os produtos e metas programadas, torna **eficaz** as nossas ações e nos compromete a um futuro de maiores desafios o que sugere acompanhar o avanço tecnológico dos elementos aplicados na “fraude intencional” e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos; utilizar o tempo no estudo de meios analíticos para a solução de problemas gerais e específicos; superar as dificuldades do baixo conhecimento do operacional nas áreas de implantação das indústrias e influenciar a profissionalização da representação técnica e legal das indústrias; adequar a utilização de recursos à realidade regional e nacional; promover o interesse do público interno e externo à área de atuação provocando inclusive o aprimoramento das relações interinstitucionais e o aperfeiçoamento das parcerias levando a racionalização do uso dos recursos e a adequação dos acordos de cooperação técnica; revisão dos procedimentos buscando elevar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

2124: Fiscalização de Insumos destinados a alimentação animal - FISCINAN

Indicadores de Desempenho

Apresentamos a seguir o indicador “Número de Fiscalizações Realizadas” para os 5 (cinco) PI's efetivamente desenvolvidos pelo SEFAG durante o presente exercício, a saber:

Quadro I

Número de Fiscalizações Realizadas e variações absolutas e relativas em relação ao programado.

PI e/ou AÇÃO	FISCALIZAÇÃO (Nº)		VARIAÇÃO	
	REALIZ.	PROGR.	ABSOL. (Nº)	RELAT. (%)
FISCALSEM	317	317	0	0
FISCINAN	60	60	0	0
FISFECOI	149	155	-6	-3,87

Quadro II

Custo Unitário e variações entre o programado e o executado.

PI e/ou AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO (R\$)		VARIAÇÃO	
	REALIZ.	PROGRAM.	ABSOLUTA(R\$)	RELATIVA (%)
FISCALSEM	537,70	606,70	-69,00	-11,37
FISFECOI	274,29	287,79	-13,50	-4,69
FISCINAN	117,90	331,83	-213,93	-64,47

Quadro III

Eficiência e eficácia das ações fiscais por PI.

PI e/ou AÇÃO	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA
FISCALSEM	537,70	100,00

FISCINAN	117,90	100,00
FISFECOI	274,29	96,13

Análise de Resultado:

O desempenho alcançado em 2010 esteve dentro das perspectivas projetadas, tanto no volume de fiscalizações realizadas como no índice de conformidade dos insumos fiscalizados.

Política Agropecuária

Apesar de não estarem definidos no SIPLAN todos os indicadores de acompanhamento e avaliação das ações na Divisão no Estado, estimamos alguns indicadores por Plano Interno para exercício e registro dos resultados programados e realizados.

Fiscalização de Contrato de Repasse - FISCONTRATO**Eficiência**

CUR = R\$9.651,97/90.360 = R\$0,10/ pessoa beneficiada

CUP = R\$14.728,40/69.500 = R\$0,21/pessoa beneficiada

VA = R\$0,10- R\$0,21 = (-) R\$0,11

VR = (R\$0.10/R\$0,21*100)-100 = (-) 52,38%

Eficácia

VA = 90.360 – 69.500 = 20.860 pessoas beneficiadas

VR = (90.360/69500*100)-100 = 30,01%

8611: Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – APPRODUTOR**Eficiência**

CUR = R\$34.235,93/4.640 = R\$7,37/ pessoa beneficiada

CUP = R\$41.295,85/1.600 = R\$25,80/pessoa beneficiada

VA = R\$7,37 - R\$25,80 = (-) R\$18,43

VR = (R\$7,37/R\$25,80*100)-100 = (-)71,43%

Eficácia

VA = 4.640 – 1.600 = 3.040 pessoas beneficiadas

VR = 4.640/1.600*100 = 190%

8611 - Apoio ao desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC**Eficiência**

CUR = R\$20.253,07/325 = R\$62,31/pessoa beneficiada

CUP = R\$23.558,50/100 = R\$235,58/pessoa beneficiada

VA = R\$62,31 - R\$235,58 = (-) R\$173,27

VR = (R\$62,31/R\$173,27*100)-100 = (-) 64,03%

Eficácia

VA = 325 – 100 = 225 pessoas beneficiadas

VR = (325/100*100)-100 = 225%

8606 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - DESENORG**Eficiência**

$CUR = R\$7.331,10/16.965 = R\$0,43/\text{pessoa beneficiada}$

$CUP = R\$7.922,56/300 = R\$26,40/\text{pessoa beneficiada}$

$VA = R\$0,43 - R\$26,40 = (-) R\$28,97$

$VR = (R\$0,43/R\$26,40 \times 100) - 100 = (-) 98,37\%$

Eficácia

$VA = 16.965 - 300 = 16.665 \text{ pessoas beneficiadas}$

$VR = (R\$16.965,00/300 \times 100) - 100 = 5.555\%$

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos foram significativos, o que reflete o esforço da equipe Da Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário para o alcance de resultados em favor do agronegócio do Estado do Pará através das Políticas, Planos, e Programas disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

Entretanto, em que vale o esforço da equipe, ressaltamos a necessidade de ampliação e reforma do prédio onde está acomodada a DPDAG-PA, assim como a necessidade de reparo da infraestrutura de comunicação.

3 – INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (Anexo II da DN-TCU – 107/2010)
“não houve ocorrência no período”

4- INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.1 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

Valores em R\$

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	224.659,11	80,00	224.579,11	-
2008	205.237,30	1.849,87	203.387,43	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	769.594,56	47.295,75	722.298,81	-
2008	1.200.722,11	59.329,75	1.141.392,36	-
...				
Observações:				

Fonte: SEOF/SFA/PA

5- INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

- a) Composição do quadro de servidores ativos
- b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas
- c) Composição do quadro de estagiários
- d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos
- e) Locação de mão-de-obra mediante contrato de prestação de recursos humanos
- f) Indicadores gerenciais de recursos humanos

QUADRO A.5.1 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO ATÉ 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		294	04	10
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		06		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		04		
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		04		
1.4.2 Removidos			04	04
1.4.3 Licença remunerada		44		
1.4.4 Licença não remunerada		01		
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		09		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		02		
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		15		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total		379	08	14

Fonte: SGP/DAD/SFA-PA
(SIAPE – SIAPECAD)

QUADRO A.5.2 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA ATÉ 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	05	32	57	136	64
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	01	05	09	20	12
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		01	02	06	
2.3. Funções gratificadas	01		05	07	02

Fonte : SGP/DAD/SFA-PA
(SIAPE – SIAPECAD)

QUADRO A.5.3 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			40	23	96	128	04	03	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			02		17	29			
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					01	07		01	
2.3. Funções gratificadas					06	09			

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte : SGP/DAD/SFA-PA
(SIAPE – SIAPECAD)

QUADRO A.5.4 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	204	04
1.2 Compulsório	03	
1.3 Invalidez Permanente	04	02

1.4	Outras		
2	Proporcional		
2.1	Voluntária	416	
2.2	Compulsório	04	
2.3	Invalidez Permanente		
2.4	Outras		

Fonte: : SGP/DAD/SFA-PA (SIAPE – SIAPECAD)

QUADRO A.5.5 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	545	17
2. Proporcional	1.090	23

Fonte: : SGP/DAD/SFA-PA (SIAPE – SIAPECAD)

QUADRO A.5.6 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					86.828,94
• Área Fim	09	13	12	12	
• Área Meio	04	04	04	04	
Nível Médio					44.227,81
• Área Fim	00	00	00	00	
• Área Meio	09	10	12	13	

Fonte: : SGP/DAD/SFA-PA (SIAPE – SIAPECAD)

QUADRO A.5.7 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

**CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS
DE 2008, 2009 E 2010.**

Valores em R\$
1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								

2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	25.046.539,13	-	10.011.363,53	1.077.150,39	1.901.815,24	2.197,24	116.452,90	38.455.518,43
2009	30.521.639,51	-	15.941.993,71	1.588.287,16	1.430.488,48	995,75	94.113,98	49.577.518,59
2010	33.058.967,58	715,64	18.456.672,02	1.857.214,69	1.195.838,82	403.367,00	153.735,63	55.126.511,38
Servidores com Contratos Temporários								
2008	1.772,00	-	1.900,00	2.660,00	1.864,66	-	11.400,00	19.596,66
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	15.214,04	-	14.910,15	2.933,74	4.351,38	333,48	597,42	38.343,21
2009	61.037,22	-	6.444,88	3.839,72	6.406,56	410,04	-	78.138,42
2010	68.672,40	-	7.689,61	3.908,05	9.922,92	3.097,67	-	93.290,65
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.060.131,95	290.552,12	665.987,13	140.055,68	60.145,48	55.034,22	18.762,93	2.290.669,51
2009	1.188.860,59	288.914,88	1.260.070,81	212.627,49	29.964,85	8.369,83	12.610,80	3.001.419,25
2010	1.29.134,04	294.882,75	1.288.974,64	216.915,39	60.903,64	32.611,13	20.559,04	3.153.980,63
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	1.017.180,33	257.829,58	696.791,78	87.024,42	128.641,09	3.371,31	14.721,60	2.205.560,11
2009	1.732.499,84	275.033,45	615.416,44	126.654,80	111.698,16	1.650,51	8.623,17	2.871.576,37
2010	1.995.785,33	281.516,32	897.989,09	159.856,54	208.237,56	64.351,90	19.077,87	3.626.814,61

	ANOS	TOTAL	MÉDIA MÊS
EXERCÍCIOS	2008	42.709.687,92	3.559.140,66
	2009	55.528.652,63	4.627.387,72
	2010	62.000.597,27	5.166.716,44

QUADRO A.5.8 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA									
UG/Gestão: 130094					CNPJ: 00.396.895/0016-01				
Informações sobre os contratos									
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.

					Início	Fim	P	C	P	C	P		
2009	L	O	04/2009	02.589.131/0001-81	04/02/09	31/12/09							P
2010	V	O	05/2010	02.589.131/0001-81	03/03/10	31/12/10							P

Observação:

Não foi exigido grau de escolaridade para as contratações.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO A.5.9 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)**CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA													
UG/Gestão: 130094							CNPJ: 00.396.895/0016-01						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	0	03/2010	02.598.131/0001-10	21/01/10	21/12/10			26	26			P

Observação:**LEGENDA****Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAG/DAD/SFA/PA

QUADRO A.5.10 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
1	Meio	17	Gabinete, Administração
1	Fim	11	SISA/SISV/SEFAG/DPDAG/VIGIAGRO
7	Meio	18	Gabinete, Administração
7	Fim	06	SISA/SISVSEFA/DPDAG/VIGIAGRO
8	SFA/PA	08	Toda a área da SFA/PA

LEGENDA**Área:**

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: SAG/DAD/SFA/PA

6- INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

QUADRO A.6.1 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA									
CNPJ: 00.396.895/0016-01					UG/GESTÃO: 130094				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulad o até exercício	Início	Fim	
1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído

6 - Rescindido

7 - Arquivado

Fonte: SEPA/GAB/SFA/PA

Análise Crítica: Não houve celebração de convênio no exercício de 2010.**6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios****QUADRO A.6.2 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)****RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA						
CNPJ: 00.396.895/0016-01				UG/GESTÃO: 130094		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	03	-	-	7.447.683,43	-	-
Contrato de Repasse	25	42	46	28.807.750,00	39.330.000,00	29.863.000,00
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	28	42	46	36.255.433,43	39.330.000,00	29.863.000,00

Fonte: DPDAG Gestor de Convênio

Análise Crítica: Os contratos de repasse decorreram de emendas parlamentares, cujo convênio deu-se com prefeituras, Sindicatos, Fundações etc, como o item c-II (execução física das ações realizadas pela UJ) no PI FISCONTRATO.

Relativo a convênios, os firmados no exercício de 2008, tiveram vigência até 31/12/2009.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes**QUADRO A.6.3 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)****RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEQUINTE**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	

	vigência em 2011 e seguintes				final do exercício de 2010
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	46	-	-	29.863.000,00	
Termo de Parceria	05	-	2.393.463,52	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	51	-	2.393.463,52	29.863.000,00	-

Fonte: DPDA/GAB/SFA/PA

Análise Crítica: Não houve celebração de convênio no exercício de 2010. Há a previsão de dois convênios para o exercício de 2011. Relativo aos contratos de repasse, os quarenta e seis foram analisados em setembro/2010 e enviados a CEF para avaliação e operacionalização. A liberação dos recursos para atendimentos dos mesmos está prevista para 2011.

Ainda, os Termos de Parceria ocorrido em 2010 foram decorrentes de emendas parlamentares.

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	29.863.000,00
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	02	-
			Montante Repassado (R\$)	6.147.683,43	-

	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2008	Contas prestadas	Quantidade	01	-
		Montante Repassado (R\$)	1.300.000,00	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Fonte: SFA/PA (Gestor de Convênios)

Análise Crítica: Os convênios firmados em 2008 e 2009 já tiveram suas prestações de contas devidamente efetuadas.

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			02	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	46
		Montante repassado (R\$)		-	29.863.000,00
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	02	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2009	Quantidade de contas prestadas			01	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		01	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-

	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado (R\$)	-	-
2008	Quantidade de contas prestadas		-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-

Fonte: SFA/PA (Gestor de Convênios)

Análise Crítica: Como dito anteriormente, não há pendência relativa a prestação de contas dos convênios firmados em 2008 e 2009.

7- REGISTROS ATUALIZADOS NO SIASG E SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Superintendência Federal de Agricultura no Pará
Divisão de Apoio Administrativo



DECLARAÇÃO

Declaro para que surta todos os efeitos legais que, o Sistema SICONV, executa de modo formal todas as atividades inerentes à execução de cadastramento de proponentes, na qualidade de Unidade Cadastradora.

Em, 23 de março de 2011

Atenciosamente,


Herdimir de Assis Moreira
Chefe da DAD/SFA/PA
Portaria Ministerial nº 277/2010



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Pará-SFA/PA
Divisão Administrativa - DAD
Setor de Compras e Contratos – SCC/DAD



Memo.: SCC/DAD/SFA- 04/2011

Em, 23 de março de 2011

Ao: Chefe da DAD/SFA/PA

Assunto: RELATÓRIO DE GESTÃO DA SFA/PA-2010

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que os contratos celebrados pela **SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO PARÁ - SFA/PA**, estão devidamente lançados, disponíveis e atualizados respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais- SIASG, conforme determina a Lei 8.666/1993.

Atenciosamente,

MARCELINO TOKINORI TSUNEMITSU
Chefe do SCC/DAD/SFA/PA.

8- INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÃO DE BENS (Lei nº 8.730 de 10/11/1993)



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará – SFA/PA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas, referente ao exercício de 2010, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Pará, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o item 8, parte A, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art. 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

Ademir Conceição Carvalho Teixeira;
Adrioseo Raimundo Alves dos Santos;
Abilmar Ferreira da Silva;
Pedro Miguel Ribeiro Baia;
Herdimir de Assis Moreira
Humberto Pinto Brito;
Geraldo Natividade Santos do Nascimento.

Belém, 23 de Março de 2011

A handwritten signature in purple ink, consisting of several loops and a final horizontal stroke.

PAULO BASTOS ATAN FILHO
Chefe do SGP/DAD/SFA/PA

9- INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, SENDO:

- a) Ambiente de controle
- b) Avaliação de Risco
- c) Procedimento de controle
- d) Informação e Comunicação
- e) Monitoramento

A informação está estruturada conforme o Quadro A.9.1 abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais: A UJ não dispõe de Sistema de Controle Interno. Há apoio do órgão central no tocante às demandas dos órgãos de controle. (CGU e TCU)					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

10- INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais: Nos processos licitatórios, o Núcleo de Assistência Jurídica –NAJ respeitando dispositivo legal, exige declaração de impacto ambiental. Porém, é fato que esta UJ não efetuou campanhas de conscientização, tampouco considera a durabilidade e economicidade nos processos e consumo de energia. A medida adotada visando o aspecto de sustentabilidade ambiental foi a separação do resíduos recicláveis descartáveis.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11- INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.11.1 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Pará	7.356.646,27	7.356.464,27
	Alenquer – (dois imóveis)	93.178,78	93.178,78
	Aveiro – (um imóvel)	139.258,44	139.258,44
	Belém – (três imóveis)	6.587.479,65	6.587.479,65
	Igarapé- Açu – (um imóvel)	464.339,69	464.339,69
	Santarém – (um imóvel)	72.389,71	72.389,71
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Setor de Patrimônio/SAG/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: Sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, existem apenas os imóveis acima especificados. Adite-se que a última avaliação foi em 2004.

QUADRO A.11.2 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		

	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Setor de Patrimônio/SAG/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: Por não ter bens imóveis locados de terceiros, o quadro acima “**não se aplica a esta UJ**”

QUADRO A.11.3 – (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130094	0407.00012.500-0	Cessão Prefeitura	Regular	3.600,00	2004	13.119,05	-	-
130094	0407.00014.500-1	Cessão Prefeitura	Regular	1.749,84	2004	80.059,73	-	-
130094	0419.00012.500-4		Regular	10.662,77	2004	139.258,44	-	-
130094	0427.00642.500-0	Sede da UJ	Muito Bom	241.471,66	2004	3.008.819,07	-	2.392.576,94
130094	0427.00666.500-1		Bom	34.472,02	2004	133.802,26	-	-
130094	0427.00667.500-7		Regular	830.709,00	2004	3.444.858,32	-	-
130094	0463.00007.500-4		Regular	78.000,00	2004	464.339,69	-	-
130094	0535.00097.500-6	Unidade Santarém	Bom	5.676,00	2004	72.389,71	-	-
Total							Σ	2.392.576,94

Fonte: Setor de Patrimônio/SAG/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: O quadro acima descreve os imóveis sob responsabilidade da UJ sendo: 0407.00012.500-0 e 0407.00014.500-1- localizados em Alenquer/PA, cedidos por meio de Termo de Cessão para a prefeitura local, tendo esta a responsabilidade da manutenção dos mesmos. 0419.00012.500-4- localizado em Aveiro/PA. 0427.00642.500-0, 0427.00666.500-1 e 0427.00667.500-7- tratam-se dos imóveis localizados em Belém/PA, inclusive da sede da Superintendência Federal de Agricultura, localizado à Av. Almirante Barroso, 5384 – Belém/PA. 0463.00007.500-4 – localizado em Igarapé-Açu. 0535.00097.500-6 – localizado em Santarém/PA onde funciona a UTRA (Unidade Técnica Regional).

12- INFORMAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ SEGUNDO:

- a) Planejamento de Área
- b) Perfil dos recursos humanos envolvidos
- c) Segurança da Informação
- d) Desenvolvimento e produção de sistemas
- e) Contrato de gestão de bens e serviços de TI

QUADRO A.12.1 –(ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	03				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia			X		

definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Não há terceirização de bens e serviços				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
<i>Considerações Gerais: A área de TI sobordina-se à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, situada na Sede. A política de segurança juntamente com a criação de Sistemas de melhoria de bens e serviços são definidas e implantadas pela CGTI e repassada pela mesma para as Unidades Jurisdicionadas.</i>					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13- INFORMAÇÕES SOBRE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante FATURA

2008	2009	2010
4.077,98	100.009,00	101.325,87

Cartão de crédito corporativo: Detalhamento das despesas pagas mediante Fatura

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor(R\$)
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Cristóvão Morelly K. Hashiguti	4.175,34
Manutenção da Unidade	Manut./Santarém	Ananias Silva Santa Brigida	7.200,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Martha Parry de Castro Martins	1.592,25
Viagem a serviço	Comissão Inventário	Geraldo Natividade Santos	457,25
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Evandro Josá de Lima Raposo	1.311,57
Viagem a serviço	Acompanhar Fiscalização	Lourival Cabral Dutra	490,13

Viagem a serviço	Acompanhar Fiscalização	José Maria de Sousa Nunes	1.478,61
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Maria Joana Baía Brito	1.020,35
Viagem a serviço	Acompanhar Fiscalização	Odemar da Conceição Silva	333,16
Viagem a serviço	Acompanhar Fiscalização	Carlos Alberto Melém da Silva	167,50
Manutenção da Unidade	Manutenção/Sede	Raimundo Azevedo Arouche	11.716,67
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Juliano Schwarzbach	360,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Caio Breno Moreira Damasceno	2.274,18
Manutenção da Unidade	Manutenção/Santarém	Telma Vidal Galvão	5.900,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Dalton Hostalácio	999,66
Manutenção da Unidade	Manutenção/Sede	Humberto Pinto Brito	1.277,06
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Marcelo Sousa de Oliveira	1.801,69
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Zila Cristina Bacelar Sidonio	132,35
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Paulo Sérgio Souza	289,14
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	José Ernane Martins Bringel	362,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Nélio Monteiro de Souza	1.500,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Francisco das Chagas O. Aguiar	1.007,99
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Breno Eduardo Nogueira Neves	162,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Nilson da Silva Vieira	9.699,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Vandeir Gregório Alves	6.227,60
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Juliana Faria Turquino Staut	609,76
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Ivo Karuji Morikawa	280,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Carlos Alberto C. de Moraes	940,49
Manutenção da Unidade	Manutenção/Sede	Paulo Bastos Atan Filho	879,50
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Maelcio Oliveira de Souza	216,03
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Débora Pinheiro Guimarães	1.766,67
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Raimundo Nonato Leal de Souza	1.313,92
Manutenção da Unidade	Santarém	Kepler José Braun Guimarães	5.000,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	José Carlos de V. Pessoa	1.093,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	José Antonio M. dos Santos	349,47
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Carlos Alberto Cordeiro da Silva	465,49
Viagem a serviço	Visita a Unidade de Stm.	Herdimir de Assis Moreira	2.300,00
Manutenção da Unidade	Vila do Conde	Carlos Edilson Silva de Oliveira	2.038,63
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Estevam de Oliveira Castelo	9.068,57
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Luiz Otávio Gonçalves Monteiro	1.240,82
Manutenção da Unidade	Manutenção/Sede	João Adelino dos Santos Filho	10.184,65
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Francisco Rodrigues Nogueira	330,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Ivo José Xavier do Amorim	957,87
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Otávio César Durans de Oliveira	68,33
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Luciana Ferreira Gonçalves	93,17
TOTAL			101.325,87

Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados.

2008	2009	2010
23.579,00		54.203,18

Cartão de crédito corporativo: Detalhamento das despesas pagas mediante SAQUE

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor (R\$)
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Martha Parry de Castro Nogueira	1.107,37
Viagem a serviço	Comissão Inventário	Geraldo Natividade S. Nascimento	500,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	José Carlos Barroso Júnior	1.800,00
Viagem a serviço	Motorista	José Maria de Sousa Nunes	2.651,39
Viagem a serviço	Acompanhar Fiscal	Odemar da Conceição Silva	1.320,00
Manutenção da Unidade	Manutenção /Sede	Raimundo Azevedo Arouche	16.853,15
Manutenção da Unidade	Manutenção/Santarém	Telma Vidal Galvão	2.100,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Carlos Alberto Lima dos Santos	100,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Dalton Hostalácio	780,00
Manutenção da Unidade	Manutenção/Sede	Humberto Pinto Brito	584,00
Manutenção da Unidade	Manutenção/sede	Luiz Cláudio Souza	5.776,30
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Nélio Monteiro de Souza	120,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Francisco das Chagas O. Aguiar	481,14
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Vandeir Gregório Alves	1.214,70
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Carlos Alberto carvalho de Moraes	214,11
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Débora Pinheiro Guimarães	3.798,88
Manutenção da Unidade	Manutenção/Sede	Paulo Bastos Atan Filho	1.740,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	José Carlos de Vasconcelos Pessoa	743,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Carlos Alberto Cordeiro Batista	2.150,00
Viagem a serviço	Visita aUnidade/Santarém	Herdimir de Assis Moreira	690,00
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Estevam de Oliveira Castelo	1.060,00
Manutenção da Unidade	Manutenção/Sede	João Adelino dos Santos Filho	3.811,47
Viagem a serviço	Fiscalização e afins	Cristovão Morelly K. Hashiguti	847,67
Manutenção da Unidade	Manutenção/Santarém	Ananias Silva Santa Brígida	4.650,00
TOTAL			54.203,18

Resumo das Despesas com CPGF

Fatura	Saques	Total
101.325,87	54.203,18	155.529,05
65,14%	34,86	100%

14- INFORMAÇÕES SOBRE RENUNCIA TRIBUTÁRIA

(Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2007)

“Não houve ocorrência no período”**15- INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU EXERCÍCIO OU JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO.**

QUADRO A.15.1 (ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Pará - SFA/PA					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	-	-	-	-	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria Geral da União					
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
‘Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Ver nota abaixo					
Síntese da providência adotada:					
Ver nota abaixo					
Síntese dos resultados obtidos					
Ver nota abaixo					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há pendências neste exercício relativas a recomendações do TCU, haja vistas as últimas recomendações constarem do Relatório de Gestão do exercício de 2009. A recomendação referente ao convenio nº 01/2005 e 01/2008 a UJ responsável tomou providências com a elaboração e execução de um plano de auditoria, visando acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução das metas físicas e aplicação financeira. O plano teve como objetivo dar continuidade a verificação quantitativa e qualitativa da execução dos planos de trabalho, apresentados na prestação de contas. A análise quantitativa visou verificar a comprovação da melhor e regular aplicação dos recursos financeiros, a compatibilidade entre o objeto e a execução das Metas do Convênio, em relação ao que foi estabelecido no Plano de Trabalho, observância sobre os desembolsos e pagamentos, se estão de acordo com os cronogramas apresentados e o fiel cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas. A verificação qualitativa, objetivou analisar os relatórios técnicos, os processos e os documentos fiscais, ações que visam avaliar se os serviços e sistemas utilizados na execução dos programas referente a sanidade animal e vegetal, atendem as normas e padrões previamente definidos. Verificação “in loco” do cumprimento das metas do convênio.					

16- INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

Não há controle interno na UJ. O mesmo funciona no órgão central com subordinação direta do gabinete do ministro. Entretanto, há o acompanhamento sistêmico das unidades descentralizadas relativo a convênios, auditorias e outros assuntos demandados pelo próprio controle interno.

17- OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

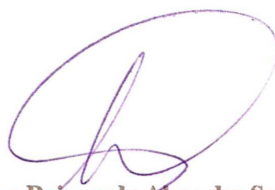
Os Programas finalísticos desenvolvidos pela SFA/PA têm conseguido dar respostas as demandas crescentes do agronegócio do Estado do Pará, que hoje detém o a nível do Brasil o 3º maior rebanho bovino e o primeiro de bubalino. Sendo ainda o 1º produtor de óleo de palma, de abacaxi, de mandioca, de pimenta-do-reino e de açaí, ocupando a posição de 2º maior produtor de coco e cacau, o 4º de banana, o 5º de citros, 6º de arroz, 10º de milho e 14º de soja. A SFA/PA tem um papel fundamental no desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio do Estado seja no apoio à produção, na fiscalização dos insumos, dos produtos agropecuários, na defesa agropecuária, na certificação agropecuária para exportação e vigilância da importação, com vistas a se resguardar o interesse público e o patrimônio econômico e ambiental do nosso Estado e do nosso País.

Sendo assim, e considerando que, por demanda de trabalho, as ações finalísticas aumentam a cada ano, entendemos que há a necessidade de criar mecanismos que viabilizem o apoio por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que garantam a reposição de mão de obra, principalmente na área técnica pois existem grandes perspectivas de aposentadorias a curto e médio prazo, bem como sejam disponibilizados recursos para atender o incremento nas despesas de custeio decorrentes do aumento das demandas de trabalho. .

18 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA tem como objetivo cumprir as metas estabelecidas pelo governo federal , como também aplicar recursos públicos de maneira eficaz.

Dentro do que propõe os Programas de Governo estabelecidos no PPA 2008/2011, as atividades realizadas obedecem a um modelo legal vigente, cujos programas e ações sob responsabilidade e participação desta SFA/PA no desenvolvimento agropecuário regional com integração do meio rural ao urbano, com reflexos na melhoria de vida das pessoas.



Adiróseo Raimundo Alves dos Santos
Superintendente Substituto da SFA/PA

Quadro II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/PA			130094
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTAS COM IMPROPRIEDADES: 142900000 E 199620500. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n°	006624/T – GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP